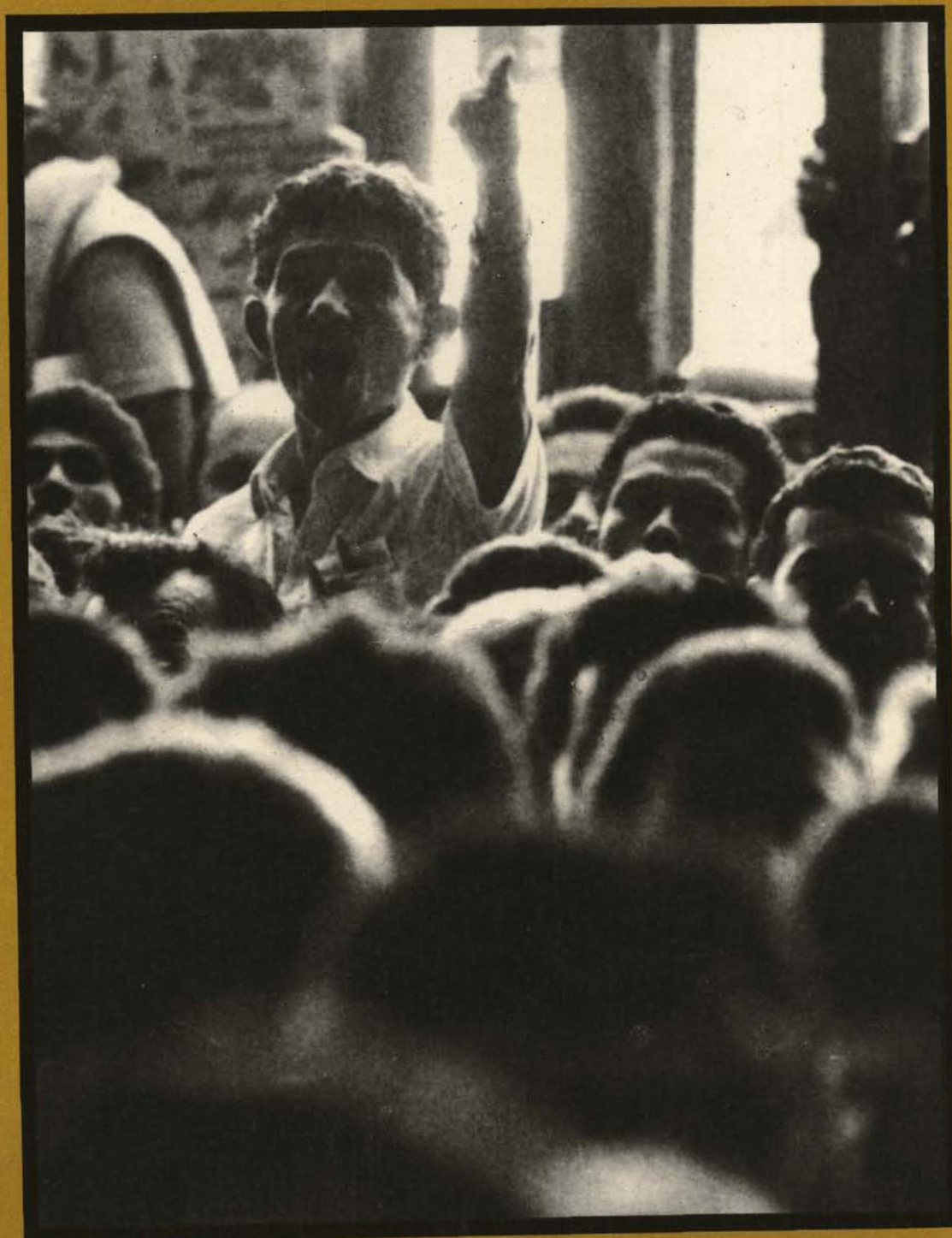


Sindicalismo no Campo

Reflexões



Balances e controvérsias

CADERNOS DO CEDI 21

Sindicalismo no Campo – Reflexões

Balanços e controvérsias

Rio de Janeiro
1991

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021) 224-6713
Telex: (21) 37982 CIED - BR
Fax: (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983 - Centro
01238 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 825-5544
Telex: (11) 26561 ECUM - BR
Fax: (011) 825-7861

Esta Publicação é uma produção do Programa
Movimento Camponês - Igrejas do CEDI

Coordenação Editorial

Leonilde Sérvolo de Medeiros
Maria Cecília de Oliveira Iorio
Regina Célia Reyes Novaes

Revisão

Nurit Weyrauch
Suzana Maria Pessoa Soares

Diagramação e capa

Alcino Demby

Foto da Capa

João Roberto Ripper

Paginação e composição

Christianne Salgado

Digitação

Dalva Celeste de Melo
Eloá Diniz Fajardo
Janete Ribeiro da Mota
Katia Elizabeth Simões dos Santos
Paulo Roberto Salles Garcia

ISSN 0103.5673

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S623

Sindicalismo no Campo: reflexões: balanços e contro-
vérsias. — Rio de Janeiro: CEDI, 1991
108p

In Cadernos do CEDI. — N. 21 (1991)
Relacionado com: Sindicalismo no campo: Avalia-
ção, perspectivas e desafios. — In Cadernos do CEDI.
— N 20 (1990).
ISSN 0103-5673

1. Sindicatos – Trabalhadores rurais.

91-0730

CDD – 331.8813

CDU – 331.881:323.32

Índice

Apresentação 5

I - Representação sindical e lutas sociais: contribuições para um debate

A cultura socialista plebéia da CUT 7

Ana Maria Motta Ribeiro

Sindicalismo rural - qual a sua "base"? 20

Ivo Poletto

Sindicalismo e luta por terra 28

Neide Esterci

II - Organização dos assalariados: uma experiência

Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação 39

Francisco Alves

FERAESP: a controvertida inversão das regras do sindicalismo rural paulista 50

Vera Lúcia S. Botta Ferrante

III - Associações e sindicato: polêmicas atuais

Associações e sindicatos rurais: onde está o dilema? 57

Maria Emília Lisboa Pacheco e Jean-Pierre Leroy

Associação versus Estado: disputa e negociação 68

Mariana Pantoja Franco

IV - Dominação e conflitos: aspectos de uma relação

A dominação patronal no campo 77

Regina Bruno

Política de conflitos. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia - 1968-1990 92

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Apresentação

Em janeiro de 1990 publicamos o Caderno do Cedi nº 20, intitulado *Sindicalismo no Campo. Avaliação, perspectivas e desafios*. Colocava-se à disposição do público um conjunto de entrevistas com lideranças sindicais que se dispuseram a falar sobre questões polêmicas e sobre os desafios que se apresentavam para o trabalho organizativo no campo.

O resultado foi um retrato de uma CUT que, no meio rural, se mostrava em processo de construção, de definições, a partir de diferentes experiências sociais, vivenciadas em várias regiões do país.

Tratou-se naquele caderno de questões polêmicas como a que diz respeito ao perfil mais adequado de organização sindical para os trabalhadores do campo. Naquele momento, uma das perguntas que se colocava era: “É possível um único sindicato de trabalhadores, representar a diversidade de interesses e identidade que se conformam no meio rural?” Um outro debate presente estava referido à ação do Estado, em especial aquela relacionada com a proliferação de associações de pequenos produtores, um fenômeno que se generaliza nos anos 80. O caderno agrupava, em seu último bloco, um tema extremamente complexo e espinhoso: o das relações e disputas entre propostas sindicais distintas no terreno da luta pela conquista de espaços no interior da estrutura sindical.

Um ano e meio depois, criado o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, consolidadas algumas experiências, frustradas outras, as questões então colocadas permanecem atuais.

A repercussão da publicação nos levou a editar um outro Caderno, com reações, desta vez, dos estudiosos do tema.

Fizemos uma relação daqueles que convidaríamos para entrar neste debate. Nosso critério principal foi consultar pesquisadores com “um pé no movimento”. Vários - por razões as mais diversas - não puderam aceitar. Outros aqui estão, trazendo suas contribuições para a compreensão do passado e do presente, dos processos sociais em curso.

É preciso salientar que não pudemos garantir que todos os temas tratados pelos sindicalistas no caderno anterior fossem retomados pelos autores que se dispuseram a aqui apresentar suas opiniões. A “encomenda” foi que cada um reagisse livremente a partir de suas diferentes inserções institucionais e experiências profissionais.

O agrupamento dos textos que nos chegaram foi decidido a posteriori, através dos subtítulos fizemos uma das aproximações possíveis entre os artigos. O leitor certamente poderá encontrar outras.

Contudo, há um denominador comum entre eles, que está no objetivo de todos em polemizar e provocar reações e reflexões que possam contribuir para tornar mais eficaz a ação política dos trabalhadores.

*Leonilde Sérvolo de Medeiros
Maria Cecília de Oliveira Iorio
Regina Célia Reyes Novaes*

A cultura socialista plebéia da CUT

Ana Maria Motta Ribeiro*

1 - Introdução

Este artigo tem a intenção de se colocar como uma reação à publicação *Sindicalismo no Campo: Avaliação, Perspectivas, Desafios* (Cedi, 1990), onde constam depoimentos densos das principais lideranças rurais no campo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) sobre temas candentes, do ponto de vista das lutas que coordenam¹. Mas será adotada a postura de quem se situa “por dentro” deste campo, embora sem compromisso profissional com a entidade.

A idéia central deste texto se organiza pela vontade de opinar abertamente sobre a minha visão dos fatos e por uma pequena pretensão de elucidar alguns aspectos desse tão sintonizado “obscuro objeto de desejo”, a CUT, especificamente a sua manifestação no meio rural, considerando as enormes distorções que sobre ela recaem quando avaliada. Geralmente se nega à CUT, quando a analisam, o direito à contradição e ao conflito interno como parâmetros de “coisa positiva”, e têm tomado emprestado velhos modelos da teoria determinista ou ideologizado excessivamente as características de sua ação. Daí o valor inestimável dos depoimentos das lideranças de onde se pode obter indicação bastante realista sobre um projeto que ainda está em curso e, a meu ver, com o dever de acertar sempre que possível, mas que, para tanto, precisa errar.

A CUT, vista como cultura, pode ser algo que a assepsia burguesa não resista ou suporte. Ela, apesar de ter uma única ética, é também e ao mesmo tempo, analfabeta e culta, brega e chic, intransigente e com frequência troca a diplomacia pela “via de fato”.

Geralmente se toma a Central Sindical pela sua dinâmica corporativa e pelo patamar de suas demandas e

conquistas no plano econômico e político. Aqui, minha intenção é a de pensá-la como uma experiência, isto é, a sua prática revelando um modo de ser e uma visão de mundo que partem de um processo que eu chamaria de construção de classe, dentro do qual se explicita como uma de suas versões. Mas vendo esse processo em seus paradoxos que supõem, às vezes, até mesmo a reprodução de práticas do opressor, como discriminações culturais, autoritarismo, etc. Paradoxos que demonstram, apesar de tudo, uma tentativa de pensar diferente, olhar diferente, fazer diferente – e para a sociedade inteira, não apenas para si – vivenciar, enfim, esse seja-lá-o-que-for, socialismo plebeu!

E situando finalmente o foco de análise dessa experiência especificamente no âmbito do segmento de trabalhadores do campo, cuja história dentro da CUT já supõe uma dinâmica suficientemente rica e particular, para merecer a atenção e para “dar conta” do que presenciamos como fenômeno recente no sindicalismo em geral. Considerando-se, é claro, que a CUT já conquistou, de fato, autoridade simbólica e política sobre o movimento sindical no Brasil de hoje.

2. O “lugar” do rural na CUT

Na medida em que lutam juntos e constroem uma mesma unidade básica na elaboração de uma Central Sindical de Trabalhadores, os horizontes da organização e da mobilização se ampliam e se complexificam. Mas sobretudo o referencial teórico mais disponível se abala: os operários no poder e os camponeses a reboque?

Nós vamos disputar efetivamente essa direção, em cima da concepção que nós defendemos, que é a da

* Socióloga, professora da UFF e Doutoranda na UNICAMP

¹ Agradeço ao grupo de Sindicalismo do Cedi, como minha fonte de idéias: Beto e Regina Novaes, Leonilde, Regina Bruno, Luciano, Mariana, Cecília, Clara e Guillermo. Mas devo eximi-los de qualquer responsabilidade sobre as conclusões que aqui defendo.

multiplicação de lideranças, que é a de aproveitar a experiência que já está construída, que é a de elaborar um plano alternativo de lutas, e de estruturação mesmo do movimento sindical de trabalhadores rurais e do movimento sindical novo. (Cida, direção do Departamento Rural da CUT-MG, in: Cedi, 1990:110)

Desde que enfrentou o pluralismo para nascer, o sindicalismo cutista pode não ter acumulado vitórias e conquistas permanentes diante da correlação de forças para os “de baixo”, mas tem “liberado” forças sociais - materiais, culturais e mentais - bastante importantes na sua ação de classe, que podem servir de parâmetro para uma avaliação ou reconhecimento. E o “lugar” do rural é um bom lugar para se ver essa ação. Até porque ele é, sem dúvida, um lado problemático e extremamente sensível da CUT, considerando-se a conquista e a consolidação de suas propostas e metas.

O “lugar” do rural na CUT, assim como no imaginário de toda a sociedade da qual faz parte a própria CUT, é um cenário de pouca visibilidade, um espaço para o qual se reserva em geral a tradição e o passado. Ou ainda, para a sociedade, o rural é um local de atualidade atípica e cindida, onde alguns podem viver a fuga de uma nostalgia poética, enquanto outros são trabalhadores numa contem-

poraneidade reciclada pelo progresso e pela modernidade, organizados pelos interesses das elites que partilham uma visão basicamente reacionária sobre o trabalho. Dificilmente será de lá - do “mundo do rural” - onde as formas de exploração ainda assumem o arcaico e onde sobrevivem relações de domínio subjetivadas, que se poderá esperar, de acordo com esse imaginário, o surgimento dos agentes sociais do futuro.

Ao mesmo tempo, dada sua existência real onde se materializam acontecimentos humanos, esse espaço sempre ofereceu resistência ao desenvolvimento geral, ao progresso burguês que sobre ele precisou agir para superá-lo e subdividi-lo. E ele, enquanto produto da ação humana, delimitada nos segmentos dominados, reagiu e instituiu a memória social sob muitas formas de rebeldia coletivas ou individuais. Ora lutando pela manutenção do modo de ser rural dentro do qual tinham algum controle (até mesmo no protesto configurado na migração para as cidades), ora partindo para o confronto, diante do frágil compromisso que assumiam com a “vida industrial” que se apresentava como o fracasso da reforma agrária, a perda da autonomia de produtores, a expulsão de moradores e colonos, a proletarização ou a marginalização que chegava no ponto final dos “paus-de-arara” onde se distribuía a “sopa do Zarur”.

Vera Jursys



*I Congresso do
DNTR/CUT,
Votação em plenária*

E ainda existe reação, o que está acontecendo inclusive agora, só que com outra delimitação.

É fato histórico, pertencente à pós-modernidade capitalista, que esse rural hoje não pode mais ser tomado como lugar exclusivo da experiência - embora exista na história particular de homens e mulheres - porque os acontecimentos até o momento articularam de forma irremediável oposições de espaço e tempo: a experiência rural está explícita e implicitamente registrada na experiência urbana. E essa passou a ser a experiência dominante, apenas isso, sem negar o específico do rural nesse tempo presente.

E esse é o desafio da CUT: ir resolvendo a luta sindical, em cada situação, considerando essa vivência que parte desse fazer de classe na condição camponesa e ir, assim, mediando a constituição de uma nova elaboração da classe trabalhadora em geral.

Isso supõe ter a capacidade de absorver a tradição de luta dos rurais e readequá-la diante do que hoje se presencia como uma forte mudança nos grupos dominantes, assim como de articular os interesses dos explorados do campo e da cidade. Só deste modo essa entidade estará repensando a sociedade subordinada como um todo no seu encaminhamento, o que inclui superar o viés da submissão da sociedade rural (referencial na história social brasileira) para sociedade urbana recém-criada: de modo acelerado, atrasada em relação ao momento propício da urbanização do Primeiro Mundo e regionalmente centralizada. Com muitas contradições, portanto, a problemática não é apenas a do entrosamento das experiências rural e urbana. A questão é mais ampla.

Como se situa então a trajetória da organização de um setor de lutas "rural" na CUT, formando o sindicalismo que afirma pretender responder às questões da contemporaneidade como entidade contemporânea?

A organização desse setor não correspondeu a uma planificação prévia, mas é parte da própria dinâmica do movimento classista que levou à constituição de duas centrais. O sindicalismo rural contaguiano, francamente hegemônico, optou pela CGT e as oposições sindicais a essa linha permaneceram no sindicalismo que levou à fundação da CUT e que refutava vários aspectos da estrutura corporativa, dentre eles a aliança com as entidades do 3º grau (confederações) reconhecidas pelas, à exceção da própria Contag.

No 1º Congresso da CUT, em 1984, pôde-se vislumbrar a dimensão da presença rural naquele projeto. Os trabalhadores rurais vinham chegando em grupos enor-

mes, de norte a sul deste País, mas especialmente do Nordeste, descalços e com pouca roupa. O frio de São Bernardo era tanto que foi preciso a prefeitura socorrer com agasalhos porque havia gente quase literalmente morrendo de frio e a organização do evento não tinha como prever o problema nas proporções em que ocorreu. Não se esperava uma participação tão grande.

Durante os trabalhos do Congresso essa gente, na maioria "arrumadinhas pelas CEBs", tinha discurso, enfoque e comportamentos distintos dos verificados no movimento da Contag. Aparentando independência e com livre uso da palavra, colocavam-se muito desembaraçadamente, cada qual a respeito de suas regiões, e, ao exporem realisticamente suas dificuldades na luta, comoveram todo o congresso e marcaram o tom dos trabalhos. Os que presenciaram aquele fato não esqueceram o drama daquelas pessoas.

Mas traziam também uma pauta extensa, politizada e bem debatida. Reivindicavam direitos da cidadania. Quanto à terra, desprezavam o Estatuto da Terra e clamavam por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

Apresentaram um documento - "Sobre a Questão Agrária" - que foi debatido e aprovado nos grupos e na plenária final. Nesse texto, demonstravam visão ampla e articulada dos problemas que o capitalismo trouxe para os homens do campo e para a agricultura e agropecuária em geral. Destacavam a preservação das nações indígenas e sua cultura, a defesa das questões ambientais e reivindicavam a formação política e sindical dos militantes cutistas.

Todavia, neste 1º Concut eles tiveram - e souberam usar com sabedoria - um espaço grande que era produto da perplexidade e curiosidade daquela gente do mundo urbano. Não deixavam de ser "exóticos" numa plenária de metalúrgicos, bancários, médicos, professores, funcionários públicos, etc.

Ali mesmo já ficava clara a necessidade de muito empenho, a ser exercido no trajeto de consolidação do sindicalismo rural no interior do sindicalismo da CUT, porque esta se mostrava uma entidade de perfil "operário" com forte presença das classes médias urbanas (profissionais liberais).

Ainda nesse Congresso, um grupo de sindicalistas rurais - lideranças no campo de oposição à Contag e que já praticavam um sindicalismo alternativo, adotando outra metodologia de luta - já havia se colocado dentro da própria direção da CUT recém-fundada. Avelino Ganzer,

integrando a mesa diretora que se instalou no Congresso, junto com outras eminências do sindicalismo urbano de ponta, é uma das falas fortes registradas no editorial do jornal oficial do 1º Concut que circulou durante o evento:

E Avelino Ganzer, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, no Pará, lembrou que a CUT está sendo construída na raça, contra a vontade dos pelegos, dos patrões da cidade e do campo e do governo. (CUT, 1984)

Ocorreram também dois destaques de referência à bravura de luta dos trabalhadores e à violência das elites que simbolizaram a abertura deste Congresso: o sindicalista Paim, do Rio Grande do Sul, prestou homenagem aos 37 operários mortos na plataforma da Petrobrás em Campos, no estado do Rio, vítimas de acidente de trabalho. E o sindicalista Avelino rememorou o assassinato do líder rural Benezinho, de Tomé Açu, no Pará, com duras críticas à impunidade, o que foi registrado no mesmo Jornal do Congresso:

... a justiça não funciona e, por isso, o povo às vezes é obrigado a fazer justiça por suas próprias mãos, como fez contra os pistoleiros que assassinaram Benezinho. (CUT, 1984)

A contracapa do jornal foi inteiramente ocupada pelas notícias do assassinato de Benezinho e por homenagens poéticas de seus companheiros.

Esse era o clima do congresso que apostou num movimento sindical articulado campo-cidade. E, como o sindicalismo rural chegou na CUT costurando junto, não poderia, desde esse momento, ser um processo a reboque! Mas não deixava de ser uma esfera problemática.

A visão predominante na plenária do Congresso não diferia do imaginário social mais amplo. Olhava o companheiro rural como “mais pobre”, “menos informado” e, sobretudo, como “menos politizado”. Não se dava conta, o que ainda ocorre muitas vezes, de que as semelhanças resultam maiores do que a aparência, para poder considerar com mais objetividade e menos preconceito a importância da luta de classes no campo.

Mas o movimento rural no movimento geral da CUT sempre teve presença, embora barganhando espaço. Difícil convencer as direções urbanas de que a luta rural é tão importante e estratégica quanto a dos bancários ou dos metalúrgicos, por exemplo. Em cada situação, isso tem que ser ratificado e, ao que tudo indica, a disposição dos rurais ainda não foi abalada.

No 2º Concut, em 1986, havia crescido a necessidade de romper formalmente com a estrutura sindical cor-

porativa e, no interior do debate, surgiu a importância da particularização da organização dos trabalhadores rurais. Apareceram, então, as primeiras propostas, ainda embrionárias. Já se falava claramente que a CUT para avançar no meio rural teria que definir uma estrutura sindical adaptada à questão do campo, como informa o depoimento de Avelino Ganzer:

Já no 2º Concut orientavam-se os sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil a tomarem muita atenção: na sua grande maioria eram dirigidos por pequenos proprietários e tinham que criar secretarias para atender a grande diversidade que estava acontecendo, principalmente na questão dos assalariados. (Cedi, 1990:17)

No 3º Concut, em 1988, o movimento rural já havia se horizontalizado na experiência sindical em várias oportunidades de luta conjunta e de participação em atividades políticas de porte nacional. Lideranças viajavam de um lado para outro do País por causas urbanas ou rurais, convivendo nos seminários de formação ou frequentando os cursos do Instituto Cajamar.

A comunicação com as tendências - tidas pelo esquema contaguiano como “a coisa ruim que divide os urbanos” - estava francamente desenvolvida. Havia também um esclarecimento maior sobre as questões gerais do capital. No fundo este convívio ajudava mais a identificar o próprio trabalhador como agente na classe do que fora dela.

A presença dos rurais no 3º Concut não foi marcada prioritariamente pelas histórias e “causos” de denúncia que de certo modo formaram uma literatura no 1º Concut, mas por uma tentativa de organização mais elaborada dentro da própria CUT, procurando unificar o setor de luta, sem reprimir ou censurar, entretanto, as diferenças ideológicas internas. Nesse Congresso, os rurais lutaram separados pela defesa das teses trazidas pelas tendências, cujo conteúdo apontava para diferentes concepções político-ideológicas de organização e direção da entidade. Questões fundamentais, portanto.

Vestiram camisas, defenderam posições nos grupos, bancaram até o fundo a divergência, pontilhando uma nova identidade sindical. Mas se articularam para ganhar a proposta de organização do setor não mais em secretaria (vinculada à Executiva Nacional, sem autonomia), e sim em Departamento, com autonomia política, administrativa e financeira, como os bancários e metalúrgicos. E o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) foi criado em um Encontro Nacional Extraordi-

nário realizado em abril de 1988, com representantes de 17 estados.

*Tratava-se de estruturar um dos principais departamentos por ramo de atividade da Central, num momento em que o trabalho de organização nacional já exigia uma direção coletiva (...) Foi eleita uma Executiva Provisória com a tarefa de estruturar o Departamento e preparar seu primeiro Congresso.*²

Já em 1990 acontecia o 1º Congresso Nacional do DNTR-CUT, em São Paulo, entre os dias 1 e 5 de maio, que começou, aliás, com a participação de âmbito nacional dos rurais no Ato Público de 1º de Maio em São Bernardo. Com extrema lucidez, a palavra de ordem de convocação do Congresso era “**Construir a unidade na diversidade**”, referindo-se, logicamente, às questões de ordem ideológica, mas, principalmente, às de ordem prática, reconhecendo a falsa homogeneidade da “tendência capitalista” e que o latifúndio mudou e a exploração se diversificou.

Verificou-se que na preparação do 1º Congresso do DNTR houve uma preocupação também ao nível da construção teórica, o que conduziu a um trabalho conjunto do DNTR com a Secretaria de Formação Sindical da CUT. Aconteceram dois seminários, o primeiro com dirigentes rurais, assessores e especialistas de universidades e organizações não-governamentais, visando iniciar uma problematização. O segundo, repetindo o tema (“Formas de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Hoje; Frentes de Luta; e Proposta de Estrutura Sindical”), ampliava o número de dirigentes rurais e, reduzindo a presença de assessores e especialistas, visava indicar algumas diretrizes relativas à implantação da CUT no campo. O objetivo era o de enfrentar questões polêmicas ao nível da organização sindical diante do importante desafio: construir uma política de estrutura sindical da CUT para o meio rural.

Neste momento aconteciam várias experiências distintas com o uso e trato dessa nova estrutura, o que dava às discussões uma dimensão real e aproximava o plano do raciocínio ao do concreto. O desafio, na verdade, partia de uma tentativa de dar a forma mais estratégica para o livre correr da mobilização e para aumentar a eficácia do confronto, respeitando a heterogeneidade apresentada pela realidade como um dado importante. **Rigidez de princípios e flexibilidade na estrutura** era a expressão que resumia, na essência, toda a discussão e

se configurava como uma orientação política mais geral, assim explicitada novamente por Avelino Ganzer:

A forma de organização pode ser diferenciada. O que nós não podemos deixar, em nenhum momento, é de ir avançando para construir, cada vez mais, a unidade política da classe. (Cedi, 1990:17)

Essas experiências com a estrutura sindical, que procuravam responder aos novos testes colocados pela modernização conservadora, buscavam também dar conta da diversidade de situações vividas pelos trabalhadores: assalariados (fixos, volantes, de empreitada), posseiros, parceiros, pequenos proprietários (tecnificados, tradicionais, integrados), e os sem-terra. Todos eles representando particularidades do ofício tipicamente rural, que nem mesmo as Ciências Sociais brasileiras estão acostumadas a considerar ou compreender. Imagine-se a mídia, como se confunde!

Ao mesmo tempo em que estão sendo tentadas, agora mesmo, novas propostas de estrutura e até a modernização da antiga, o debate vai rolando, algumas vezes revendo e questionando a fundação de uma Federação de Assalariados ou um sindicato específico de pequenos produtores, outras vezes absorvendo o fato de que, na nova estrutura, o movimento popular, que é mais amplo que o movimento sindical, deve ser contemplado pela Central e nessa linha cabem na CUT os sem-terra, o Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens e os sindicatos, as comissões, etc. Isso é a CUT no campo!

Nos depoimentos das lideranças rurais cutistas, registrados na publicação do Cedi (1990), por exemplo, podem se localizar incríveis diferenças de concepção entre eles, que são participantes de um mesmo projeto e, notadamente, a variedade de experiências concretas relativas à estrutura sindical. Pode-se ver que algumas são complementares e outras até opostas.

Nessa publicação, Avelino defende a desmunicipalização dos sindicatos (p.17); Luiz Silva defende a organização por ramo de produção (p.22); Trampolim defende a criação de comissões dentro do sindicato único: de assalariados, sem-terra, parceiros, pequenos produtores (p.24); Adelmo considera difícil a convivência dos assalariados com os pequenos produtores - “outra classe” - dentro do mesmo sindicato (p.28); e é reforçado por Cesinha que afirma que pequeno produtor não é da classe e prefere o sindicato especializado por categoria (p.47).

² Ver Documento oficial assinado pela Executiva Provisória, distribuído nas pastas do 1º Congresso do DNTR. São Paulo, 18 de abril de 1990.

No extremo oposto, Ari Thessing garante e assume que pequenos produtores são trabalhadores (p.39). Osmarino, por outro lado, explica que os sindicatos cutistas de sua região se formaram através do movimento do Conselho de Seringueiros, como um desdobramento das necessidades deste e não ao contrário, e, neste caso, se coloca contra o sindicato único para o Estado, apostando na base municipal (p.55).

Enfim, o que querem todos no fundamental é apostar na construção de um canal mediador que libere as forças em lugar de “controlá-las”, e permitir que a luta se ramifique em várias formas de encaminhamento da própria luta.

Apesar de demarcadas as posições, torna-se conveniente lembrar que, no entanto, essas lideranças - respeitada a individualidade de “cada cabeça” - têm um propósito comum: o de agir contra a estrutura e a cultura sindical anteriores, que representam o atraso e que estão internalizadas no sindicalismo desse País. De modo claro respondem às necessidades colocadas por sua prática dentro de cada contexto particular, porque também são expressão da diversidade que já foi assinalada. Nesses casos de desafio concreto, muitas vezes é difícil teorizar sobre a melhor ação quando se trata de implantar uma nova proposta sindical que se quer anti-pelega. Segundo Avelino:

Nós sabemos que podemos implementar essa proposta, muito mais através da nossa própria vida, da nossa própria prática, do que dizendo. Talvez se ensine muito mais a outro companheiro ajudando a fazer e não dizendo. São questões centrais que não estão claras para todo mundo. (Cedi, 1990:18)

De fato, diferente dos cientistas sociais que podem permanecer perplexos ou produtivamente ponderativos diante da “crise paradigmática” que abala sua disciplina, os agentes sindicais sabem que precisam “quebrar a cara” tentando uma solução porque precisam continuar buscando respostas, errando ou acertando. Isso faz parte do jogo.

E assim, a luta sindical rural torna-se o campo mais experimental da CUT e do sindicalismo contemporâneo, pelo menos no caso do Brasil, onde a prática da classe está sendo constituída na base de uma grande diversidade de formas de exploração e de inserções de homens e mulheres na esfera do trabalho, da produção e do acesso à terra; em mercados, enfim, fortemente alterados em período recente, relacionados com novas formas de desenvolvimento do capitalismo no campo que atingiu de

diferentes maneiras os segmentos do topo e de baixo da sociedade.

Da ação sindical no âmbito cutista continuam aflorando outras questões teóricas e práticas essenciais. Por exemplo, a definição da classe, cuja ordenação pelo determinismo econômico excluiria os pequenos produtores/proprietários da condição de “trabalhadores” e, portanto, de seu direito de participação na CUT. Ora, justamente o segmento rural que participou da fundação da entidade!

Daí se poderia perguntar: como ficam os pequenos comerciantes, os donos de oficina de fundo de quintal, as costureiras, os sapateiros? Todos donos de seus instrumentos de trabalho e, portanto, proprietários dos meios de produção.

A dimensão mais rica dessa discussão aponta para o esforço de respeitar a experiência, em lugar de supervalorizar a abstração teórica do arsenal marxista. Sem dele se afastar, no entanto, está mais próxima de atualizá-lo a partir da vivência dos agentes, questionando-o, portanto, do que de reificá-lo como dogma. Embora a “corrente leninista” seja forte e reaja, ela é, por outro lado, apenas uma das posições dentro da CUT, e não mais aquela certeza inquestionável e única.

Durante o seminário já mencionado, discutiu-se “classe” a partir das questões trazidas por sindicalistas rurais, levando em conta que a classe é um conceito que se constrói ao longo da luta, e a luta de classes é sempre um estado de movimento.

Considerou-se que classe é um conceito forjado na prática histórica, síntese contraditória de forças sociais. E que o conceito supõe a existência de uma dimensão política, sem a qual o que resta é um sistema classificatório. Classe é, por conseguinte, força social em oposição a outra classe, força social que se forja na organização, e força sindical que se impõe. Nesse raciocínio, o sujeito também se constitui na luta, na oposição e na identidade.

Destacou-se que nos momentos de conflito explícito é que aparecem blocos muito claros de classe. Quanto às classes no meio rural, sugeriu-se que devemos tentar ver essas forças se articulando, o que ocorre pelo menos em dois campos: CUT e Contag. A classificação só é necessária para saber como se orientar, por onde incidir a luta, quem incorporar, ou a quem se aliar. A capacidade de incorporar as forças políticas reais é que representa o meio de avançar com o movimento.

O que alimentou o debate foi uma forte polêmica com representantes de uma certa fração do sindicalismo urbano da CUT que, de sua ótica, praticamente negavam aos

pequenos produtores o direito de pertencimento à classe trabalhadora. Terminaram, entretanto, ponderando sobre os argumentos e face à evidência de que polemizavam com os personagens reais dessa discriminação, em igualdade de condições do ponto de vista da combatividade e enquanto lideranças.³

Sabe-se que essa discussão ainda continua em aberto em todo o campo da CUT, mas ressalve-se que o setor rural foi seu principal instigador, ao ser levado a tomar uma iniciativa de “parar para pensar” quando a reflexão se impôs como necessária: a variedade de soluções experimentadas na ação sindical indicou que empiricamente havia mais impasses do que orientações. Além do que a atuação das elites se estrutura cada vez mais de modo mais competente, como no modelo de ação da UDR, procurando cooptar os pequenos produtores.

Outros conceitos foram problematizados com muita riqueza durante os seminários, como, por exemplo, o conceito de “espaço”. Segundo compreendia aquele fórum, o “acúmulo de lutas” é que faz o espaço, e esse acúmulo responde às situações decorrentes da nova ordem distributiva da acumulação capitalista.

Frente a essa compreensão, supunha-se que uma outra geopolítica deve contemplar e fazer face aos movimentos populacionais campo-campo, campo-cidade e cidade-campo, provocados por intervenção estatal (no caso de projetos de colonização, que fizeram surgir os “retornados”); ou provocados por ação direta das elites, como a retração do mercado de trabalho sazonal que aumenta o contingente de bóias-frias e transforma essa gente em população itinerante; ou ainda diante dos movimentos de ocupação de terras que constroem novas comunidades/nova sociabilidade, num mapeamento de violência, conquista e repressão, e que não exclui as periferias urbanas. Essa geopolítica deve contemplar, portanto, como estratégicas, as áreas de resistência e rebeldia, porque é dali, desse “espaço” que ela está sendo escrita.

Discutiu-se também o conceito de história, que se destacaria enquanto “nova”, datada pelo processo de construção sindical com autonomia, fato ainda em curso e não conquistado.

Ademais desse plano de elaboração teórica - que no caso do sindicalismo rural se torna relevante diante do que no imaginário da sociedade se estigmatiza como uma

cultura ingênua e analfabeta - sobressai também o plano das atitudes.

A ação sindical no campo sempre foi difícil, mas hoje em dia precisa ser extremamente inteligente e articulada. É brutalmente perseguida e, no cotidiano, a reação das elites é tão diretamente violenta quanto, algumas vezes, bastante sutil. As questões ligadas ao modelo agropecuário e ao monopólio da terra mexem com interesses do grande capital nacional e internacional, os quais calam a imprensa, manietam o sistema judiciário, desrespeitam a legislação trabalhista, roubam direitos de cidadania, gritam e assassinam. Muito provavelmente, revela-se no campo a face mais “cafajeste” das elites nesse País.

Além do que, o sindicalismo rural procura agir sobre uma multidão dispersa, marginalizada dos equipamentos urbanos e do sistema educacional. Uma massa marcada pela diversidade visível de experiência que torna o elemento de identidade na exploração praticamente invisível. Um mundo de gente desprovida de qualidade nutricional que freqüente, basicamente, uma faixa de renda que não ultrapassa o “salário mínimo e meio” ou que ainda se locomove na condição “abaixo do mínimo”, principalmente no caso de mulheres e crianças. E com tudo isso, quando se forma um sindicato atrás da serra, depois da ponte, longe da estrada, onde não tem telefone, é que se compreende que essa gente está fazendo história.

Cercam o capital nas suas pontas: os atingidos das barragens reagem, os povos da floresta “empatam” a destruição da Amazônia, os canavieiros formam um salário de luta e demandam os direitos de cidadania, os sem-terra ocupam e fazem a terra produzir na sua função social.

Além disso, nos encontros, congressos, eventos de mobilização sindical, o “pessoal do campo” é sempre o mais alegre. Adoram falar no microfone, nos intervalos transformam o ambiente das plenárias em feira artística: tem música, muito instrumento, forró, piadas, repentes, cachaça, chimarrão e poesia. Tem reza também para “proteger” o encontro, com música de luta e música de redenção.

É essa atitude rural que vai à luta ou vai à festa com seu mesmo jeito camponês de ser. Imagine isso no caldo de uma cultura socialista promovida por trabalhadores...

³ Esse debate, tão pobremente resumido, foi extremamente rico para quem o testemunhou, porém, infelizmente, dele não se fez nenhum registro oficial.

O “lugar” do rural na CUT, finalmente, é esse: supõe muita coragem em escolher ser uma liderança sindical em lugar de se acomodar.

Nossa luta não será só de flores.

Assim como não é feita de flores a nossa vida! (Avelino Ganzer, no 1º Concut)

3. O socialismo “plebeu” da CUT

A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. (Williams, 1979:110)

A menção a um tipo de socialismo diferente do “divulgado” oficialmente, seja aquele carimbado por modelos da esquerda ou da academia, ou ainda o inferido pelas elites ao setor popular organizado, nos termos de seus próprios interesses, ganha sentido quando um movimento social classista, promovido por aqueles que se encontram a partir “de baixo” da sociedade, está sob análise, como é o caso da CUT. Pode ser que o processo de constituição desta entidade não cumpra a realização dessa cultura

contra-hegemônica (e certamente ainda não cumpre de modo total). Mas, de toda forma, é no campo alternativo e oponente das formas de política e de cultura que ele se situa.

Aliás, socialismos existem muitos: leninista, trotskista, cubano, albanês, russo, nicaraguense, francês... Ou verde, vermelho, moreno... Por que, então, um socialismo plebeu?

Entre nós, o homem do povo, o plebeu, peão, o camponio, não possui essa confiança interior e profunda, que é a fibra central do caráter do cidadão suíço, alemão ou inglês, que é a fibra central do caráter de qualquer homem. O homem que não tem terras, nem escravos, nem capangas nem fortuna nem prestígio, sente-se aqui, praticamente fora da lei. Nada o ampara. Nenhuma instituição, nem nas leis, nem na sociedade nem na família, existe para sua defesa. Tudo concorre para fazê-lo um desiludido histórico, um descrente secular na sua capacidade pessoal para se afirmar por si mesmo. Desde os primeiros dias da colonização, sempre se vê diante dos poderosos, das suas cobiças, das suas arrogâncias, das suas animosidades, tímido, pusilânime, receoso, encolhido. O que os quatro séculos da nossa evolução lhe ensinam é que os direitos individuais, a liberdade, a pessoa, o lar, os bens dos homens pobres só estão garantidos, seguros, defendidos, quando têm para ampará-los o



Vera Jursys

I Congresso do DNTR/CUT: no intervalo, música e poesia

braço possante de um caudilho. Essa íntima convicção de fraqueza, de desamparo, de incapacidade, se radica na sua consciência com a profundidade e a tenacidade de um instinto. (Vianna, 1987:99)

A partir dessa definição do “plebeu nacional”, vale certamente pensar o socialismo desses “plebeus” no tempo, na corrente da virada histórica de um povo. Virada que sequer está concluída mas ninguém pode interrompê-la, no máximo interferir pela força. Isso pode extrapolar os dilemas apontados por Rodrigues (1990), que indica o ethos do socialismo como responsável por um “impasse” no crescimento e modernização da CUT.

É sobretudo interessante datar a formação desse ser social “plebeu”, desde o período colonial, a partir do imaginário dos segmentos dominantes que assim procuravam modelá-lo e, portanto, pela descrição da trajetória dos potentados, apresentada pelo pensamento positivista, sem a menor ingenuidade, e onde a oposição classista aparece indicada pelas categorias “aristocrático” e “plebeu”, atores sociais emergentes na constituição da sociedade brasileira em raízes rurais.

Afinal, existe todo um investimento ideológico e uma forte ênfase na história oficial quanto à vivência aristocrática de nossas elites e sua capacidade de direção e governo do País, contrastando sempre com a flagrante fraqueza de nosso povo, miscigenado e sem capacidade de autonomia.

É daí que sociólogos brasileiros, entre eles Oliveira Vianna, falam da existência de uma estrutura cultural que seria reflexo da estrutura econômica pré-capitalista de nossa sociedade agrária, cuja base, para ser aristocrática, não supunha títulos, mas a posse de terras, escravos e poder político.

Bem aceita, essa hipótese sociológica afirmava ainda que a natureza desse pré-capitalismo na formação da sociedade era a chave para a compreensão do viés aristocrático dos segmentos sociais que seriam mais aptos a coordenarem a objetivação das novas idéias econômicas do grande capitalismo moderno que nasceu a partir de lutas e sublevações no Primeiro Mundo.

Inicialmente, porque o Brasil, na zona periférica, não teria vivido nem a “intensidade psicológica” nem a “estrutura técnica” com que teria se manifestado esse capitalismo nas regiões clássicas de sua formação. E isto face à evidência, de que aqui se desenvolvia uma civilização de tipo agrário e pastoril, ou semi-urbana e artesanal. E, finalmente, porque o “espírito capitalista” nunca teria chegado a ser um traço dominante da nossa “estrutura

culturoológica”, tendo em vista que a nova ordem se introduziu sem alterações fundamentais na organização social e econômica anterior (já que o positivismo não enxerga a existência de lutas de massa ou de derramamento de sangue) e, ao mesmo tempo, curiosamente, não teria se cristalizado nas altas burguesias e elites industriais uma mentalidade capitalista moderna com sua preocupação absorvente de lucro.

Em seu livro, Leôncio Martins Rodrigues admite que “... o ethos socialista foi funcional nas fases de luta pela consolidação dos sindicatos mas passou a ser disfuncional quando se tratou de ampliar o poder sindical no interior de sociedades desenvolvidas e democráticas”. Para mim está suposto um modelo “europeu” de socialismo que se formula como incompatível de gestação no interior do capitalismo, a priori, e, ao mesmo tempo, uma concepção muito específica de ação sindical que se expõe, como limitativa para a relação entre as lutas econômica e política ou para o significado das necessidades imediatas e gerais nas reivindicações.

Inclusive para pensar o século XX, Vianna desenvolvia o que eu chamaria de uma explicação lógica:

É possível que do ponto de vista de sua organização material, o nosso atual supercapitalismo industrial, florescente em São Paulo e no Rio, haja atingido até mesmo ao ‘neotecnicismo’ (...) e às ‘concentrações’ (...); mas, do ponto de vista do espírito e dos sentimentos que o animam, abre-se-nos, ainda aí, (...) uma larguíssima margem em favor das nossas velhas tradições pré-capitalistas. E isso é fundamental para uma compreensão realista da gênese e da evolução da questão social no Brasil. (Vianna, 1988:179)

Seria possível descrever, acompanhando os positivistas, duas lógicas básicas na caracterização das elites nacionais na origem de sua formação: a primeira, o descrédito a quem dependia de lucro para viver, tomando o dinheiro principalmente como meio, valorizando a ostentação e os privilégios políticos - genitores da “mordomia” - e o encastelamento do poder na propriedade de terras e escravos. A segunda, o reconhecimento da existência de classes distintas e até opostas, mas apenas do ponto de vista de uma estratificação, considerando que negavam a existência de uma “luta de classes” no Brasil.

Pautando o comportamento “aristocrático”, ao mesmo tempo dominador e paternal, vicejavam dois preconceitos mais significativos nas elites. O preconceito racial, que condena o mestiço e o negro a uma subalternidade humilhante (“mesmo entre os homens do baixo povo, o fato de

ser branco é o mesmo que ser nobre”) (Vianna, 1987:99), demarcando que a ascensão social passava pela “arianização”. E o preconceito contra o trabalho manual. A desclassificação desse tipo de trabalho - ofício que cabia aos escravos - favorecia a fuga do branco, o “homem livre”, da atividade artesanal e funcionava de modo a considerar os operários e artífices uma classe inferior.

Constituíam o que então chamavam ‘o povo miúdo’, ‘a gente mecânica’, ‘homens plebeus e de baixa mão’. Dignos e nobilitantes só eram considerados o serviço das armas, o serviço de Deus, e a propriedade da terra: a militância, a religião, o senhorio. (Vianna, 1988:179/180)

Assim a plebe colonial era tida - nesse significativo manancial do imaginário produzido pelas elites - como gente bárbara, onde se identificavam índios, negros, cafuzos, mamelucos, pardos e mulatos, estes os mais ladinos. Os brancos nela adquiriam alguma dessas tonalidades na designação, advindo do fato de não pertencerem aos grupos das elites. Nesse “baixo-povo” assume-se que não prepondera a respeitabilidade, a probidade e o decoro pessoal - qualidades da “alta classe”. Mas procedimento, ar e modos “de moleque” formam as expressões pejorativas que adjetivam essa condição social, ou as “gentes de bem” que, por acaso, ajam fora da ética aristocrático-rural dominante.

A essa “plebe” restam, no âmbito dos sentimentos da coletividade nacional, duas funções perversas mas necessárias, além de mão-de-obra disponível, naturalmente. De um lado, alimenta e constitui a base social da estratégica e complexa instituição da **capangagem**, em razão de sua pouca coesão interna e baixa fixação na terra; suposta desqualificação moral intrínseca à sua condição de mestiça; ou devido à sua posição na produção.

De outro, representa um **perigo potencial** cuja ação alimenta permanentemente os movimentos de defesa da ordem, a repressão, e seu recrutamento para a capangagem onde atua contra seus pares. Esse perigo se manifesta quando a plebe se rebela à submissão imposta do latifúndio pela dependência da terra e pelo roubo de direitos; ou quando se refugia na marginalidade.

Na ordem moral ou intelectual, na ordem econômica ou social, o mestiço é sempre, por exigências da própria psicofisiologia, um excessivo, um instável, um irregular, um descontínuo, um subversivo. (Vianna, 1987:165/66)

São tidos como os principais inimigos da ordem pública no período colonial (vide os selvagens e os quilom-

bolas). Isto porque sua suposta baixa moralidade, confundida com resistência à disciplina, lhes garante a fama de tomar a anarquia como a verdadeira expressão da liberdade.

*Os elementos de agressão e combate, necessários à composição da horda senhorial, é a plebe rural que vai fornecer abundantemente. Esta plebe, que não possui nenhum valor próprio e que, economicamente, tem uma importância secundária, exerce, em nossa vida histórica, a função específica de ser **viveiro da capangagem senhorial**. (Vianna, 1987:161; grifos meus)*

Apesar da dualidade da performance social da plebe, revela-se em comum a explosividade desse segmento à margem do poder econômico, cultural e político, embora essa explosividade tenha sido desde cedo, no Brasil, escamoteada por um discurso de passividade e inércia ou isolado como “caso de polícia” pelas elites que já denunciavam uma função agressiva e criminosa como biologicamente natural desses mestiços plebeus, aqueles que “dão o que fazer ao governo”!

Essa indicação de rebeldia e insurgência nos termos em que se expõe à consciência coletiva nacional é muito bem descrita pela sociologia de Oliveira Vianna:

Com a mestiçagem, a plebe rural sofre uma sorte de saturação étnica, que a torna, como é de prever, extremamente deflagrante. Cada um desses ‘pardos’, ‘cafuzos’, ‘mamelucos’, ‘carijós’, que se fixam em seu seio, corresponde a uma nova molécula de dinamite ajuntada à sua massa - o que lhe aumenta, de uma maneira progressiva e contínua, a explosividade. Consciente de uma missão histórica qualquer e unida sob um chefe possante, essa plebe, assim formada, teria sido um perigo formidável. Dispersa, desagregada, instável, inconsciente de si mesma pela ação simplificadora dos grandes domínios, só vale quando utilizada pelos grandes caudilhos territoriais. (Vianna, 1987:167)

Finalmente, nos limites de um artigo, dando um salto do que foi exposto sobre as origens coloniais para hoje, torna-se possível extrair, ainda que modestamente, algumas lições do importante pensamento positivista autóctone sobre a questão social no Brasil e, então, tentar encaixar o lugar da CUT e da cultura socialista-sindical que realisticamente pode estar sendo produzida pelos subalternos.

A despeito das transformações objetivas e subjetivas provocadas pela expansão do capitalismo no Brasil e de

seu momento monopolístico no plano internacional, o imaginário das nossas elites pouco se modificou. Sua atitude preconceituosa quanto ao trabalho e aos trabalhadores se manteve, além de preservar seu poder hegemônico sem prescindir da ampliação da concentração da propriedade da terra em suas mãos e ainda transformando-a, até quando socialmente ociosa, em reserva de valor.

Mas também é fato que, além de passar por tensões para adaptar-se às exigências internacionais da acumulação capitalista, defrontou-se com a sempre constante resistência popular - latente ou explícita - em condições dentro das quais teve que recuar na sua avaliação quanto ao tratamento da questão social como "caso de polícia" e veio reagindo ao sindicalismo e à luta partidária ou veio coadjuvando o desenvolvimento do corporativismo sindical, ou ainda, se deparando e interferindo com os novos termos da negociação trabalhista, com o "direito de greve", o "pacto social", etc.

Já era perceptível, desde o período colonial, uma polarização de interesses antagônicos com uma correspondente dialética da cultura, como diria Thompson (1984), o que se extrai da particular preocupação em afirmar a não-existência da "luta de classes", o que era decisivo para desqualificar a existência da própria classe.

No balaio da rebeldia "étnica", passível de converter-se em consciência de missão histórica, também está indicada uma resistência às idéias e instituições dominantes da sociedade que se evidenciaria mais ou menos articuladamente no comportamento das pessoas que partilham a mesma vivência plebéia e bárbara.

De todos os modos, o potencial explosivo já explícita que não há passividade, mas participação ativa, mesmo que não "orgânica" ou "madura" nos termos da experiência da classe operária européia.

Enfim, podemos intuir antíteses relevantes no plano da cultura não registradas pela história oficial e que merecem pesquisa. Contrastes entre o que é e não é "cultura" oficial e educada na dimensão da cultura plebéia, nas experiências que formam o ser social de geração em geração, e como estas se imprimiam em padrões culturais; polaridades entre as culturas refinada e plebéia e no trajeto de seu desenvolvimento com mútuas implicações, identidades e contradições na consolidação da própria dominação na sociedade brasileira - produto de operações cotidianas de controle, mando, obediência e desobediência.

Tudo isto para perceber-se das análises histórico-sociológicas um processo vivo da construção da classe por baixo da sociedade, que no caso do Brasil, além de evidentemente particular, é extremamente complexo e diverso do ponto de vista cultural. Processo que ainda precisa ser mapeado nessa perspectiva, mas que situa a CUT como uma experiência no bojo desse trajeto. Quer dizer, uma vivência que resulta desse percurso da cultura submersa, de uma cultura anti-aristocrática-ruralista lutando para transformar-se, quem sabe, numa plebéia pós-moderna!

Tomar essa classe como "em formação" é fundamental, como se pode aprender com Vianna desde o período que ele observa, porque essa é a questão central para a consolidação de uma cultura anti-hegemônica embora a busca mais coesa de uma identidade, juntamente com os direitos de cidadania e de contrato (salário, condições de trabalho, terra, preço mínimo), encontrem-se hoje intrinsecamente articulados com demandas mais amplas, ideológicas e políticas, quanto ao poder de direção da sociedade e ao próprio modelo de sociedade.

Essa é a nova expressão e a novidade que junta o que as elites maquiavelicamente separam: fazer sindicalismo, no caso o sindicalismo cutista, no Brasil hoje, não é muito diferente de estar fazendo, simultaneamente, um socialismo qualquer dentro da dinâmica da história do movimento popular com todo seu vigor e com toda sua fragilidade.

Considerando essa etimologia, o socialismo possível da CUT, pede para ser visto como mais brasileiro, experimental e improvisado e ele tem a ver, é claro, com o plebeu rebelde que foi sufocado no período colonial, porque é parte de uma história que tem continuidade.

Mas, se do contrário, for tomado como europeu pela teoria, jamais se consolidará numa ação classista antiburguesa, neste País pelo menos, que é onde me interessa pensar primeiro. Esse socialismo que serve de referência às ciências sociais muitas vezes e à mídia quase sempre, é um socialismo feito para não ser conquistado nunca, é um alibi que está escondido na cabeça de quem o apresenta e esnobemente o cobra das instituições que abrigam projetos para os trabalhadores, seja no sindicalismo, na luta partidária ou nas diferentes formas de resistência democrática.

O socialismo que pode ser gestado tem padrões de solidariedade e de desobediência civis que já estão em curso sob várias formas e através de diversos canais que se ligam à classe. E, depois, ele não precisa ser definido

“a priori”, pode “estar sendo”, em meio a crises, avanços e recuos e dentro do jogo da correlação de forças que ainda lhe é desfavorável.

O que se vê ocorrendo no campo da CUT como experiência, e que não é exatamente o que a CUT formalmente lança em seu discurso e em seus “comunicados oficiais”, é a produção de uma contracultura ainda confusa e tensa, o que a instituição e/ou o movimento corporificam com seu ar de “enfant terrible”: “radical”, “fora de ordem”, “precária”, “dividida”, “em crise”, e até materializa no boné-capacete ou na figura de seus presidentes-peões. É também um campo heterodoxo do caldo de culturas que emergem por debaixo da sociedade, e nem todas progressistas.

E essa produção cultural se coloca igualmente como um desafio para a própria direção constituída da CUT que também mal enxerga o que está acontecendo, nesse sentido, e pode muitas vezes passar “ao largo” daquilo que eventualmente promove e é parte.

Mas, por ora, ser uma das instituições que promove o resgate desse estopim da plebe rural colonial, já faz da CUT um dos canais importantes para a constituição e autonomia da classe. E esse é o caminho do socialismo plebeu: algo mais que uma resistência, vislumbrando uma conquista para além da classe - reconhecível também como utopia - mas que deve ser identificado muito concretamente nos percursos da luta de classes no Brasil, e nos marcos da história deste País.

É claro que ainda há, lamentavelmente a meu ver, a expectativa de que a CUT seja um instrumento exclusivo da “revolução-proletária-eminente”, e que é tomada anacronicamente em relação à dinâmica histórica atual, como esse “aparelho” visionário dos anos 50 e 60, por algumas das próprias forças que a constituem como um movimento. Mas pelo menos não se trata de uma posição unívoca, tendo em vista sua natureza plural no complicado jogo da disputa democrática de concepções e tendências.

Mas para tomá-la como uma parte - e uma parte com legitimidade e reconhecimento - dentre as diferentes formas da luta por autonomia que a classe elabora em sua experiência - em pleno exercício de seu socialismo plebeu - urge reivindicar-lhe conquistas modernas e revolucionárias de fato, particularmente no âmbito da cultura política do trabalhismo no Brasil, o que, por diferentes motivos, ainda não obteve, embora tenha provavelmente as melhores propostas.

É verdade que a CUT ainda sofre a síndrome do corporativismo que pretende superar, mal resistindo à

crise financeira do final do imposto sindical que sempre pressionou para derrubar. Entretanto, vista nessa conjuntura, suas chances são contraditórias porém reais e compatíveis com a história da luta popular - que sempre se desenvolveu, enfrentando entraves estruturais que extrapolam as trincheiras do sindicalismo e, neste quadro, se impõe, de fato, como “referência” da classe.

Os vícios de nossa formação social e as marcas de uma dominação elitista precisam ser superadas em vários níveis e direções a todo momento e de várias formas. São barreiras “invisíveis” à autonomia da classe que não se resolvem numa “greve geral” ou com uma revolução do tipo “tomada do poder econômico e político pelo partido”.

Ninguém melhor do que o próprio Sérgio Buarque de Holanda, estudioso da brasilidade e autor que dissecou o contraditório “homem cordial” na caracterização do brasileiro, para ajudar a expressar o sentido da necessidade revolucionária para a constituição autônoma da classe, numa vitória cultural decisiva sobre os poderosos que ocupam o topo da sociedade há tantos séculos.

Para ele essa vitória só se consumará quando estiverem liquidados os fundamentos personalistas e aristocráticos onde ainda se assenta nossa vida social, e isso tanto no campo do dominador como no dos oprimidos. O processo revolucionário brasileiro para Buarque tem um significado claro na “dissolução lenta, posto que é irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de País independente até hoje não conseguiu extirpar”. Considerando, entretanto, que é fundamental ter revogada “a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar. (Holanda, 1988:135)

Vejo como uma grande lição do ensafista esse sentido de processo e o imperativo das transformações morais, culturais, éticas, enfim, alterando radicalmente as bases da sociabilidade, da política e da cidadania, que são apontadas por ele como cruciais. Nesses marcos revela-se a relevância da ação da classe no cotidiano de suas instituições - momentos miúdos que se acumulam no tempo, rompendo barreiras simbólicas e materiais, eventualmente muito mais significativamente do que as grandes ações culminantes em momentos espetaculares, mesmo que estas não deixem de ter a sua importância.

A forma visível dessa revolução não será, talvez, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe, e segundo preceitos de antemão formulados, os valores longamente es-

tabelecidos. É possível que algumas das suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz. (Holanda, 1988:135)

Na dinâmica social existem brechas nas ações de controle e dominação, existem processos reais de organização da vida social que se estabelecem à contrapelo da hegemonia. Neste artigo proponho, enfim, que embora a central sindical seja normalmente enfocada - pelas suas próprias prioridades e natureza - no plano da disputa político-econômica, se atente também para uma análise da CUT como cultura de classe.

Há uma cultura empiricamente produzida/constituída, derivada da experiência de classe que se articula com um conhecimento socialmente "instruído" que é seletivamente escolhido na história acumulada do movimento popular, com conteúdos produzidos no embate entre as classes, formando o que chamo de uma cultura socialista nativa ou plebéia, também produto e síntese da visão e da vivência de modos de pensar e agir dos anos 50 e 60, da contra-experiência dos anos 70 e da crise do socialismo real que se evidencia nos anos 80. Uma cultura que vive uma crise teórica e prática. Crise sentida com diferentes nuances na experiência dos trabalhadores e em relação

aos seus aliados nas camadas médias da sociedade. Existindo diferenças, também, quanto ao "lugar" dessas experiências, no campo ou na cidade.

Analisando as coisas, tomando-se o contexto numa articulação que pense a sociedade viva, com homens e mulheres em ação, agentes de seu tempo e lugar, cabe verificar em relação à CUT, além da matemática sindical, e dentro do que ela é - problemática mas exploradora da conquista de suas metas - e a partir do que tem hoje, um papel polêmico mas decisivo na formação da questão social brasileira:

1 - Até que ponto é democrática essa produção cultural empírica que promove.

2 - Se o seu projeto institucional para a luta dos trabalhadores abre (e como) maior ou menor espaço (ou fecha) para uma articulação decisiva desse socialismo empírico com o movimento geral da sociedade no sentido de uma transformação histórica.

Nesses parâmetros vale a pena estudar a CUT e cobrar-lhe seus eventuais devaneios e incompetências no trajeto que historicamente se espera que com ela possamos seguir, no sentido de, ao menos, superarmos essa antiga autoridade moral do sofrimento e da opressão.

*Enquanto a plebe rude
na cidade dorme...*

(Noel Rosa)

Referências bibliográficas

CEDI

1990 - Sindicalismo no Campo - Avaliação, Perspectivas e Desafios (entrevistas). **Cadernos do CEDI nº 20**. São Paulo, Cedi. CUT

1984 - **Jornal do 1º Congresso Nacional da CUT**. São Bernardo do Campo, nº 2, 25/agosto.

HOLANDA, Sérgio Buarque de

1988 - **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.

RODRIGUES, Leôncio Martins

1990 - **CUT: Militância e Ideologia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SILVA, Sérgio

1980 - "Pau d'Alho, SãoBernardo, Gdansk" in: **Jornal Movimento**, 8 a 14/dez.

THOMPSON, E.P.

1984 - "La Sociedad Inglesa del siglo XVIII: lucha de classes sin classes?" in: THOMPSON, E.P. **Tradición, Revuelta y Consciência de Clase**. Barcelona, Editorial Critica.

VIANNA, Oliveira

1987 - **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro, Eduff, vol.I.

1988 - **História Social da Economia Capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro, Eduff, vol. I.

WILLIAMS, Raymond

1979 - **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro, Zahar.

Sindicalismo rural – qual a sua “base”?

Ivo Poletto *

Algumas entrévistas publicadas no *Caderno Sindicalismo no Campo* (Cedi,1990), revelam que existem ainda sindicalistas que pensam o processo histórico a partir dos camponeses e trabalhadores rurais, relativizando as formas organizativas. Outros, ao contrário, já engoliram a desastrada pílula “made in esquerda do Brasil” e pensam a história a partir da organização. Um deles chega a pensar a organização do campo a partir da cidade. A organização torna-se o fim, tendo os trabalhadores de se ajeitar nela. Para o “envolvimento”, torna-se indispensável uma doutrina clara que justifique a organização e um “programa” que garanta a direção geral das lutas.

Sob nosso ponto de vista, está faltando a coragem de colocar em discussão alguns pressupostos. Entre eles, o debate em relação ao caráter da organização sindical brasileira: criação popular ou estratégia estatal? Além disso, mas relacionado com o ponto anterior, terá o “sindicato” condição de realizar a mediação política das demandas radicais e transformadoras da população rural? Por fim, qual é a “base real” do sindicato: a população que luta ou os associados, e entre esses os que aderem à doutrina e à proposta?

Um dos estudiosos desta questão, ao analisar o fenômeno do privilegiamento das formas sindical e partidária de luta política, chamou esta prática de “opção preferencial pelo Estado”. Se esta crítica tem algum fundamento, a análise deveria levar-nos a buscar o que significaria a “opção preferencial pela sociedade civil”, perguntando-nos pela possibilidade da existência de uma articulação das lutas e movimentos sociais realizados pelos camponeses e trabalhadores rurais “fora” e em conflito com o Estado. Aqui, novamente e sob outro aspecto, cabe a pergunta: qual seria a “base” desta articulação?

1. A problemática

Percebe-se, até a olho nu, um esvaziamento de grande parte dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). A época em que esse fenômeno mais aparece é o período das eleições que renovam as diretorias. Cresce o número dos casos em que se torna urgente um “esforço concentrado” para evitar o vexame de não alcançar o quorum necessário para tornar válida a eleição. E existem situações em que o boliço eleitoral se torna extenuante para impedir que a chapa única seja derrotada pelos sócios com direito a voto que deixariam de comparecer.

Existem sindicatos que viram reduzidos seu quadro de sócios “em dia” de seis mil para pouco mais de cem companheiros. Outros em que o número de votantes da última eleição da diretoria foi praticamente igual ao número de delegacias criadas na luta para derrotar os pelegos que dominavam o “sindicato”. A consequência disto é a ausência de lutas encaminhadas pelos sindicatos, além da falta das mínimas condições para que o sindicato funcione com autonomia. Não há recursos para nada. Existem até situações em que a própria sede foi vendida para saldar dívidas!

Será correto dizer que estes fatos revelam a “crise do sindicalismo”? E será que os caminhos seguidos até agora para enfrentá-la são corretos? Será que a análise levou a identificar as “causas” do problema? Ou será que, por falta de um estudo crítico do sindicalismo de trabalhadores rurais, não se tem buscado soluções em práticas que podem agravar a situação?

O trabalho que apresentamos é fruto das muitas discussões de que participamos nos últimos anos. Nossa perspectiva contraria as análises que indicam a

* Sociólogo, Assessor da Comissão Pastoral da Terra.



Manifestação de trabalhadores em Tocantinópolis - TO

inadequação burocrática da “estrutura sindical”, que junta até classes diferentes no mesmo sindicato, como a causa principal dos problemas vividos pelo STR. Este pode ser um dos problemas, mas não é o principal. Como tentaremos demonstrar a seguir, a verdadeira problemática do sindicalismo rural é constituída pelas contradições que marcam o sindicalismo brasileiro, especialmente o fato de ser, ao mesmo tempo, iniciativa dos trabalhadores e iniciativa do Estado, articulação de lutas e representação de classes, tentativa de democracia direta e direção. Como consequência dessas e certamente de outras contradições, o sindicalismo vive um dilema fundamental: seu poder está no povo organizado ou na capacidade de negociação com as classes dominantes, especialmente com o Estado? Em outros termos, o que é fundamental: aprofundar a relação direta e participativa com as “bases” ou montar estruturas mais eficientes de representação e negociação? Simplificando, é mais importante, por exemplo, parar o país e fazê-lo em bases democráticas que renovem esta sociedade oligárquica, ou “falar em nome de milhões de trabalhadores” a um Estado que se renova em favor dos capitalistas?

Sob nosso ponto de vista, a questão central está na definição do que significa “base”, o que implica resolver estas perguntas: base de quem? base para que? No caso concreto do sindicalismo, vale tanto perguntar: “qual a

sua base?”, quanto “ele é base de quem?”, ou ainda, “ele é instrumento de quem e para que?”

2. Sindicato: motor das lutas sociais?

Os assalariados brasileiros viveram sem “salário mínimo” até o início da década de 40. Com a entrada do Estado Novo, auto-proclamado “pai dos pobres”, nas relações de trabalho, a decretação ditatorial do “justo salário”, capaz de garantir “vida digna” para o trabalhador e sua família, resultou, de fato, na diminuição imediata da massa salarial. Isso quer dizer que, em média, os salários baixaram. E como os preços não baixaram, a “sobra” serviu para esticar um pouco mais a margem e a massa dos lucros dos empresários capitalistas e as rendas do Estado, igualmente capitalista, mesmo se ditatorial.

A decretação do “salário mínimo” foi saudada como um avanço na legislação, uma conquista dos trabalhadores. De fato, na aparência, o Estado reconhece os assalariados, pondo-se ao seu lado, defendendo-os contra os patrões. Na realidade, invisível, só perceptível no movimento histórico através da análise e no aumento das necessidades dos assalariados, a mediação do Estado significa, até hoje, um arrocho salarial institucionalizado. O Estado, paternalista, oculta a exploração e faz os assa-

lariados ficarem dependentes de sua “atenção” para recuperar e melhorar os salários.

Pouco antes disto, o mesmo governo criou a “legislação sindical”, reconhecendo, disciplinando, institucionalizando as organizações dos trabalhadores. Não significa que os trabalhadores não lutaram antes disso. Suas lutas, memoráveis, e as organizações criadas por eles não eram reconhecidas pelo Estado, não eram “legais”. Como no caso do salário, não por acaso “defendido” depois de institucionalizada a organização e disciplinadas as “lutas trabalhistas”, na aparência o Estado reconhece o “direito” de luta e de organização praticadas pelos trabalhadores; na realidade, cria uma “estrutura legal” que necessariamente burocratiza o sindicalismo, atrelando-o política e juridicamente a ele.

Não é necessário retomar todo o processo histórico-genético do sindicalismo brasileiro. Importa aqui destacar essa origem complicada, sua dupla paternidade. Como instrumento de luta pelos direitos dos trabalhadores, o “sindicalismo” (sem esse nome, quase sempre) é obra deles, trabalhadores. Como “instituição sindical”, regulada em lei, é obra do Estado. O ponto de partida real dos trabalhadores é a sua necessidade, é a criação do direito, o enfrentamento da exploração. O ponto de partida real do Estado são as lutas e organizações “ilegais” dos trabalhadores, o seu “reconhecimento”, o seu disciplinamento. Partindo do pressuposto de que o Estado, mesmo o ditatorial, estaria acima dos interesses privados das classes sociais, o sindicalismo é criado como instrumento de representação dos trabalhadores, destinado a colaborar com as autoridades para resolver, através do diálogo e da negociação, as diferenças entre capital e trabalho. Organiza-se a “corporação” dos trabalhadores para realizar bem sua “função social” em benefício, como se diz, de “toda” a sociedade.

Se examinarmos os fatos referentes ao sindicalismo de trabalhadores rurais, uma conclusão se impõe: de fato, o Estado, ao reconhecer o “direito de organizar-se”, impõe uma camisa de força com o nome de sindicato. Os camponeses e os poucos assalariados agrícolas, descendentes de memoráveis lutas como Canudos e Contestado, decidem, a partir da década de 40, ir criando formas de organização política para realizar lutas por seus direitos, especialmente o direito à terra para viver e trabalhar. Mesmo contando com complicadas mediações políticas, que não podemos analisar aqui, os organismos criados nas lutas são substituídos pelo sindicato de trabalhadores

rurais, criado pelo Estado. As organizações dispersas são substituídas por um interlocutor legal e institucionalmente reconhecido.

Sem entrar na análise das primeiras intervenções da ditadura resultante do golpe de estado de 1964, vale destacar que os governos militares, além de propor e aprovar o Estatuto da Terra, criaram o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (Funrural). Paternalista, o Estado ditatorial preocupa-se com a necessidade de escritórios do Funrural nos municípios. Por que não os STRs? Além de tudo, eles seriam mais reconhecidos pelos trabalhadores! Constatado que não existiam em muitos municípios, todos são animados a criar STRs, transformados de imediato em postos avançados do Funrural. A Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) já livre dos interventores no final dos anos 60, decide aproveitar a “onda”, criando STRs onde fosse possível. Com isso, ultrapassa-se o número de 2000 STRs, quase todos, porém, revelando claramente as consequências da dupla paternidade: nem os associados sabem se aquela sede é sua ou é uma agência governamental!

A análise terá o seu curso, e novas coisas poderão aparecer. Até aqui, contudo, é possível concluir: enquanto iniciativa dos trabalhadores como instrumento de suas lutas em favor de seus direitos, o STR pode significar um avanço; enquanto instituição criada jurídica e administrativamente pelo Estado, o STR é um mecanismo de controle das lutas dos trabalhadores rurais e camponeses. Sendo as duas coisas numa organização só, seu “serviço” realizará as aspirações dos trabalhadores ou as “funções” determinadas pelo Estado, a depender de quem efetivamente exercitar o seu poder no STR. Ainda assim, resta um problema: se o STR andar com os trabalhadores para além e independentemente do reconhecido pelo Estado, continuará ele uma organização “legal”?

3. Movimentos sociais e renovação sindical

Os trabalhos de educação popular e de pastoral popular que se alastraram pelo interior do país no final dos anos 60 e nos anos 70, ao cruzarem com as necessidades, ao estimularem a criatividade política, e ao possibilitarem a análise crítica da não realização das promessas de reforma agrária, tomaram possíveis movimentos sociais variados e especialmente a retomada do movimento social

de luta pela terra. É nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que essa luta toma um primeiro fôlego.

A repressão se torna mais intensa, buscando sufocar a capacidade de luta do povo. O comprometimento de Igrejas, ao contrário, se torna mais efetivo, potenciando o crescimento da luta.

Na medida em que a luta pela terra se aprofunda, começam a pipocar conflitos entre camponeses e diretorias dos STRs. Às vezes por seu despreparo político; outras vezes por força do medo provocado por ameaças para valer sobre os dirigentes sindicais; na maioria dos casos, porém, por causa do “peleguismo” dos dirigentes reais que são os presidentes. O fato é que raríssimos STRs assumem a luta pela terra com todas as suas consequências. As Federações de Trabalhadores na Agricultura, bem relacionados com as Delegacias Regionais do Trabalho, não dão um passo em favor dos que lutam pela terra. Consideram-na uma “aventura perigosa”. Elas e muitos dirigentes sindicais incompatibilizam-se também com os que apoiam os que lutam pela terra, particularmente com a Comissão Pastoral da Terra, criada a partir de 1975.

As lutas pela terra têm diferentes origens e desdobramentos. No Nordeste, ela surge de núcleos de posseiros, de iniciativas de foreiros, de projetos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e/ou do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Denocs), de barragens da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), de ocupações de novas áreas; no Centro e Norte, são principalmente posseiros, “velhos” e “novos”, que lutam pelo reconhecimento de seu direitos à vida, à terra, à produção; no Oeste, além dos posseiros, surgem os colonos e os parceiros, transferidos/atraídos/traídos por empresas de colonização e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); no Leste, grandes projetos de celulose/carvão e de turismo expulsam os pobres da terra; no Sul, além das hidrelétricas em regiões muito férteis de pequenos proprietários, crescem os filhos dos pequenos proprietários que não conseguem comprar terra... além da ação dos Kaingang de Nonoai que, ao expulsar os intrusos, cria o início do então “movimento dos sem terra”.

Em todas as regiões, as lutas, os movimentos organizados dos camponeses sem terra, se tomam ponto de partida para o questionamento do STR: “se eles nem aceitam de conversar com a gente, se eles têm medo das consequências da luta, se eles não arrumam nem o advogado de que a gente

precisa, para que servem? Afinal, a gente pode ir ao Funrural sem passar pelo STR!”. “Além disso”, dizia-se, “esse STR nem nota que estão surgindo assalariados; ele só serve mesmo para arrancar dentes!”

Reverendo relatórios dos debates dos anos 70, é possível concluir que o rompimento definitivo entre os movimentos e lutas sociais e os STRs só não aconteceu pela interferência de dois fatores:

- a) a visão dos agentes pastorais, assessores jurídicos e educacionais, para quem o SINDICATO era uma forma organizativa necessária para o processo de transformação da sociedade, limitando sua postura crítica aos “desvios” em que se encontrava o sindicalismo de trabalhadores rurais;
- b) a relativa autonomia da posição ideológica e da prática da CONTAG que, passando por cima das Federações e de STRs, apoiava lutas concretas, admitia críticas ao sindicalismo e buscava caminhos novos, pelo menos até o Congresso de 1979.

Os dois fatores, combinados, determinaram a “luta por dentro”, a luta por um “sindicalismo autêntico”, o que foi possível através das **oposições sindicais**.

Existiram diferentes práticas de oposição sindical, expressando diferentes teorias em relação ao processo. Algumas se limitaram à organização de chapas de “oposição”, buscando relação com os “associados” apenas nos períodos eleitorais. Outras, em vista de garantir a vitória de uma chapa de oposição, avançaram na linha de “convocar o pessoal para associar-se e estar em dia”. No geral, estas “oposições sindicais” não criaram experiências participativas novas, nem descobriram e formaram novas lideranças. Ao contrário, surgiram e se alimentaram dos trabalhos desenvolvidos por outros organismos, canalizando as lideranças emergentes para a organização sindical.

Mas houve processos muito ricos de “oposição sindical”. Foram desenvolvidos com base nestes critérios:

- o mais importante são as lutas que enfrentam as necessidades;
- os trabalhadores, ao se organizarem para lutar, põem em prática o seu sindicalismo, independente de serem ou não dirigentes sindicais;
- o prioritário é organizar “delegacias” ou “núcleos” sindicais, forçando o seu reconhecimento pelas diretorias;
- derrotar politicamente os “pelegos”, tomando as direções do STR, deve ser consequência desse processo participativo.

Mesmo nestes casos, contudo, poucas foram as diretorias “autênticas” que não caíram no presidencialismo, na representação, na burocratização. Raros foram os casos em que os “movimentos” e as “lutas” continuaram sendo o “lugar” da realização do STR.

É nesse processo de reconquista do STR para a luta dos trabalhadores que surge a perspectiva de Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais, a Anampos.

Vale destacar o conteúdo desta forma de organização: a) trata-se de articulação, o que supõe e promove a autonomia e a pluralidade dos que se articulam; b) busca-se reforçar a luta de cada um com o apoio das demais e com a dimensão nacional que a Anampos iria promovendo, evitando a prática tradicional de “direção”; c) revela-se que as “oposições sindicais” estão próximas, coladas aos movimentos populares, sendo esta a base de seu questionamento à “estrutura e à prática sindical atreladas ao Estado”.

Demorou pouco tempo para que as “oposições sindicais” fossem atraídas pelo “sindicalismo autêntico”, entrando no esforço da criação de uma central única dos trabalhadores. Revelada a impossibilidade de uma única central, surge uma CUT que congrega os sindicalistas que se propõem um novo sindicalismo, classista e de base.

Não sendo objetivo deste artigo analisar criticamente os passos de estruturação e institucionalização da CUT, mas sim a “crise” do sindicalismo rural, destacamos:

a - para a organização da CUT foram deslocadas lideranças locais, sem providenciar muitas vezes sua substituição;

b - em vista da opção de ser uma central sindical, as oposições sindicais de municípios que não controlavam as diretorias foram se sentindo desestimuladas; em todos os casos, a direção da CUT para a prática das oposições é a de ganhar as eleições, filiando assim mais sindicatos; c - esta prioridade dada à “organização” foi afastando cada vez mais os sindicatos e oposições sindicais dos movimentos sociais populares;

d - além disso, a “direção” coloca, ao mesmo tempo, a necessidade de criar uma organização política das lutas populares para “conquistar o poder”, a partir da qual se poderia transformar a sociedade. Como consequência, dá-se a quase geral partidarização dos STRs ligados à CUT, introduzindo outra prioridade para o já reduzido grupo das lideranças locais: a organização de diretórios e a mobilização para as eleições que ocorrem com frequência praticamente anual.

Mesmo sem tirar “conclusões definitivas”, o processo analisado nos permite formular, pelo menos, uma hipótese interpretativa: a renovação sindical, que criou as bases rurais para CUT, aconteceu como um esforço dos “movimentos sociais” para reconquistar o STR como ferramenta da sociedade civil; seu crescimento aconteceu na medida de sua relação com as lutas concretas, com os movimentos sociais que tornam possível a participação popular na conquista de direitos sociais; a crise nasce, e depois se aprofunda, do descolamento da organização sindical em relação aos movimentos sociais, o que, por sua vez, acontece como resultado da concepção de que é preciso “conquistar o poder”, através do governo do Estado, para realizar a transformação da sociedade, o que torna prioritários, na prática, o voto e a representação.

4. A base da transformação da sociedade

Recoloquemos a questão sobre o que determina o afastamento das bases do STR “autêntico”: a “inconsciência política” das bases ou o descrédito do STR como ferramenta de luta? Formulando de outro modo: é o STR que tem sua “base”, ou são os camponeses e os trabalhadores rurais que tem o seu STR como ferramenta de luta? Qual o ponto de partida: a necessidade e a iniciativa popular ou a organização?

A confusão em relação a esta questão política aparece nas entrevistas sob muitas facetas. Destaquemos duas. A mais evidente é o “cuidado” de alguns em relação às associações, que teimam em nascer em todos os lados, com diferentes objetivos. Existem as organizadas com a mediação de diferentes organismos estatais, com grandes limites e contradições. Mas cresce o número daquelas criadas por iniciativa direta de camponeses e trabalhadores rurais. Algumas têm mais associados que o STR!

Assim sendo, como relacionar-se com elas? Alguns chegam a propor que, se elas não são articuladas com o STR, geram “divisão”, enfraquecendo a unidade de classe.

Outra face da mesma confusão é o modo como se pensa, em muitos casos, resolver a questão das diferenças entre assalariados e pequenos proprietários, ambos enquadrados como “base” do STR. Separar, fazer dois tipos de sindicato? Continuar com um só, mas abrindo “comissões” ou “secretarias”?

Mas, a questão básica não está sendo lembrada: a quem cabe decidir sobre isso? É preciso lembrar que o

governo não consultou ninguém para enquadrar todos os “trabalhadores rurais” num único sindicato. E agora, serão os dirigentes que decidirão pelo sim ou pelo não, sem consulta, sem processo participativo real dos interessados?

É provável que uma boa pesquisa revelasse que, para a maioria dos trabalhadores e camponeses, “sindicato” é ou “coisa do governo”, ou “fofoca de comunista” ou “coisa de um grupinho”. E isso é, no mínimo, tão problemático quanto o julgamento negativo dos dirigentes sindicais em relação a esta mentalidade popular. De fato, quantos tiveram oportunidade de tomar parte da criação de algum sindicato? A quase totalidade das pessoas participou da “instalação” do sindicato no município. Ele era algo pronto, reproduzido. Vinha até com o estatuto pronto! E os fazendeiros - esses senhores que podem dominar politicamente por dominarem, através da terra, as condições de vida da população - tudo fizeram para que o sindicato fosse visto com a ferramenta dos “bagunceiros”, dos que querem destruir a ordem social, especialmente a propriedade da terra.

Frente a esta “cultura sindical”, antiparticipativa e conservadora, muitos dirigentes sindicais entram naquela de reclamar do “pouco interesse” e da falta de boa vontade para aprender o que é o sindicato. E esquecem que quase todos eles vieram de uma longa experiência de luta,

de reflexão, de formação, beneficiados por uma pedagogia de educação popular que lhes permitiu o crescimento autônomo da consciência política e sociológica.

Mais grave ainda é a desconfiança com que dirigentes olham as iniciativas autônomas de luta e de organização. Em vez de ver aí a criatividade, a vontade política de enfrentar os problemas, a oportunidade de uma reflexão crítica ligada à prática, vê-se concorrência, iniciativas que “dividem”. Mas, o que é que une? E une a quem em torno de que?

O fato de estarem surgindo muitas “associações”, “comissões”, cooperativas, movimentos, etc, revela positivamente que o povo não está parado e que se organiza a partir das necessidades vividas, sem perguntar-se se podem lutar juntos os que seriam de “classes diferentes”. A população está em movimento, criando caminhos, ferramentas e idéias.

Muitos sindicatos, ao contrário, estão discutindo sobre doutrinas e estruturas “corretas”, lutando pela “direção” que deve ser dada. Sem negar a importância destas discussões, é preciso que sejam relativizadas ao que “acontece lá fora”, para que não se fique triste ao “ver a banda passar cantando coisas de amor”.

Qual é a base do STR? Com quem deve ele relacionar-se? Com quem decidir?

João Roberto Ripper



Encontro de mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins – Bico do Papagaio, Pará

Sem diminuir a importância da Central, dos Departamentos nacional e regionais, é preciso não esquecer que a base de poder de tudo isso está no movimento político que o povo - a convivência das classes subalternas - faz. Sem este movimento não se justifica articulação, busca de unidade. É o movimento que faz, que transforma. É ele também, com sua cultura popular, a fonte básica da explicação científica das contradições das sociedades. Está nele também a fonte segura da direção em relação ao possível e em relação ao novo que pode e deve ser gerado.

Nada de basismo. Nada de vanguardismo. Nada de espontaneísmo. Nada de voluntarismo. Nada de populismo. Nada de dogmatismo centralizador. Trata-se de acertar a relação dialética entre movimento e organização, sem negar nenhum dos dois termos.

É indispensável que os sindicatos passem a relacionar-se mais profundamente com a população rural, com sua realidade, suas carências e necessidades, suas lutas, suas iniciativas, seus movimentos concretos. Retomado o contato, o convívio, reabrir a discussão democrática sobre o destino a ser dado ao sindicato. Se ele for reconhecido como ferramenta capaz de potencializar as lutas, haverá uma renovação sindical, fruto da nova reapropriação popular desta ferramenta de dupla paternidade. Se isto não acontecer, o único futuro do sindicato será sua sobrevivência burocrática, instância facilmente enquadrada pelo Estado para a representação das classes trabalhadoras, substituindo e impedindo sua participação como cidadãos.

5. Conclusão: abrindo caminhos

Pelo exposto anteriormente, podemos agora elaborar alguns desafios. Esta é a única forma de concluir uma análise de algo vivo, envolvente e problemático como a organização sindical.

5.1. Para quem luta pela transformação radical da sociedade, o STR só vale se tiver base na realidade histórico-concreta dos próprios trabalhadores rurais e dos camponeses. Mesmo sendo atualmente inevitável sua relação histórico institucional com o Estado, ou conseguirá ser uma ferramenta verdadeiramente dos trabalhadores e camponeses, ou se tornará uma burocracia inútil ou mesmo prejudicial às lutas libertadoras.

5.2. Só os movimentos sociais e as lutas dos trabalhadores e camponeses podem ser a força reconquis-

tadora do sindicato. Isto significa que as diretorias, antes de serem direção, devem deixar-se dirigir pelo movimento político popular. Sem negar a experiência adquirida, os sindicatos atuais precisam fazer a redescoberta do que o povo precisa, das lutas que está disposto a enfrentar e dos modos em que deseja se organizar. Caberá a ele decidir se o STR deve continuar um ou desdobrar-se em dois. Na medida que o sindicato "responde" às necessidades, nesta medida retoma seu crédito.

5.3. Os sindicatos, como os partidos, precisam partir do pressuposto de que não são fonte do poder popular. Podem ser expressão, ferramentas de unificação. Partidos e sindicatos que propõem a transformação da sociedade, precisam saber que a fonte do poder transformador está no povo que se movimenta contra as formas de exploração e dominação, realizando práticas e elaborando propostas de uma sociedade transformada. O novo nasce das lutas para tornar prática social o que já está construído socialmente como possível. Isto é, construção de relações democráticas reais, exigindo a socialização como uma das formas essenciais de sua realização.

5.4. Em lugar de considerar-se "a priori" uma "forma superior" de organização popular, o sindicato se colocará como uma possibilidade de serviço às lutas e movimentos sociais que constroem o poder popular. Aberto a novas experiências, disposto a aprender com a criatividade popular. Respeitador das diferenças, sua contribuição para a unificação das lutas será tanto maior quanto mais for capaz de promover a autonomia dos movimentos sociais.

5.5. Para retomar, positivamente, a dinâmica da participação, além de descentralizar-se, o sindicato precisará reelaborar, prática e teoricamente, um novo tempo de "educação popular". É preciso estar sempre disposto a recomeçar a caminhada com quem vem de outras experiências e de outras idéias. Não se trata de repetir a educação popular de outros tempos. O tempo de hoje tem suas contradições e suas possibilidades. Nele, sob diferentes formas, estão presentes as experiências anteriores de educação popular, assim como está presente a "educação integradora" promovida pelo Estado e por outras forças. Também experiências (práticas, teóricas, afetivas, espirituais, estéticas, religiosas...) surpreendentes, como a eleição presidencial com a candidatura Lula, fazem parte da realidade atual. Encontros e desencontros com ditadores, namoros e separações com neo-liberais conservadores, questionamentos e surpresas com as renovações religiosas de igrejas, admiração, dependência e medo frente aos meios de comunicação... Isso e muito

mais está presente na vida do povo com quem se fará o processo crítico de educação popular. Ela será a “universidade” em que se formarão os que lutam e transformam a sociedade. Ela será a matriz da renovação e multiplicação de lideranças.

Para ser “educação que o povo faz a si mesmo”, este processo educativo partirá da vida, das lutas, dos movimentos e das festas/celebrações em que o povo expressa sua participação na história.

5.6. Como se torna impossível uma educação popular pela participação de toda a população somente através de pequenos círculos/grupos, apresenta-se um novo desafio: como dar uma dimensão de massa a este mesmo processo? É fundamental a coerência de conteúdo e de método entre a educação grupal e a de massa. Sem isso, cai-se na prática dos que se tem utilizado do povo, transformando-

o em simples massa de manobra ou objeto da ação dos “conscientizados”.

Finalizando, vale destacar que não há motivos especiais para pessimismo e desânimo. É verdade que as contradições são terríveis. Mas é verdade também que estão se tornando mais visíveis. Frente a elas crescem os movimentos e as lutas sociais, o que torna possível a avaliação crítica da prática das organizações sindicais e partidárias. Na medida em que elas se relacionarem corretamente com as “bases” do poder popular, promovendo sua autonomia e propondo-se como serviço de unificação, estarão sendo criadas as condições para relativizar as “teses” ideológicas de cada corrente/tendência que se debatem em perenes lutas por hegemonias nas organizações, e para buscar uma unidade de lutas que crescerá com as diferenças.

Referências bibliográficas

CEDI

1990 - Sindicalismo no Campo - Avaliação, perspectivas e desafios (entrevistas). *Cadernos do Cedi* nº 20. São Paulo, CEDI.

Sindicalismo e luta por terra

Neide Esterci*

1. Introdução

Entre os dirigentes sindicais cutistas se expressa uma preocupação acerca das relações entre as organizações sindicais e os movimentos de luta por terra que se constituíram nos últimos anos.

Nas discussões havidas, levantam-se argumentos sobre os limites impostos pela estrutura sindical quando se trata de ações de luta por terra; denuncia-se o imobilismo e a omissão dos dirigentes sindicais face à questão; define-se a competência específica dos sindicatos como instrumentos destinados a tratar conflitos entre capital e trabalho. Os movimentos afirmam autonomia com relação às diversas instâncias sindicais e, por sua vez, reivindicam apoio, reiteram propostas de articulação e ação conjunta.

Os dirigentes cutistas afirmam a luta por terra como parte do projeto classista de transformação da sociedade, propõem que ela seja assumida pelos sindicatos, pelos departamentos, pela Central (Adelmo Escher, in: Cedi, 1990: 34) mas, muitas vezes, tem que admitir que a luta corre paralelamente aos sindicatos (José Ribeiro Trampolini, in: Cedi, 1990: 26).

Embora nem todos referidos, diretamente, ao mesmo debate, também os especialistas enfrentam estas questões e manifestam posições divergentes quanto às respostas formuladas (Grzybowski, 1987; Palmeira, 1985; Novaes, 1989; Tarso, 1989; Martins, 1989; Graziano da Silva, 1990).

Neste trabalho pretendo: reunir evidências da participação das lideranças sindicais na gênese dos movimentos de luta por terra; registrar experiências, nas áreas de conflitos, em que foram rompidos, na prática, os limites impostos pela estrutura sindical; detectar relações de disputa e/ou complementariedade que estão em jogo na

criação de outras estruturas organizativas tais como comissões, conselhos, associações, cooperativas; lembrar o sentido das atribuições de confiança e poder de representação que os trabalhadores expressam com relação aos seus sindicatos.

A evidência parece mostrar que a história do movimento sindical nas últimas décadas, está estreitamente ligada à história das lutas por terra; que à medida em que se organizam e se fortalecem, as organizações de luta por terra geram a disposição de combater direções pelegas e conquistar os sindicatos; que, a nível local, em situações de parca vigência do estado de legalidade e difícil atualização do direito à cidadania, os sindicatos tem cumprido uma importante função.

A reflexão abaixo se refere às áreas de posseiros, seringueiros e sem terra e está baseada na minha própria experiência de pesquisa, nos depoimentos de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), contidos em publicação do Cedi (1990) e em análises e informações produzidas em outras fontes**. Infelizmente, deixo para outra oportunidade tratar do Movimento dos Atingidos que, pela diversidade de situações que articula a nível nacional, será certamente, um caso exemplar.¹

No sentido de contextualizar as considerações acima, gostaria de lembrar brevemente o que significaram os anos 70, com relação ao sindicalismo rural e aos movimentos de luta por terra.

2. Sindicalismo, luta por terra e o modelo de modernização da agricultura brasileira

O sindicalismo rural brasileiro que vinha crescendo na década de 50 e início dos anos 60, teve seu desenvolvi-

* Antropóloga, professora do IFCS/UFRS, colaboradora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do Cedi.

** Quero agradecer aos participantes do Grupo de Sindicalismo do CEDI e em especial a Mariana P. Franco e Maria Cecília Iório pelas sugestões. Agradeço também a Otacilio Alves Teixeira pelas informações sobre o papel dos sindicatos nas lutas por terra nos estados de Goiás e Tocantins.

1. Uma análise que incorpora a presença sindical na luta dos atingidos pode ser encontrada em Sigaud (1986).

mento prejudicado pela repressão que se seguiu ao golpe de 64. A retomada do seu crescimento, com a criação de um grande número de sindicatos, ocorreu nos anos 70 (Palmeira 1985 e 1989), exatamente quando estavam em plena fase de implantação as políticas governamentais relativas à modernização da agricultura, medidas estas que viriam restringir ainda mais as possibilidades de acesso à terra por parte dos trabalhadores.

Refiro-me, especialmente, às políticas de concessão de incentivos fiscais e subsídios para estimular os diversos setores capitalistas (industrial, financeiro, imobiliário), a se integrarem à agricultura e de construção de estradas e barragens, como parte do projeto governamental de apoiar o setor privado com grandes obras de infraestrutura.

A resistência dos trabalhadores aos efeitos expropriadores dessas políticas fez com que conflitos se generalizassem e se multiplicassem, dando origem a ações individuais e coletivas de defesa e ocupação de terra em todo o território nacional.

Num contexto marcado pelo projeto de integração dos interesses capitalistas à agricultura, pela repressão sobre as organizações políticas e de classe, a multiplicação do

número de sindicatos se deu a partir de três tipos de iniciativa: a) de políticos locais, visando servir a suas intenções clientelistas e, seguindo a orientação mais geral, esvaziando os sindicatos de seu cunho reivindicativo e imprimindo-lhes um caráter assistencialista; b) por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), seguindo a orientação dos líderes da entidade de usá-la como instrumento de defesa dos trabalhadores com base nos direitos conquistados e estabelecidos por lei; c) por iniciativa dos próprios sujeitos das ações de resistência e ocupação e dos setores da Igreja Católica que os apoiavam.

Se as intenções iniciais a partir das quais se criaram os sindicatos moldaram as práticas e as atitudes de seus dirigentes, nas áreas de disputa por terra alguns fatores tornaram mais complexo o quadro original: organizaram-se oposições sindicais, instalaram-se nas direções líderes forjados nas lutas, as ações de enfrentamento acabaram por ampliar o trabalho de mobilização das bases sindicais, surgiram delegacias à revelia da direção dos sindicatos.

Fato é que, em todo o país, à frente dos novos sindicatos e nas direções renovadas das antigas entidades, a presença de líderes forjados nas disputas por terra se

João Roberto Ripper



Reunião do sindicato na gleba Caxias do Sul, Xinguara – Pará

tornou uma referência em torno da qual se aglutinou, desde o início dos anos 80, uma nova corrente que passou a influir decisivamente no curso do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

Embora alinhados no campo político desta nova corrente, os movimentos de luta por terra foram produzidos a partir de situações muito diversas. Possesiros, seringueiros, sem terra e atingidos se constituíram como sujeitos políticos ao longo do tempo, a partir não só de condições econômicas particulares, mas também a partir de suas experiências concretas, das lutas que travaram, das alianças que construíram e das oposições com que se defrontaram. Os próprios sindicatos, embora sempre presentes, estão inseridos em cada movimento de forma muito diversa.

3. Lutas de resistência e ocupação nos anos 70

“...eu acharia uma desconsideração minha, como sócio de uma classe, querer desclassificar o meu presidente mas o primeiro presidente, quando começou esse processo (de disputas entre os trabalhadores e os proprietários), foi até contra nós. Foi testemunha da Usina contra nós. Mas houve uma eleição e ele saiu.” (Manoel Trajano e Manoel Batista dos Santos, foristas de Usinas de cana na Grande Alagamar, PB, in: Cedi, 1982: 30-31).

Por todo o Nordeste, moradores, foreiros e posseiros estiveram envolvidos em lutas de resistência à expansão do gado e das plantações de cana sobre as áreas que ocupavam; nos litorais fluminense e paulista, posseiros e pescadores organizaram ações expressivas nas margens valorizadas pela rodovia Rio-Santos; no sul de Goiás e no Maranhão, pequenos proprietários e posseiros resistiram ao avanço da pecuária e da plantação comercial do arroz; no vale do Paraguaçu, na Bahia, rendeiros deixaram de pagar a renda, negando legitimidade aos donos de terra e ex-rendeiros expulsos ocuparam áreas das grandes propriedades. (Henfrey, 1987: 57 e seg.).

A ação governamental e a investida dos capitais nacionais e internacionais foram sobretudo gigantescas na região Amazônica, a tal ponto que os posseiros desta imensa região acabaram por se tornar os protagonistas mais conhecidos das lutas por terra nos anos 70. Por esta razão, e também por ser a situação que tenho estudado mais profundamente, falarei dela com mais detalhes.

Sob a designação mais inclusiva e mais difundida de posseiros passou a abrigar-se uma vasta gama de trabalhadores que como colonos, pequenos produtores sem terra, peões, pescadores, coletores de castanha, caucho e outros produtos da floresta, participaram dessas lutas e foram membros ou mesmo lideranças dos sindicatos e de outras formas de organização. Eles desenvolveram não só ações defensivas, contra a usurpação das áreas que habitavam, mas também ações coletivas e organizadas de ocupação de novas áreas. Suas ações, no entanto, tem sido indiferentemente pensadas sempre como de “resistência”, em contraposição a movimentos caracterizados como de ocupação e pensados como de “conquista”.

Conflitos envolvendo posseiros também costumam ser pensados como estritamente comunitários. De fato, tanto na Amazônia quanto em outras regiões do país, as relações comunitárias de parentesco e vizinhança foram a base da organização dos posseiros. Os núcleos formados por famílias extensas e vizinhos, liderados pelos mais antigos, formavam uma rede importante de relações através das quais se recrutavam os membros das comunidades para as ações coletivas. Muitas vezes, quando as empresas chegavam, havia famílias dispersas pelas redondezas e elas eram chamadas para se aproximar das áreas de maior concentração, a fim de se juntar à resistência e facilitar a delimitação da área a ser reivindicada.

Famílias recém-chegadas de outras regiões ou expulsas de outros povoados, também eram recrutadas. A inclusão desses novos membros requeria a ocupação de áreas novas para o que se organizavam os homens em “mutirões” de desmatamento e vigilância armada (Vieira, 1984).

Foi na experiência das comunidades já existentes, na sua organização já construída, que se baseou a solidariedade e o apoio logístico para as ações de ocupação das novas terras de chegantes que, por toda a década de setenta e pelos anos seguintes, continuaram entrando pelas fronteiras dos latifúndios que os “donos de terra” não conseguiam controlar.

Com a presença de agentes externos, fundamentalmente membros das equipes locais da Igreja Católica, organizaram-se cooperativas, grupos de revenda e coletivos de trabalho com o objetivo de fortalecer a luta e viabilizar a reprodução dos pequenos produtores. Estes empreendimentos eram muito frágeis economicamente e só com a ajuda de algum financiamento de fora conseguiam se manter. Entretanto, nos momentos de oposição à grande empresa, que vinha respaldada no projeto

produtivista e modernizante, eles desempenhavam um papel político importante: recolhendo e concentrando a produção das diversas unidades, tornavam visível esta produção e serviam de base de legitimação dos posseiros como produtores. O peso simbólico e o valor de auto-estima que algumas cooperativas passaram a ter, explica em grande parte porque em muitos casos elas perduraram ao longo de tantas crises, mantendo-se, às vezes, por até vinte anos em funcionamento.

A Igreja, como se sabe, manteve-se por algum tempo depois do golpe afastada das iniciativas de organização através dos sindicatos. No início dos setenta, sindicatos como os de Conceição do Araguaia e Santarém haviam sido criados para atender a interesses outros que não os dos trabalhadores. Já em meados da década, no entanto, os posseiros eram estimulados não só a buscar as instâncias superiores de representação sindical para respaldar suas reivindicações, mas também a criar sindicatos e oposições sindicais. Foi quando, na região de São Félix do Araguaia, formaram-se os primeiros sindicatos.

Muitas vezes, os contatos com as federações e com a própria Contag foram ocasiões para explicitação de projetos divergentes e propostas de prática sindical discordantes². Atitudes cautelosas e encaminhamentos burocráticos certamente não correspondiam aos anseios e à radicalidade que fluíam do envolvimento na luta concreta, mas os sindicatos e delegacias sindicais não refletiam necessariamente e de modo tão simples a diversidade das orientações seguidas pelas instâncias superiores. Nestas circunstâncias e no manejo do sindicato enquanto instrumento de suas lutas, os posseiros deixaram um legado que está longe de ser considerado como merecido.

Mesmo antes da reorientação da Igreja, já se fazia uma experiência sindical no Maranhão, por exemplo. No vale do Pindaré, sob a liderança de Manuel da Conceição, foi criado em 1966, “um sindicato independente do reconhecimento oficial,(...) e que passou a atuar contra as invasões de gado nas roças dos trabalhadores, a ocupação ilegal de terras por grileiros e a ação dos comerciantes de arroz. Além de matar o gado que invadia as roças e derrubar cercas dos grileiros, por orientação do Sindicato, os trabalhadores desenvolveram roças e paióis coletivos. (...) cada caso de despejo (...) era motivo de reivindicação de desapropriação das terras nos termos do Estatuto da Terra.” (Medeiros, 1989:91).

Outro caso expressivo foi, sem dúvida, o de Santarém onde um sindicato tinha sido criado em 1972, com orientação assistencialista, para servir aos interesses clientelísticos dos patrões. A oposição começou a ser organizada na segunda metade dos anos 70 e, entre as suas principais atividades, estava a defesa das posses, da proteção às áreas de caça, de pesca e de extração de frutos da floresta. (Leroy, 1989: 230 e seg.) No exercício da defesa das posses, as lideranças impulsionaram a formação da “corrente” de oposição sindical que, na concepção dos trabalhadores, tornou-se “um verdadeiro documento a confirmar a legitimidade das suas posses frente às investidas da grilagem privada ou pública”, além de, por sua ação político-pedagógica, fortalecer a oposição até que ela tomasse o Sindicato, em 1980.

Assim como a criação de sindicatos independentes do reconhecimento oficial (a exemplo do que se deu no Vale do Pindaré e, mais recentemente, também no Bico do Papagaio (entrevista com Otacílio Alves Teixeira, líder de oposição sindical em Goiás - 1989) a realização de funções não assumidas na prática mais corrente apontam para formas de reapropriação da estrutura sindical que tiveram como resultado a ruptura de limites imobilizantes.

De fato, a tarefa de vigilância sobre as áreas de conflito, a demarcação comunitária de lotes, a criação de comissões de terra para acompanhar as transações de compra e venda de lotes, e a responsabilidade de selecionar e alocar lavradores sem terra em lotes desocupados, foram práticas disseminadas entre os sindicatos e oposições sindicais das áreas de posseiros na Amazônia, que se formaram a partir dos anos 70 e se desenvolveram nos anos seguintes (Leroy, 1989; Martins, 1989; Esterci, 1987).

Com relação à estrutura organizativa propriamente dita, os sindicatos das áreas de posseiros dão exemplos de como a proliferação de delegacias pode se fazer independente das direções sindicais imobilistas, de como encontros e assembleias regionais de delegacias por tipo de conflito podem ser realizadas no sentido de dinamizar a ação sindical e, finalmente, de como a preocupação com as lutas imediatas pode ser colocada dentro de projetos mais amplos, incluindo a perspectiva de organização de instâncias sindicais supra-regionais e o engajamento político-partidário. Ainda neste caso, eu recorreria à experiência de Santarém, de acordo com as análises e infor-

2. Exposição de Avelino Ganzer no CEDI em 1989.

mações oferecidas por Leroy (1989: 219 e seg.) e Grzybowski (1990).

Infelizmente, com relação à implementação de tais projetos, há também a registrar as práticas que resultam da concepção segundo a qual a construção do projeto político-partidário, justifica o descaso face à tarefa de fortalecer os sindicatos enquanto instâncias de organização relevante. Neste sentido, vêem-se muitas vezes líderes de trabalhadores sendo projetados dos sindicatos para o campo político-partidário, como concorrentes dos agentes de poder local, deixando desfalcadas as diretorias e deficitárias a tarefa de formação, de criação de delegacias e, portanto, de fortalecimento da base organizativa dos trabalhadores e de sustentação de suas lideranças (Rezende, 1991: 27-29).

Finalmente, é preciso considerar as reivindicações dos trabalhadores incluídos na denominação de posseiros e avaliar a eficácia de suas conquistas no tocante às possibilidades de sua reprodução enquanto pequenos produtores. Aos posseiros não são estranhas as reivindicações de controle sobre as áreas de mata, campos naturais, fontes d'água, rios e caminhos (Esterci, 1987), nem mesmo as reivindicações relativas a preços e regras de comercialização (Leroy, 1989). Entretanto, as pressões por eles exercida não foram suficientes para superar o instituto do lote familiar. Quando muito bem organizados, conseguiram fazer valer o módulo prescrito, assumir o controle sobre a demarcação, o tamanho e a localização dos lotes. Privadas do acesso aos recursos naturais, das áreas de uso comum, antes disponíveis, e na ausência de inovações técnicas eficazes no trato da terra e no aumento da produtividade do trabalho, muitas "comunidades" de posseiros tiveram sua reprodução abalada.

Ao longo dos anos e sobretudo em conjunturas relativamente favoráveis (como foi curto período de 85/86, que se seguiu à instalação da chamada Nova República) os posseiros lograram aumentar o estoque de terras formalmente disponível na Amazônia de modo que, em algumas áreas, os sindicatos e lideranças sindicais saídos das lutas por terra passaram a se defrontar com uma base majoritária de pequenos produtores e demandas concernentes a medidas de política agrícola:

"Hoje se coloca outro problema: o que fazer para que os trabalhadores que ganharam a terra continuem nela? (...) Os trabalhadores não estão mais interessados na discussão sobre Reforma Agrária que o Sindicato está levando. Temos que organizar asso-

ciações nas áreas de assentamento, conseguir financiamento." (Policácio Bispo Ferreira, Presidente da Federação de Trabalhadores Rurais de Tocantins in: Cedi, 1990: 99).

A preocupação com a reprodução dos pequenos produtores que lograram conquistar acesso à terra no decorrer das lutas travadas e a proliferação do associativismo e do cooperativismo agrícola é, justamente, um dos dados novos com que passam a se defrontar as lideranças e organizações de trabalhadores desde os anos 80.

4. Seringueiros e Povos da Floresta: dos "empates" à proposta de criação das reservas extrativistas

A emergência dos seringueiros como protagonistas de um movimento com peso político e reconhecimento nacional e internacional não se deu num abrir e fechar de olhos. Foi o resultado de uma história de lutas e busca de identidade que encontrou condições mais favoráveis de se revelar em meados dos anos 80. Em momentos anteriores, outras identidades haviam sido forjadas entre as quais a de "soldados da borracha", numa alusão valorativa à atividade que realizavam.

Em 1985, no entanto, nenhuma grande importância econômica atribuída à borracha poderia explicar a ascensão política da categoria, pois a borracha nativa brasileira estava em baixa no mercado e, como lembram assessores e lideranças, os seringueiros eram percebidos como trabalhadores de uma atividade em vias de extinção.

Ainda assim, foi como seringueiros que esses trabalhadores se projetaram como sujeitos políticos, entendendo a designação a comunidades indígenas e a trabalhadores extrativistas de vários outros produtos da floresta, como açazeiros e castanjeiros.

De fato, no Vale do Purus, no Acre, muitos seringalistas haviam abandonado as suas atividades, transferindo as terras dos seringueiros a empresários do sul do país. Em meados dos anos 70, tiveram início as atividades de desmatamento e as pressões para expulsar os seringueiros das suas colocações, no interior dos antigos seringais (Paula, 1991).

Livres do domínio dos seringalistas, na condição de "libertos", os trabalhadores dos seringais do Vale do Purus haviam, na verdade, se tomando posseiros e poderiam ter acionado esta condição para reivindicar seus direitos de posse de acordo com o Estatuto da Terra,

orientação que a Contag vinha imprimindo aos sindicatos por ela controlados. No bojo do movimento, entretanto, foi se afirmando a identidade de seringueiros, pela qual se resgatava a particularidade da atividade econômica das reivindicações desses trabalhadores face ao conjunto dos trabalhadores rurais. Como identidade e categoria de luta, o tema foi se estendendo aos seringueiros do Vale do Juruá, também no Acre, onde a situação era bem distinta, pois predominavam as relações baseadas na “sujeição” por dívida aos fornecedores de mercadorias (marreteiros) e aos próprios seringalistas através do barracão. (Paula, 1991; O’Dwyer, 1989; Almeida, 1989).

Sendo distintas as situações existentes nas duas áreas, o movimento dos seringueiros, ao organizar-se, prosseguiu, no Vale do Purus, com a resistência aos desmatamentos, através das grandes mobilizações conhecidas como “empates”. Ao mesmo tempo, no Vale do Juruá, passou a encampar e estimular o não pagamento da renda, orientação que já vinha sendo dada por alguns técnicos e por sindicalistas da região. Na implementação destas orientações, os sindicatos tornaram-se uma referência forte para os trabalhadores, como uma espécie de ordem nova contra a ordem dos patrões. O’Dwyer (1989:166) chama atenção para este fato citando a mulher de um seringueiro que, ao mesmo tempo em que admitia ser o marido obrigado a vender ao seringalista toda a borracha produzida, afirmava que ele “não podia pagar a renda”, por ser associado do Sindicato. Numa outra passagem da mesma autora também se lê:

“Etelvino Faria Ramos explicou ainda que antigamente (antes da criação das delegacias sindicais na área), o seringueiro não tinha fôlego para se revoltar contra o patrão: era considerado direito do patrão proceder como fazia, expulsando o seringueiro, tomando-lhe os bens. Depois, segundo ele, passou a ser criado o direito do sindicato, melhorando a vida do seringueiro. De acordo com esta visão, a lei do sindicato contrapõe-se ao direito do patrão. Deste modo um dos efeitos da lei do sindicato foi ilegitimar o que era antes considerado direito do patrão” (O’Dwyer 1989:133).

Mas, não só aos sindicatos, também ao surgimento das cooperativas ou do próprio Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os trabalhadores costumam associar a ruptura com a “sujeição”. Se os sindicatos são uma fonte de autoridade contra a ordem dos patrões, as cooperativas, surgidas primeiro no Vale do Juruá, com o objetivo de eliminar a exploração e a dependência com relação aos

patrões (donos de seringais e marreteiros), passaram a constituir um instrumento que permite aos trabalhadores perceber mais concretamente uma ordem em que não sejam “sujeitos” (O’Dwyer, 1989: 133 e 134).

Do ponto de vista de lideranças como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, a organização da resistência através dos “empates”, a luta pela reprodução através das cooperativas, o trabalho de identificação e formação de novas lideranças para ampliação do movimento, passava igualmente pelo esforço de fortalecimento do movimento sindical. Neste sentido, a estruturação dos sindicatos passava pela criação de uma base ampla de delegacias sindicais, os delegados constituindo um verdadeiro exército de recrutamento para os “empates” que se organizavam a partir dos sindicatos de Brasília e Xapuri.

Questionando os limites que a orientação da Contag impunha aos seringueiros e tentando abrir outra instância de representação, sindicalistas em torno de Chico Mendes decidiram criar o Conselho Nacional dos Seringueiros. Por que? O próprio Chico Mendes chegou a dar uma explicação prosaica para esta iniciativa:

“Porque nós descobrimos que existe o Conselho Nacional da Borracha que é composto simplesmente por fazendeiros, industriais e que não existe nenhum seringueiro lá dentro. Então porque nós não criamos uma entidade para se contrapor a toda essa burocracia, a toda essa enrolação do governo(...)? Foi consenso(...)” (Chico Mendes in: Grzybowski, 1989: 25 e 26).

Para além da eficácia dessa oposição simbólica aos patrões, o próprio Chico Mendes admite, entretanto, outras razões:

“Os sindicatos surgiram com uma importância muito grande (...) Mas, os sindicatos dos trabalhadores rurais congregam seringueiros e ao mesmo tempo os agricultores, os peões, os trabalhadores de fazenda, os diaristas(...) As outras classes todas tem seu reconhecimento como classe, o seringueiro não. Parece uma coisa que foi do passado e que não existia mais. Então uma das razões do Conselho é fazer reconhecer o seringueiro(...)” (idem: 26).

A identidade se afirma, portanto, por um lado por oposição aos patrões e, por outro, como uma busca de “reconhecimento” entre os próprios trabalhadores, pela necessidade política de constituição de um estatuto próprio para a categoria que começava a se delinear como sujeito de um movimento com características e reivindicações específicas. Incluídos, indiferenciadamente, sob a rubrica de trabalhadores rurais ou posseiros como era

proposto por setor predominante do movimento sindical, ficava difícil fazer valer tais reivindicações e firmar-se no cenário das lutas que se travavam. Mauro Almeida chama atenção, por exemplo, para o estranhamento que teria causado, por ocasião do IV Congresso organizado pela Contag, a reivindicação por parte dos seringueiros de um módulo de 600 ha, enquanto parcelas menores pareciam adequadas aos demais segmentos de pequenos produtores³. Para manter o controle sobre as “estradas” de seringa necessárias à reprodução de uma família de seringueiros, no entanto, a área teria que ser significativamente ampliada. Tendo pouca visibilidade fora de sua própria região, ficava difícil para os seringueiros, naquele momento, fazer reconhecer a validade de sua reivindicação. Por outro lado, não se pode negar a adequação da identidade de seringueiro e a eficácia simbólica da imagem nela implícita, na conjuntura de meados dos anos 80, marcada, primeiro internacionalmente (e depois também nacionalmente), pela campanha ecológica e pelos propósitos de preservação da natureza.

Entretanto, disputa e concorrência também estavam presentes:

“A necessidade (de criar o CNS) se deu em torno de uma questão específica(...) Os sindicatos tinham sua estrutura, mas faziam o seu trabalho só no seu município. (...) encontramos muitas dificuldades para fazer um entrosamento com outras organizações sindicais fora do Estado(...)” (Osmarino Amâncio Rodrigues in: Cedi, 1990:53).

“A organização sindical estava muito frágil, muitos sindicatos estavam atrelados ao Governo. Principalmente, a partir de 84, 85, o Estado começou a cooptar algumas direções sindicais, e ficou difícil para o movimento dos seringueiros enfrentar os conflitos” (idem: 53).

Na verdade, para além da denúncia da cooptação e do imobilismo de outras correntes sindicais, a crítica se dirige ao próprio sindicalismo em cujo campo político se insere o movimento:



Transporte de borracha pelo Rio Juruá, Cruzeiro do Sul – Acre

“Se a CUT se estruturar e se preocupar com a organização sindical na Amazônia, não tem sentido existir o Conselho(...) Só que hoje, não existe essa preocupação ainda na própria direção da CUT. Estamos questionando isso” (idem: 55).

O questionamento feito não impede a percepção do fato de que para os próprios trabalhadores o sindicato, enquanto tal, tem sua eficácia e é uma instância de representação valorizada e, de certo modo, insubstituível:

“Porque hoje, os conflitos de terra são muito intensos e os trabalhadores, os sócios do sindicato, querem muito a direção do sindicato na frente, junto com eles, nas negociações” (idem: 58-59).

Osmarino lembra este papel do sindicalismo ao se opor à idéia de sindicato único com base supra municipal que, em função das grandes distâncias, se tornaria fisicamente menos acessível aos trabalhadores:

3. Palestra proferida, em abril de 1991, no Cedi/RJ.

“Se tem um dirigente de um sindicato, os associados ficam com mais credibilidade” (idem: 55)

Na fala de Osmarino, estão ainda presentes outras indicações acerca da relação do sindicato com outras formas de organização dos seringueiros. Argumentando em termos de uma divisão de trabalho, segundo ele, caberia ao CNS articular politicamente a nível nacional e internacional em prol das reivindicações da categoria, criar e gerir as cooperativas com o objetivo de viabilizar economicamente os seringueiros, implementar atividades de pesquisa na área da produção especialmente, tratar da questão ambiental. Aos sindicalistas caberiam as tarefas de organização dos sindicatos e formação política, pois:

“(...) se não houver também um trabalho constante de formação política nos sindicatos, (...) tem o risco dessas cooperativas tomarem outro rumo. Inclusive hoje, o governo já financia algumas (...)” (idem: 63).

Também assessores do movimento costumam atribuir funções muito diferenciadas às duas formas de organização:

“O CNS concentra sua atividade na obtenção de apoio político, financeiro e técnico-científico para os propósitos concretos dos trabalhadores da floresta, sobretudo as Reservas Extrativistas (...) Para realizar esse objetivo, o CNS possui uma política de alianças com base na defesa da natureza e dos povos da floresta.” Por sua vez, *“os sindicatos concentram sua atenção na defesa concreta e diária dos trabalhadores, em suas questões trabalhistas, fundiárias e outras. Sem os sindicatos, os trabalhadores rurais estariam desprotegidos contra os patrões”* (Almeida, 1989).

Confirmando a importância dos sindicatos nestas áreas acrescenta:

“Mesmo onde há sindicatos “pelegos”, a existência de delegacias sindicais significa legitimidade, respeito e auto-confiança para os trabalhadores” (Almeida, 1989).

Talvez, as relações sejam muito imbricadas para se tomar ao pé da letra tais considerações e supor que uma linha divisória tão clara entre estes espaços de organização pudesse ser demarcada, já que o CNS foi criado numa reunião de 130 sindicalistas e que a atual diretoria do CNS é hoje totalmente composta de sindicalistas, e já que:

“Para todos eles, foi o sindicato rural a escola de organização e mobilização” (Almeida, 1989).

O que fica confirmado nestas falas é que a afinidade política é que é determinante da complementariedade de funções entre as diversas formas de organização, sendo as estruturas sempre, em larga medida, flexíveis. Um fato recor-

rente no Acre é que delegacias têm sido criadas e delegados tem desenvolvido práticas sindicais independentes, com relação aos sindicatos aos quais estariam, formalmente, subordinadas. O quanto isto é uma característica mais acentuada nesta região que em outras não se poderia dizer com segurança, mas a proliferação e o papel das delegacias sindicais no movimento dos seringueiros é inegável. O próprio trabalho do CNS se ampara nelas e estimula sua criação: onde os sindicatos são inativos e sem compromissos, apóia a formação de oposições.

Restaria fazer uma breve menção à forma específica que caracteriza a reivindicação por terra dos seringueiros. A primeira constatação é que, desde que eles a apresentaram, pela primeira vez em fórum nacional, no IV Congresso da Contag, houve uma mudança qualitativa: dos lotes familiares de 600 ha passou-se à reivindicação de Reservas Extrativistas. A noção de reservas estava antes, inclusive do ponto de vista legal, associada somente às nações indígenas, sendo neste caso legitimada pela associação entre a idéia de nação e território, implicando noções de autonomia relativa e de cultura própria com relação à sociedade abrangente. Talvez a proximidade cultural e o caráter comum de atividade econômica desenvolvida igualmente pelos índios-seringueiros tenha, em alguma medida, servindo como fonte de inspiração a lideranças e assessores que lançaram a proposta. Certamente, porém, a eficácia desta bandeira se explica também em função dos argumentos ecológicos e ambientalistas relacionados à preservação da floresta. Em que medida, no entanto, as Reservas Extrativistas que já foram alvos de decreto governamental, alcançarão os objetivos visados de reprodução social dos seringueiros, vai depender em parte da capacidade do movimento na gestação deste novo espaço de cerca de 2.000.000 de ha... No manejo de recursos, na formulação de critérios de aproveitamento da área, na decisão acerca de que projetos implementar, sindicalistas e membros do CNS se tornariam parceiros e interlocutores de entidades governamentais e não governamentais concorrentes e associados, ou não, a grupos econômicos com interesse nos produtos da Região. Não é pequeno o desafio!

5. O Movimento dos Sem Terra:

Uma breve referência ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) indica que as afirmações são válidas também neste caso.

No sudoeste do Paraná, por exemplo, desde os anos 70, em muitos municípios, configurou-se uma situação em que, sindicatos e Comissões de Sem Terra, em combinação com as comunidades de colonos, e assessorados pelas pastorais da Igreja Católica e entidades de apoio, como a Associação de Estudos e Orientação e Assistência Rural (Assesoar) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desenvolveram uma atuação conjunta que esteve na base da organização para as primeiras ações de ocupação⁴. Eu me permitiria citar um pouco longamente, um trecho não reproduzido na publicação do Cedi (1990), da entrevista de Adelmo Escher. Devido ao seu valor enquanto registro quase etnográfico, este depoimento permite visualizar um caso em que lideranças sindicais contornaram os limites que lhes eram impostos, e atuaram efetivamente na organização da luta por terra:

"(...) desde 78 que a gente inicia essa oposição, esse grupo de sindicalistas começa a ter uma proposta mais comprometida (...) Em vez de um sentido corporativista, assistencialista, nós passamos a ter uma proposta diferente da participação dos trabalhadores. Então o que acontece é que, por volta de 83, 84, nós iniciamos atividades na luta pela terra. Porque justamente no Sudoeste (do Paraná), se deu, de 78 em diante, o êxodo rural e, é claro, o aumento muito grande de arrendatários, meeiros, parceiros, pelo fato de que a terra estava começando a ter uma concentração cada vez maior. Então, isto levou à discussão do Movimento Sem Terra. E nós iniciamos, a partir da experiência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste, que eram oriundos da expulsão da Barragem de Itaipu, começamos a ter também no sindicato nosso, (...) discussões sobre a organização dos sem terra. E aí, é claro que o sindicato tinha uma participação concreta, mas com o sentido seguinte: formávamos a comissão do movimento sem terra por uma questão tática, por que justamente nessa época ainda era muito fechado, e o movimento sindical não tinha uma liberdade maior (...) Mas isto não significa que o movimento sindical não estivesse junto nas discussões políticas, nas discussões dos encaminhamentos, da forma de luta e tudo. Era o próprio pessoal nosso das direções, que discutia todos os encaminhamentos. E aí é que também discutia todos os encaminhamentos. Também até

o momento em que se deu a ocupação, o movimento sindical estava junto, (...) passa a acompanhar, ir junto nessa ocupação e nos acompanhamentos necessários depois." (Entrevista concedida por Adelmo Escher a Neide Esterci e Mariana Franco, em 1989).

Depois que os movimentos regionais de sem terra foram articulados no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aquilo que segundo alguns foi, no início, uma separação tática com relação aos sindicatos começou a ser assumido como uma posição estratégica. De fato, a partir de um determinado momento, o MST passou a reivindicar com absoluta firmeza sua autonomia com relação aos sindicatos:

"Os Sem Terra devem continuar a caminhar juntos com os sindicatos autênticos, reunindo-se e dialogando com eles sem se deixar envolver, até que o grupo possa andar sozinho, mas continuar juntos" (MST, 1986:17).

Esta reivindicação de autonomia entretanto, parece não dispensar o apoio e engajamento dos sindicatos nas tarefas de recrutamento, naquelas áreas para as quais o MST tenta se expandir; não significa também uma atitude de indiferença com relação às oposições sindicais, pois, onde quer que uma base do MST se forme, as lideranças se preocupam com a possibilidade de substituir as direções dos sindicatos não comprometidos:

"Nos sindicatos dirigidos por pelegos, (devemos) fazer trabalho de base para mudar a diretoria; devemos participar ativamente nos Sindicatos, independentemente da diretoria ser boa ou não" (MST, 1986:18).

Muitas oposições sindicais assim se formaram e muitos sindicatos foram conquistados, destituindo diretorias fracas ou pelegas naqueles municípios em que as bases eleitorais do sindicato foram transformadas em virtude das ocupações realizadas através das ações dos sem terra. Mesmo nos casos em que se criaram primeiro associações, no sentido de buscar meios para reprodução, não necessariamente os trabalhadores sem terra se afastaram das preocupações de conquistar também os sindicatos. De acordo com Zeno Minuzzo, este foi o caso do município de Marmeleiro, onde os trabalhadores:

"Primeiro conquistam a terra. Tendo a terra na mão, sentem que só isso não chega, que é preciso avançar. Não encontram respaldo do Estado e procuram formas alternativas" (Cedi, 1990:95).

4. Uma análise detalhada da organização de um grupo de Sem Terra no Sudoeste do Paraná, foi elaborada por Mariana Pantoja Franco, em trabalho a ser apresentado como tese ao Mestrado de Sociologia, do IFCS-UFRJ.

“Pode ter grupos que estão hoje fazendo associações porque o sindicato não conseguiu dar resultados às suas lutas econômicas. Então o grupo se fecha. (...) Em Mangueirinha, por exemplo, já está organizada uma central das associações do Município, mas quem ganhou o sindicato e quem está levando a luta sindical (...) são as lideranças dessas associações.” (Cedi, 1990:95).

Certamente, estas situações são mais frequentes nos estados do sul do país, onde os movimentos de trabalhadores sem terra se originaram. Quando o MST tenta estender sua atuação para outras regiões, constata que as dificuldades são maiores.

6. Conclusões

A experiência dos posseiros, dos seringueiros e dos sem terra confirma: 1) que a presença dos sindicatos nas lutas por terra tem sido significativa; 2) que as lutas por terra são constitutivas e renovadoras do movimento sindical, gerando a disposição de combater as direções não comprometidas e conquistar os sindicatos; 3) que através de um certo tipo de prática é possível romper com os limites

da estrutura sindical formal, quebrando o verticalismo e o centralismo; 4) que, para os trabalhadores, os sindicatos representam a lei e a ordem que se opõe ao ilegalismo e ao poder arbitrário dos patrões.

Algumas outras considerações importantes restariam por ser feitas, como incluir na análise o Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens. Pela multiplicidade de movimentos regionais que articula; pela heterogeneidade de categorias de trabalhadores rurais de que se compõe; pelo fato de incluir desde situações em que o movimento é puxado pelos sindicatos, até situações nas quais os sindicatos tem pouca ou nenhuma presença, esse movimento representa sem dúvida, um campo privilegiado para a compreensão das questões aqui examinadas.⁵

Por outro lado, restaria também explorar a relação dos sindicatos com as associações e cooperativas. Tanto do ponto de vista da concorrência entre distintos projetos políticos, quanto do ponto de vista da preocupação com a reprodução dos pequenos produtores que se concentraram nas antigas áreas de conflito, estas formas de organização que se multiplicam pelo país anunciam novas questões que as lideranças sindicais já começam a enfrentar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro

1989 - “Sete Teses sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros”. Apresentado ao **II Encontro Nacional do CNS**. Rio Branco/AC. CEDI

1982 - Roças Comunitárias e outras Experiências de Coletivação no Campo. **Cadernos do Cedi** nº 10. Rio de Janeiro, Cedi.

1990 - Sindicalismo no Campo. Avaliação, Perspectiva e Desafios (entrevistas). **Cadernos do Cedi** nº 20. São Paulo, Cedi.

ESTERCI, Neide

1987 - **Conflito no Araguaia. Peões e Posseiros contra a Grande Empresa**. Petrópolis, Vozes.

GRAZIANO DA SILVA, José F.

1990 - “Questão Agrária e Sindicalismo Rural”. **História e Perspectivas** (2). Uberlândia.

GRZYBOWSKI, Cândido

1987 - **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, Vozes/Fase

1989 - **O Testamento do Homem da Floresta - Chico Mendes por ele mesmo**. Grzybowski, C. (org.). Rio de Janeiro, Fase.

1990 - “Rural Workers Movement and Democratization in Brazil”. **The Journal of Development Studies**. Vol. 26 (4).

HENFREY, Colin

1987 - “Onça Preta: A formação de um movimento camponês”. **Cadernos do CEAS** nº 111, set/out.

LEROY, Jean Pierre

1989 - **Uma chama na Amazônia**. Instituto de Estudos Avançados em Educação/Fundação Getúlio Vargas, dissertação de Mestrado

MARTINS, José de Souza

1989 - “Impasses Políticos dos Movimentos Sociais na Amazônia”. **Tempo Social**, Revista de Sociologia (1), São Paulo, USP.

5. Ver neste sentido a entrevista de Elvino Bohn Gass e Orlando Vicenci, in: Cedi (1990: 111 a 113).

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de

1989 - **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, Fase.

MST

1986 - **Como se Organiza**. **Cadernos de Formação** nº 5. São Paulo, MST.

NOVAES, Regina

1989 - "Dissolvendo a Neblina". **Revista Teoria e Debate** nº 8. São Paulo.

O'DWYER, Eliane Cantarino

1989 - **Parecer Antropológico sobre Formas de Trabalho Escravo nos Seringais do Alto Juruá** - Estado do Acre. Rio de Janeiro, mimeo.

PALMEIRA, Moacir

1985 - "A Diversidade da Luta no Campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, Loyola.

1989 - **Modernização, Estado e Questão Agrária**. mimeo.

PAULA, Elder Andrade de

1991 - **Seringueiros e Sindicatos: um Povo da Floresta em busca de Liberdade**. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ, dissertação de Mestrado.

REZENDE, Ricardo

1991 - "Sindicato na Mira do Poder Local" (entrevista). **Revista Tempo e Presença** nº 257. Rio de Janeiro, Cedi.

SIGAUD, Lygia

1986 - **Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. **Comunicação** nº 9. Rio de Janeiro, MN/UFRRJ.

TARSO, Paulo de

1989 - "Limpar o Terreno". **Revista Teoria e Debate** nº 6. São Paulo.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa

1984 - "O Trabalho *Engrupado* na Organização do Divino Pai Eterno" in: ESTERCI, Neide (org.). **Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil**. Rio de Janeiro, Iser/Marco Zero.

Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação

Francisco Alves*

1. Introdução

Uma das questões mais polêmicas do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), hoje, é sobre a possibilidade dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) encaminharem o conjunto de lutas e reivindicações de uma grande heterogeneidade de atores e categorias sociais agrupadas nos STRs.

Este é apenas um dos aspectos da crise do modelo sindical brasileiro, que é muito mais complexa. Esta complexidade decorre da constatação de que o que está em crise não é propriamente a forma de organização do modelo sindical no campo, mas sim a política do movimento sindical para o campo, num momento de profunda transformação econômica, social e política, tanto da agricultura quanto dos agentes sociais presentes nas lutas do campo hoje. Nos últimos vinte anos, a agricultura, assim como toda a sociedade brasileira, teve a sua face profundamente alterada pela imbricação entre o processo de modernização conservadora (da agricultura) e o processo de constituição da identidade dos diferentes atores sociais que emergem desta realidade modificada.

“Essas disputas, que se verificam, no campo político, guardam ainda intensa relação com o significativo processo de diferenciação econômica por que passou o campo brasileiro e que colocou novos problemas: a expulsão em massa do campo, a formação de um amplo contingente de trabalhadores temporários, a redefinição do significado quantitativo e qualitativo de determinados grupos, como é o caso dos tratoristas, operadores de máquinas etc., a intensificação do processo de transformação da terra em ativo finan-

ceiro, redimensionando as condições de acesso a ela para os que não encontram espaço dentro da agricultura modernizada. (Medeiros, 1990: 07).

O processo de modernização da agricultura não é isento de conflitos e de crises. Este processo tem, embora com uma direção determinada pelo desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, o seu ritmo e sua intensidade profundamente alterados pelo grau e pela capacidade de luta dos agentes sociais envolvidos e atingidos. A modernização da agricultura, embora no caso brasileiro seja influenciada e dirigida pelo Estado, é realizada, em última instância, pela classe capitalista, que toma decisões de investir, modernizar etc. A análise efetuada pelos capitalistas para a tomada de decisão, leva em conta inúmeras variáveis, tanto de características econômicas, quanto sociais e políticas. Neste sentido, os capitalistas, ao tomarem a decisão de modernizar a produção, levam em consideração a luta, a resistência e o grau de organização dos trabalhadores rurais.

A imbricação entre a tomada de decisão dos capitalistas e o grau de organização e luta dos trabalhadores tende a se acentuar na medida em que a sociedade se democratiza e os trabalhadores passam a concretizar novas alianças, novas identidades e novas formas de organização para a conquista de melhores condições de vida e trabalho.

2. O posicionamento das lideranças

No debate sobre a configuração de uma nova estrutura sindical de trabalhadores rurais para avançar na organização e luta dos trabalhadores, novas posições surgem e velhas se

* Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

revigoram. Porém, todas têm o traço comum de serem carregadas de potencialidades para a emergência de uma nova estrutura sindical, que dê conta tanto de questões locais, quanto de reivindicações mais abrangentes e formas de organização mais estáveis para a classe trabalhadora brasileira, tanto do campo quanto da cidade (Medeiros, 1990: 05). Esta perspectiva é revigorada na medida em que, no centro da discussão, está posta a gradativa mas inexorável tendência à destruição das fronteiras entre os trabalhadores do campo e da cidade.

Para Avelino Ganzer, diretor do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e Vice-presidente da CUT, a estrutura sindical, implantada no Brasil há 50 anos, tem como objetivo amarrar a classe trabalhadora e deve ser modificada pela CUT, para a construção do novo sindicalismo que dê conta da unidade política nacional da classe trabalhadora. Essa estrutura ainda é basicamente a mesma, embora tenha sofrido algumas alterações com a Constituição de 1988, e tem se mostrado ineficaz para o encaminhamento das lutas do campo, devido à diversidade de reivindicações dos trabalhadores rurais com algum acesso à terra e os trabalhadores assalariados rurais (Cedi, 1990: 15).

“A luta dos pequenos produtores, que envolve o pequeno proprietário, o meeiro, o parceiro, o arrendatário etc, é por financiamento, assistência técnica, transporte, armazenamento etc.

Mas quando você entra numa outra região do Brasil, onde o setor mais numeroso é de assalariados, qual a questão central? É salário, condição de trabalho, segurança no emprego, redução da jornada etc. São reivindicações muito diferentes. Como unir todos no mesmo sindicato, numa mesma proposta e fazer uma campanha unitária?” (idem: 15 e 16)

Avelino também reconhece que os STRs, no Brasil, são basicamente dirigidos por pequenos proprietários e foram estes que tiveram papel destacado na construção da CUT. Mas estes pequenos produtores, continua Avelino, têm dificuldades em encaminhar as lutas dos assalariados. Como pequenos produtores, estão preocupados com a *“sua sobrevivência, sua luta econômica, no seu pequeno pedaço de terra, produzir o feijão, produzir o arroz, produzir a farinha etc”* (idem: 15).

Considerando essa diversidade, Avelino acha que a CUT não pode ter critérios rígidos para a organização



Caminhões superlotados, a condução mais comum até o carnaval. Região de Ribeirão Preto – São Paulo

sindical. Pode ser que em algumas regiões possa permanecer o sindicato único, com secretarias exclusivas para o encaminhamento das lutas de cada segmento e diretores representativos, respondendo por estas secretarias. Porém, admite a possibilidade de existirem sindicatos separados para os assalariados, para os pequenos produtores ou mesmo sindicatos de base regional ou estadual (idem: 17).

Pelo exposto, fica claro que Avelino admite uma nova estrutura sindical, com distintos sindicatos representando os diferentes segmentos de trabalhadores rurais, tendo em vista o avanço de suas lutas específicas, mas sem perder a visão da necessidade de uni-los num projeto político comum da classe trabalhadora, no qual a CUT tem um papel chave. Neste sentido, é impensável a exclusão de qualquer um dos segmentos do projeto da CUT. Admite, porém, que a manutenção destes no mesmo sindicato de base quer municipal; regional ou estadual, pode atrapa-

lhar o avanço das lutas, devido ao risco de trazer para a entidade de base divergências internas à classe trabalhadora.

No discurso de Avelino, a referência deste projeto político é o conjunto da classe trabalhadora, não apenas do campo, mas também da cidade, representados pela Central Sindical. Porém, na efetivação deste discurso em propostas concretas para a organização dos trabalhadores, acabam prevalecendo propostas no sentido do aprofundamento da unidade entre os trabalhadores do campo. Avelino, embora admita que a participação de segmentos distintos dos trabalhadores no mesmo sindicato possa atrapalhar o avanço das lutas, não se arrisca a formular uma proposta sobre a organização destes segmentos dentro da CUT. Que o conjunto da classe trabalhadora do campo (pequenos proprietários; arrendatários; parceiros; posseiros, em suma os pequenos produtores, os assalariados etc.) deva permanecer na CUT, isto é ponto pacífico. A questão é saber se no mesmo sindicato ou em sindicatos diferentes e se, na estrutura vertical existente, eles devam estar no mesmo departamento ou em departamentos distintos. Mais adiante retomo essa questão, quando analiso o 1º Congresso do DNTR.

Estrutura sindical para os pequenos produtores

Para Adelmo Escher, do STR de Francisco Beltrão, no Sudoeste paranaense, e da Executiva do DNTR, é necessário que a CUT seja flexível na conformação da estrutura sindical, mas rígida nos princípios que a norteiam. Nesta medida, Adelmo concorda com a posição de Avelino, pois admite a criação de sindicatos dos trabalhadores assalariados, mas é contrário à criação de sindicatos por ramo de produção¹, no caso dos pequenos produtores (Cedi, 1990: 29-36).

A discordância de Adelmo decorre do fato do pequeno produtor ser poli-produtor, isto é, produzir simultaneamente vários produtos comerciais: frangos e suínos; ou fumo, frango e milho; etc. Logo, o aparecimento de sindicato por produto (ramo de produção) levaria a que os pequenos produtores tivessem que se associar a mais de um sindicato, diminuindo e pulverizando, portanto,

seu poder de barganha. O aparecimento de sindicatos por ramo de produção, para os pequenos produtores, tende a reduzir o poder de pressão da categoria sobre o Estado, sobre o sistema financeiro, sobre os grandes proprietários ou sobre as agroindústrias etc.

Adelmo acrescenta que já existem três grandes bandeiras na Central, que dão unidade de ação para a luta de cada um dos segmentos, que são: a luta pela terra, para os que não têm terra ou a têm em tamanho insuficiente; a luta do pequeno produtor, por uma política agrícola e a luta pelo salário e condições de vida e trabalho para os assalariados. Nas regiões de predomínio de pequenos produtores, há necessidade de uma atuação mais diversificada, por parte dos sindicatos, que dê conta da questão do crédito, do seguro, de condições de comercialização, enfim, eixos de luta que estão contemplados numa política agrícola.

“...nos sindicatos de pequenos produtores há possibilidade de você conseguir avançar, no sentido de que as comissões (no caso comissões por produto) consigam aglutinar os produtores; há possibilidade de globalizar as propostas, as reivindicações, as exigências dos pequenos produtores” (idem: 29).

Para Adelmo, é fundamental que todas estas lutas passem por dentro do sindicato. Da mesma forma, os pequenos produtores necessitam de determinadas alternativas de união para a solução de problemas específicos. Neste cenário é que surgem as associações de pequenos produtores: para transporte, para a comercialização da safra, para a compra conjunta de insumos, por acesso à tecnologia e formas de produção alternativas etc. Estas associações devem passar por dentro do sindicato, mas se constituindo como entidades independentes, não integrando a estrutura do sindicato, e devem ser por ele politicamente articuladas e incentivadas. O que significa que Adelmo também se opõe às associações de produtores ocupando o lugar dos sindicatos. Estes são órgãos de representação e luta dos trabalhadores e as associações são formas de organização para solução de problemas específicos (idem: 32).

Adelmo tem esta mesma compreensão dos movimentos, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos Atingidos por Barragens etc, que devem ser direcionados e politicamente articula-

¹ Aqui é necessário esclarecer o que Adelmo considera como ramo de produção. Este esclarecimento é necessário porque ao longo das entrevistas esta categoria aparece com diferentes sentidos, o que prejudica o entendimento e leva a discordâncias desnecessárias. Para Adelmo, ramo de produção é utilizado no sentido da identificação do tipo de produto comercial produzido pelos pequenos produtores. Neste sentido, os produtores de frangos, junto com os frigoríficos formam um ramo de produção, a mesma coisa para os produtores de fumo e as indústrias processadoras, no caso dos integrados.

dos pelos sindicatos, mas não podem substituí-los. Os sindicatos devem ter várias frentes de luta para articular e pensar a sua forma de atuação nestes Movimentos e Associações.

Defendendo posição contrária à de Adelmo e Avelino, encontra-se o sindicalista Ari Thessing, pequeno produtor de fumo de Santa Cruz do Sul, militante do STR local e um dos fundadores do Sindicato dos Fumicultores do Rio Grande do Sul (Cedi, 1990: 37-43)².

O Sindicato dos Fumicultores é um sindicato de pequenos produtores de fumo, constituindo-se num exemplo típico de sindicato por ramo de produção (de acordo com o entendimento de Adelmo). Os associados deste sindicato ainda participam dos antigos STRs, porque não sabem se serão aceitos na mesa de negociações sobre o preço do fumo, mas a tendência é participarem somente do novo sindicato.

Esta nova configuração sindical aponta para o risco, posto por Adelmo, de pulverização do poder de fogo dos pequenos produtores, porque deverão estar associados nos STRs e no Sindicato dos produtores de fumo, tanto pela questão conjuntural (o novo sindicato ainda não foi reconhecido), quanto pela questão estrutural (grande parte dos pequenos produtores produz outros produtos além do fumo, tais como soja, milho, suínos e aves).

A questão é que, conjunturalmente, dadas as limitações de participação dos STRs em todos os campos de luta, estas alternativas de organização vão se constituindo de forma irreversível. Porém, como coloca Adelmo, é possível construir uma política ampla, abrangendo as diferentes frentes de luta, dentro dos STRs, principalmente para os pequenos produtores. Para a CUT, é fundamental manter a unidade de ação, através de um conjunto de lutas, que dêem conta da questão do crédito, dos instrumentos de política agrícola etc, para que atraia estes novos sindicatos de pequenos produtores já constituídos para o seu campo e evite o surgimento de novos, que reduzam o poder de barganha da categoria.

A questão que se coloca é que grande parte das novas entidades que surgem no campo é resultado de luta, de

enfrentamento com a classe capitalista. Neste sentido, são entidades legítimas. Porém, elas surgem também devido à incapacidade dos STRs existentes de darem conta das lutas específicas que vão surgindo, fruto do processo de modernização da agricultura, no caso o processo de integração dos pequenos produtores.

É interessante perceber que as posições de Adelmo e Ari, embora divergentes, no que tange à organização de sindicatos por ramo de produção, apontam para a necessidade da Central ser flexível na forma, mas rígida nos princípios. O princípio básico, posto por ambos, é o da constituição de um projeto político para a classe trabalhadora, que dê conta das lutas específicas, sem perder o referencial geral de constituição da alternativa de luta da classe trabalhadora como um todo. Neste sentido, Ari Thessing é contundente em afirmar que os pequenos produtores de fumo, embora mais capitalizados que outros pequenos produtores, são trabalhadores e devem estar contemplados nas propostas da Central.

“Algumas lideranças sindicais têm colocado que nós não somos trabalhadores, mas sim considerados microempresários ligados às multinacionais. E isso eu não concordo. Eu entendo bem diferente. Eu acho que, enquanto trabalhadores da roça, seja qual for o nosso produto, somos trabalhadores. Queremos continuar a ser assim tratados, queremos ter espaço de discussão dentro das centrais que se criam para a participação dos trabalhadores...”

Em outro trecho Ari é também claro:

“Nós somos empregados das multinacionais. Eu hoje os colocaria (os pequenos produtores de fumo) como empregados, com uma pequena propriedade privada, mas empregados” (idem: 37-38)

3. A estrutura sindical para os assalariados

Na agroindústria canavieira, os trabalhadores estão agrupados em distintos sindicatos: trabalhadores rurais, motoristas, alimentação, químicos etc.. Existem va-

2 O Sindicato dos Fumicultores do Rio Grande do Sul foi constituído como alternativa de organização e luta dos pequenos produtores contra o poder das multinacionais do fumo, representados pelo Sindifumo (Sindicato das Indústrias de Fumo). Tradicionalmente as negociações sobre o preço do fumo eram realizadas entre o Sindifumo e a Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), que passou a contar, no seu Conselho, com a participação das Federações patronais e dos trabalhadores dos três estados (RS, SC, PR), reduzindo a participação dos produtores e fazendo a negociação que interessava ao Sindifumo. Os pequenos produtores vendo esvaziada a participação dos STRs no processo, dado que estes eram representados pelas Federações, resolveram criar um sindicato de base estadual dos produtores de fumo para se opor à Afubra e participar das negociações, com maior poder de barganha.

riações regionais, mas em quase todos os lugares existem distintos sindicatos para trabalhadores com funções diferentes. A exceção é o Rio de Janeiro, onde um único sindicato representava tanto o pessoal de dentro das usinas, quanto os cortadores de cana, porém, posteriormente, foram criados também os STRs.

Os desafios que se colocam para os assalariados rurais são de duas ordens: primeiro, ampliar a identidade entre os trabalhadores assalariados rurais, independente da relação de trabalho a que estão submetidos. O segundo, é como articular o conjunto dos assalariados para o enfrentamento com os grandes complexos agroindustriais, da cana, da laranja, da madeira etc..

A primeira ordem de desafios é derivada do fato dos trabalhadores assalariados estarem submetidos a diferentes relações de trabalho que impõem reivindicações específicas. Existem os assalariados permanentes e os temporários. Ambos não têm acesso à terra, não são produtores independentes, sobrevivendo, basicamente, da venda da sua força-de-trabalho.

Entre os temporários, existem os que têm contrato direto com o empregador e os safristas, que só têm contrato e emprego durante um tempo determinado do processo de produção, em geral na safra, onde é maior a demanda por trabalhadores. Existe também um grande contingente de trabalhadores assalariados volantes, ou bóias-frias, ou clandestinos, que não são contratados pelas unidades de produção onde trabalham, mas sim pelos gatos ou empreiteiros de mão-de-obra. Existem também os migrantes que mantêm, nas suas regiões de origem, formas de pequena produção e se engajam como assalariados safristas ou volantes na região para onde migram.

O MSTR, desde a década de 70, considera todo este conjunto como assalariados, tanto os permanentes, como os temporários, assim como os migrantes sazonais que, ao se incorporarem na produção, o fazem sob a relação de trabalho assalariada. Mas, por outro lado, o MSTR tem demonstrado incapacidade de duas ordens para articular e encaminhar as reivindicações destes trabalhadores: 1ª a limitação da base sindical municipal; 2ª a possibilidade de conflitos dentro do STR, pela existência de pequenos proprietários que empregam trabalhadores assalariados.

A tentativa de solução da primeira ordem de dificuldades, o sindicato de base municipal, tem sido o incentivo à criação de sindicatos de base regional ou estadual. Porém, esta tentativa esbarra em algumas questões culturais e políticas do movimento sindical. Uma delas, posta pela cultura sindical, é que os trabalhadores consideram uma seção ou uma delegacia sindical como órgãos pouco adaptados ao enfrentamento dos patrões ou para a solução de problemas locais. Outro entrave é a disputa de poder existente nos sindicatos, que se acomodam com a possibilidade de desmembramento de base, fato recorrente em São Paulo (Alves, 1989).

A tentativa de solução da segunda ordem de dificuldades tem se dado com a criação de secretarias exclusivas para o encaminhamento das lutas dos assalariados e dos pequenos produtores. Para que estas secretarias funcionem é necessário que sejam dirigidas por diretores sindicais representativos dos diferentes segmentos³. Isto nem sempre é possível porque, em locais onde os sindicatos são dominados por pequenos produtores, existe uma pequena participação de assalariados, ou vice versa.⁴

As secretarias, com exceções, têm se mostrado pouco adaptadas para a solução de conflitos intra-classe trabalhadora. A tendência, caso as secretarias funcionem, adquirindo representatividade e autonomia, é virem a se constituir num sindicato de fato ou de direito. Isto é, as reivindicações destes segmentos são tão díspares, chegando até a serem contraditórias, que as secretarias ou se separam do sindicato, criando um novo, ou deixam de ter razão de existência. Ou seja, a questão salarial é um poderoso divisor de águas entre os que vivem de salário e os que vivem de produção (Alves, 1989: 34).

Em algumas regiões, a solução destes dois tipos de problemas, o da base sindical e o dos conflitos dentro do mesmo sindicato, tem caminhado para a constituição de sindicatos de assalariados separados dos sindicatos de pequenos produtores. A região onde este processo encontra-se mais avançado é a de Ribeirão Preto, São Paulo, onde foram criados Sindicatos de Empregados Rurais (SER) e até uma federação destes sindicatos, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp). Existem informações do surgimento de sindicatos de assalariados no interior do Paraná e no Espírito Santo.

3 Avelino Ganzer in: CEDI (1990: 16)

4 José Ribeiro Trampolim in: Cedi (1990:24)



A mecanização do corte da cana coloca novos desafios para o movimento sindical na região de Ribeirão Preto – São Paulo

4. A experiência em São Paulo

No caso de São Paulo, o surgimento destes sindicatos é resultado de dois processos imbricados: o acúmulo de luta dos assalariados e o processo de modernização da agricultura.⁵

O acúmulo de lutas dos trabalhadores assalariados, com a realização de greves anuais, envolvendo os cortadores de cana e os apanhadores de laranja, tem sido fator preponderante para a constituição da identidade política desta categoria. É na luta por melhoria de suas condições de vida e trabalho, que os trabalhadores têm se identificado enquanto assalariados, vendedores de força-de-trabalho e, como tal, estão cada vez mais distantes das demais reivindicações dos trabalhadores com algum acesso aos meios de produção, os pequenos produtores. Neste processo de luta e de constituição da identidade, os assalariados, como categoria, já não mais colocam a reivindicação por acesso à terra, ou pela Reforma Agrária, vista durante muito tempo como a bandeira de luta capaz de avançar na “unidade da diversidade”.

A luta dos assalariados rurais é por melhoria de suas condições de vida e trabalho como assalariados. Neste contexto, a luta por melhorias salariais tem avançado em sintonia com um conjunto de reivindicações, dentre as quais se destaca a luta pelo controle do processo de trabalho, que dão contornos mais definidos a essa identidade em constituição. As reivindicações por controle do processo de trabalho colocam no horizonte de luta a questão da autogestão e não da posse ou propriedade dos meios de produção (Feraesp, 1990). Neste sentido, os assalariados rurais se aproximam cada vez mais dos demais trabalhadores urbanos, também assalariados, que lutam pelo controle do processo de trabalho.

De outro lado, mas no mesmo sentido, o processo de modernização da agricultura, na Região de Ribeirão Preto, com o elevado grau de concentração da terra e do capital, praticamente fez desaparecer a pequena propriedade tradicional e a parceria ou o colonato, formas de existência da pequena produção. O que resta de pequena propriedade, na região, é grande quanto ao capital investido. São pequenos proprietários que conseguiram espaço no processo de modernização conservadora, tornando-se

⁵ Esta imbricação também é apontada com fator determinante da criação do Sindicato dos Fumicultores do Rio Grande do Sul, como se depreende da entrevista de Ari Thessing (Cedi, 1990: 37-43).

empresários capitalistas. Estes novos pequenos capitalistas, embora guardem contradições com os grandes proprietários e com o Estado, estão muito mais próximos das entidades de representação patronal (tanto sindicais, quanto de associações por produto) do que do MSTR (Feraesp, 1990:20).

O processo de modernização da agricultura, na região de Ribeirão Preto, dotou-a de uma certa identidade econômica. Identidade baseada na produção de dois produtos agrícolas, grande demandantes de força-de-trabalho assalariada (cana e laranja), e no elevado grau de utilização de insumos modernos.

A demanda por trabalhadores assalariados fez com que fluísse para a região um grande contingente de trabalhadores vindos de outras partes do país (norte do Paraná, Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, outros estados do Nordeste), nas quais já haviam perdido também a perspectiva de se estabelecerem como produtores independentes, dado o processo de concentração de terra. Em São Paulo, estes trabalhadores percebem que sua sobrevivência está associada à conquista de melhorias nas suas condições de vida e trabalho, as quais dependem de luta, dependem da capacidade de enfrentamento com os capitalistas na agricultura. (D'Incao Mello, 1985).

Na origem do processo de constituição dos sindicatos de empregados rurais estava posta, também, a necessidade de criar sindicatos que encaminhassem a luta do conjunto dos trabalhadores da agroindústria. Os trabalhadores perceberam que, devido ao processo de modernização da agricultura, determinados trabalhadores mais especializados, como os tratoristas, os operadores de máquinas agrícolas e motoristas, passaram a deter maior poder de barganha frente aos capitalistas do que os cortadores de cana.

Para o encaminhamento das lutas, passou a ser fundamental tanto a participação destes trabalhadores como a dos demais trabalhadores das unidades de produção do açúcar e álcool. Para avançar nesta perspectiva, os novos sindicatos de empregados se estruturaram para empreender o trabalho sindical também com os operadores de máquinas, tratoristas e até motoristas, no sentido de ter campanhas salariais unitárias e melhoria nas suas condições de vida e trabalho.

A nova estrutura sindical objetiva também tanto a incorporação dos trabalhadores de base na estrutura do sindicato, como a necessidade de enraizar os SER nas

empresas, nas fazendas, em suma, nos locais de venda da força-de-trabalho. O que se deu com a criação, na estrutura dos SER, de seções sindicais, com diretorias eleitas pela base, cujos presidentes constituem o Conselho de Representação, órgão máximo dos SER, depois das assembleias gerais. As diretorias dos SER estão subordinadas a este Conselho, cujos componentes devem gozar, como dirigentes sindicais, de estabilidade no emprego⁶. Neste sentido, avança-se para o aumento da democratização da estrutura sindical, que tende a romper com o presidencialismo.

Esta nova organização sindical não conseguiu avanços em vários problemas existentes na estrutura anterior. Os mais significativos são: 1º o sindicato de base municipal; 2º a estrutura federativa; 3º a organização do conjunto dos trabalhadores do complexo agroindustrial, ainda representados por múltiplos sindicatos, o que retoma o segundo desafio acima colocado.

Tanto o primeiro quanto o segundo problema são, a meu ver, decorrentes da cultura sindical existente. Em São Paulo, ainda existem sindicatos de trabalhadores rurais com um grande número de extensões de base. A existência de extensão de base é explicada, dada a permanência do imposto sindical e da contribuição assistencial, pelo fato de quanto maior a base do sindicato, maior a sua arrecadação. O desmembramento de bases sindicais foi a forma encontrada pelas oposições combativas para fazer avançar a luta dos trabalhadores assalariados. Na estrutura sindical existente, a conquista de sindicatos pelas oposições é uma árdua tarefa, dado todos os meios que as direções instituídas têm para se manter no poder, devido à falta de democracia interna. Desta forma, depois do longo e árduo trabalho de desmembramento dos "sindicatos", empreendido pelos dirigentes envolvidos com a luta dos assalariados rurais, ficou sem consistência a defesa do sindicato de base regional ou estadual.

A questão da cultura sindical também é explicativa da estrutura federativa. Os sindicatos que encaminhavam a luta dos trabalhadores assalariados viram, várias vezes, seus esforços serem diluídos devido à postura da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) na mesa de negociações, boicotando greves, fazendo acordos em separado com os patrões, defendendo propostas de piso salarial mais baixo, etc. Nesta medida, estes novos sindicatos buscavam uma entidade que os pudesse representar e que pudesse enfrentar a Fetaesp e os patrões que,

⁶ Paulo Cezar Lima, in Cedi (1990: 48).

a nível do Estado, encontram-se representados pelo forte Sindicato dos Produtores do Alcool e Sindicato dos Produtores de Açúcar, pela Associação Brasileira das Indústrias Citricultoras (Abrasucos), representando as indústrias de suco de laranja e pela Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp).

Embora as Federações sejam órgãos de cúpula sindical e não de base, a estrutura da Feraesp tenta quebrar a hierarquia do presidencialismo através de um Congresso, realizado a cada 4 anos, e através de um conselho, composto não só por dirigentes mas por trabalhadores representantes das seções sindicais. É evidente que a filiação da Feraesp à CUT, ocorrida recentemente, a participação dela no DNTR e no Departamento Estadual, colocam novos desafios. O avanço das lutas e o amadurecimento dos departamentos, com a possibilidade de alteração de sua configuração para tornarem-se órgãos fundamentais para a conquista do Contrato Coletivo de Trabalho, poderão vir a questionar a existência desta e de outras Federações. Porém, é o avanço das lutas é que vai dar conta desta questão.

O terceiro problema, o da representação do conjunto dos trabalhadores da agroindústria, é o que me parece mais complicado. A questão é saber qual estrutura sindical é mais apta para dar conta da necessidade de encaminhar reivindicações do conjunto dos assalariados da agroindústria? Será um único sindicato agrupando todos os segmentos de trabalhadores, ou uma instância de organização que articule o conjunto das lutas dos trabalhadores assalariados do complexo agroindustrial? Esta questão remete à discussão sobre organização sindical por ramo de produção e à discussão sobre a estruturação de departamentos da CUT.

5. Organizar os assalariados rurais por ramo de produção?

A questão de organizar os trabalhadores em sindicatos por ramo de produção é colocada por outras lideranças

sindicais, só que o ramo de produção é pensado de forma distinta da até aqui abordada⁷. Essa forma de abordar ramo de produção é utilizada para a defesa da proposta de constituição de sindicato dos canavieiros. Por exemplo, Luís Silva, defendendo essa proposta, afirma que, na Paraíba, durante algum tempo, teve-se a ilusão de que paralisando os cortadores de cana, paralisava-se as usinas. Na realidade, percebeu-se que as usinas continuavam funcionando por que os tratoristas, os operadores de máquinas agrícolas e os trabalhadores de dentro das unidades de produção de açúcar e álcool continuavam a produzir⁸.

A meu ver, a organização dos assalariados rurais por ramo de produção, da forma elaborada por Luís Silva e por José Novaes, não é a mais adequada. Ambos consideram que, para o avanço das lutas dos assalariados rurais, e a referência deles são os canavieiros, são necessários sindicatos que congreguem o conjunto dos trabalhadores do setor, tanto do campo quanto das unidades industriais.⁹

*"...nós temos que centralizar os trabalhadores por ramo de produção. O ramo de produção do campo é a agropecuária e nós vamos ter que envolver desde quem trabalha na produção, desde o caminhoneiro, até aquele que faz a cerca, aquele que roça o pasto, aquele que produz, num único sindicato. O assalariado, desde aquele que trabalha na roça até o que trabalha na indústria é o mesmo assalariado. Nós temos que aglutinar todo mundo neste conjunto para evitar o corporativismo e o controle da burguesia."*¹⁰

A constituição de sindicatos de assalariados por ramo de produção esbarra no fato dos assalariados rurais, para sobreviverem, trabalharem, ao longo do ano, em diferentes culturas: na colheita do amendoim, na colheita do algodão, no corte e tratos culturais da cana, na colheita da laranja etc; portanto, trabalham em agroindústrias diferentes. Neste sentido, criar sindicatos por ramo de produção, levaria os assalariados rurais a terem de se sindicalizar em mais de um sindicato para serem representados. Por outro lado, a agricultura se tornou um setor

7 Ramo de produção é pensado como o complexo agroindustrial verticalizado, que produz da matéria-prima, de origem agrícola, até o bem de consumo final ou intermediário, produzido pelas unidades industriais. Esta visão de ramo de produção não leva em consideração a propriedade do capital, isto é, num mesmo ramo de produção estão distintas empresas e distintos estabelecimentos. Essa forma de pensar ramo de produção é bastante utilizada para a cana, ou os canavieiros, onde a cana é a matéria-prima básica para a produção de açúcar e álcool. Portanto, tanto os canavieiros, quanto os empregados das usinas e destilarias fariam parte do mesmo ramo de produção.

8 Luís Silva, in: Cedi (1990: 21).

9 Luís Silva (idem: 21-23) e José Novaes, (idem: 27-28).

10 José Novaes (idem: 27-28).

capitalista dinâmico, com contínuo redirecionamento da produção. Assim, não tem sentido, também, a constituição de um sindicato específico dos cortadores de cana, ou dos apanhadores de laranja etc., como algumas vezes é colocado, porque amanhã a cana, por exemplo, pode deixar de ser a lavoura comercial da região. Em Ribeirão Preto, por exemplo, já foi cana, passou para o café, passou pelo algodão, voltou à cana; a laranja foi intensificada e estendida, a cana em algumas regiões está claudicante devido às indefinições do Proálcool etc.

Criar sindicato por ramo de produção, para os assalariados, é não levar em conta a dinâmica da produção capitalista e o fato de que os trabalhadores, ao serem convertidos em assalariados, tendem a acompanhar a dinâmica do capital, porque necessitam vender sua força-de-trabalho e quem compra é quem tem capital concentrado.

A questão de criar um "sindicato", como propõem Luis Silva e Novaes, aglutinando todos os trabalhadores de uma determinada agroindústria (cana, por exemplo, representando desde os trabalhadores braçais, do campo, até os trabalhadores mais especializados das unidades de produção industrial da agroindústria), é também complicada porque esbarra na questão do ramo de produção, definido a partir do produto agrícola, insumo básico para a produção: cana, insumo agrícola para a produção de açúcar e álcool; laranja, insumo da produção de suco concentrado de laranja; algodão, insumo da produção de tecidos; madeira ou celulose, insumo da produção de papel e papelão, bem como movelaria; carne, insumo da produção de derivados industrializados; etc.. As agroindústrias da cana, da laranja etc., formam o complexo agroindustrial, nacionalmente articulado, com relações e dinâmica, intra e intersetoriais, próprias. Por outro lado, os trabalhadores deste complexo já são, atualmente, representados por inúmeros sindicatos; alguns, inclusive, com tradição de luta. Desta forma, é muito difícil, no atual estágio de lutas, destruir tais sindicatos para a criação de um único. A nova estrutura sindical, que dê conta deste problema - a diversidade de órgãos de representação dos trabalhadores-, será decorrência do acúmulo e da direção das lutas empreendidas.

A saída, me parece, não está em princípio, nem em destruir os sindicatos já existentes para criar um só, de base regional, estadual ou nacional, nem em criar um sindicato por agroindústria, dada a premissa de que a forma da organização sindical deve ser determinada pelo acúmulo de lutas dos trabalhadores. No momento, a

questão está em criar, na Central Sindical, instâncias verticais para o avanço das lutas do conjunto dos assalariados do complexo agroindustrial. Esta instância já existe na CUT: são os departamentos. Cabe adaptá-los para que cumpram este papel.

6. O Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

Tendo como referência os sindicatos urbanos, a CUT implantou a partir do 2º CONCURT, em 1986, a sua proposta de organização dos sindicatos por ramos de produção, os Departamentos. A constituição dos Departamentos objetiva o enfrentamento aos patrões para a conquista nacional de melhorias salariais e trabalhistas em ramos de produção onde os capitalistas já têm uma articulação nacional.

Neste sentido, o primeiro departamento nacional criado foi o Departamento Nacional dos Bancários, em 1986, como reflexo das campanhas salariais nacionais que já se desenvolviam desde 1985. O segundo foi o Departamento Nacional dos Metalúrgicos, apoiado pela experiência do grupo Metalúrgico da CUT-SP que, desde 1984, desenvolvia uma campanha conjunta. O terceiro foi o dos petroleiros, com sindicatos que enfrentam uma única empresa e com uma data única de negociação (Castro, 1989).

"A construção dos Departamentos avança mais ou menos em sintonia com a unificação já existente nas campanhas e negociações salariais." (idem: 12)

Fica claro, portanto, que os departamentos da CUT foram criados pela necessidade de enfrentamento aos patrões, já organizados estadual ou nacionalmente, como é o caso da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Petrobrás e do grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e visam garantir, para o conjunto dos trabalhadores do ramo de produção, o Contrato Coletivo de Trabalho.

Esta forma de organização foi estendida nacionalmente, inclusive para o campo, com a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1988. Embora os rurais não componham um ramo de produção, como os departamentos urbanos (quando muito a agricultura pode ser pensada como um setor de produção), têm uma história de constituição da sua identidade a nível nacional, mesmo antes da extensão do direito de sindicalização dos trabalhadores rurais em 1962. A constituição do DNTR, diferentemente dos departamentos dos ramos de produção urba-

nos, não se apóia numa unificação já existente no campo das campanhas e lutas salariais, mas sim nesta história comum de constituição de sua identidade. Ou seja, na agricultura os trabalhadores submetidos a toda a diversidade, aprofundada e modificada pelo processo de modernização da agricultura, desenvolveram, ao longo das últimas quatro décadas, uma série de lutas comuns, pelo direito de existirem enquanto classe trabalhadora e serem reconhecidos enquanto tal pelo governo, pelos patrões e pelos grandes proprietários. Porém, na constituição de sua identidade, através das lutas, os distintos segmentos de trabalhadores rurais passaram a ter reivindicações próprias, distintas, chegando até a serem, em alguns casos, antagônicas.

No 1º Congresso do DNTR, não se aprofundou a discussão sobre que concepção de departamento interessa aos trabalhadores rurais. Neste sentido, acredito que existiam duas concepções básicas de departamento: 1º, um departamento que organize os trabalhadores do campo para a luta, com o conjunto dos trabalhadores urbanos; 2º, um departamento, na tradição Contaguiana, como mero coordenador da ação e dos encaminhamentos das iniciativas dos departamentos estaduais, também concebidos como federações, e dos sindicatos a eles vinculados, ou seja, departamento como um órgão de cúpula sindical.

Predominou, no Congresso, sem explicitação das divergências, esta segunda concepção de departamento, no qual a instância vertical se transforma num grande guarda-chuva, onde cabe o conjunto das categorias de trabalhadores rurais: pequenos proprietários, pequenos arrendatários e parceiros, assalariados, seringueiros, pescadores etc. Ou seja, no DNTR cabe um amplo conjunto de trabalhadores desde que não sejam empregados de um ramo de produção urbano. No mais, cabe tudo.

O Congresso do DNTR deliberou, também, pela necessidade de se avançar na definição do projeto político da CUT, que satisfaça à premissa de preservar a “unidade na diversidade”. A questão é que um projeto político se explicita com a luta; é a partir das experiências de luta que este projeto ganha consistência. Como dentro do DNTR cabe todo mundo, inclusive com reivindicações divergentes e, em estreitos limites, antagônicas, não se tem experiência de luta conjunta. A experiência acumulada é de lutas dispersas e cada vez mais díspares, de forma que um segmento não se identifica, necessariamente, com a luta dos outros.

Este tipo de concepção, empreendida pelo DNTR, centrada na necessidade de unificar os trabalhadores do

campo submetidos à diversidade de condições de produção de relações de trabalho etc., sintetizado na palavra de ordem “unidade na diversidade” recompõe, no interior da Central, a antiga ambição da organização dos trabalhadores rurais, tanto antes, quanto depois de 1964. O princípio da “unidade na diversidade” vai acompanhar a organização dos trabalhadores rurais na retomada da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), pós 1968, na formação da CUT, em 1983, que teve grande participação dos trabalhadores rurais e no 1º Congresso do DNTR.

Essa concepção de Departamento, embora legítima, porque resgata a história de lutas, corre o sério risco de trazer para a CUT uma visão existente na Contag: a de querer transformar o “Complexo Contag” numa Central Camponesa, para se contrapor às Centrais existentes. Só que, dado a existência da CUT, o departamento pode vir a se constituir numa Central dentro da Central. Neste sentido, o DNTR foi dotado de um estatuto, elástico o suficiente para abrigar dentro dele todos os segmentos de trabalhadores, desde que não sejam urbanos: cabem os pequenos produtores, cabem os assalariados, cabem os seringueiros, cabem pescadores artesanais etc. Foi constituída uma secretaria para que o DNTR tenha o seu próprio relacionamento internacional, para aprofundar a identidade entre os trabalhadores rurais do mundo, com ênfase na América Latina. Passou a existir também uma secretaria de formação política dos trabalhadores rurais. Neste sentido, o DNTR passou a reproduzir, em pequena escala, órgãos e funções existentes na estrutura da CUT.

7. Conclusão

Faltou no Congresso, na perspectiva dos assalariados rurais, a abertura de possibilidade para que se discutisse como se daria a articulação das lutas dos assalariados rurais com o conjunto dos assalariados urbanos empregados do complexo agroindustrial. Uma das possibilidades, já postas pela dinâmica das lutas dos assalariados, é a constituição do Departamento Nacional do Complexo Agroindustrial, onde participem tanto os sindicatos representativos dos assalariados rurais, quanto os sindicatos dos trabalhadores urbanos, vinculados ao complexo. É possível pensar que constituirão este departamento o conjunto dos sindicatos que já enfrentem os capitalistas das agroindústrias, tais como: os STRs onde a luta dos assalariados rurais tem peso político, os SERs, os sindi-

catos da alimentação, dos químicos (álcool); do transporte de carga, devido à importância dos motoristas, os sindicatos dos trabalhadores do papel e celulose etc..

Por este caminho, poder-se-á avançar, nacionalmente, na conquista de melhoria das condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores do Complexo, tanto do campo quanto da cidade, e na conquista do Contrato Coletivo de Trabalho nacionalmente articulado. Por esta via, também, estar-se-á se avançando na estruturação vertical, de fato, da CUT como foi pensada para os ramos de produção urbanos.

Esta tendência já está posta hoje, pela forma de encaminhamento das lutas dos assalariados, fundamentalmente dos canavieiros, que são os assalariados com maior acúmulo de lutas nacionais. A campanha salarial deste ano em São Paulo já foi conduzida conjuntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores da Alimentação. O comando de greve dos assalariados rurais ficou sediado no Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Sertãozinho e, em algumas cidades, houve greve tanto dos cortadores de cana quanto dos trabalhadores da Usina (em outros municípios os trabalhadores das Usinas pararam mas os cortadores não). Esta articulação ainda está embrionária. Existem dificuldades de várias ordens, basicamente políticas; porém, deixam claro que esta é a tendência para o avanço das lutas dos canavieiros em São Paulo.

Do lado dos apanhadores de laranja, a articulação com os trabalhadores das citricultoras (indústrias produtoras de suco de laranja concentrado) está mais atrasada mas, nas propostas aprovadas no 1º Congresso da Feraesp, está colocada a perspectiva de integração das lutas do conjun-

to dos trabalhadores do setor da laranja, desde os apanhadores de laranja, até os trabalhadores do porto, por onde é exportado o suco de laranja, para o enfrentamento das citricultoras (Feraesp, 1990).

No Nordeste, basicamente em Pernambuco, a conquista do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e Álcool de Pernambuco, pela CUT, significou um grande avanço para a articulação de lutas conjuntas entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores das usinas e destilarias. A possibilidade, após esta conquista, é da luta dos canavieiros, em Pernambuco, fluir através deste sindicato e não mais através da Federação. Um representante deste sindicato esteve inclusive presente ao 1º Congresso do DNTR mas, lamentavelmente, não pode participar como delegado, apenas como convidado. Nesta condição, não pode votar nem usar da palavra nas plenárias, quando tinha muito a contribuir na organização e luta dos trabalhadores assalariados rurais.

Finalizando, a perspectiva de articulação das lutas do conjunto dos trabalhadores do Complexo Agroindustrial já está posta na realidade de luta dos assalariados. Lamentavelmente, esta perspectiva não foi discutida no 1º Congresso do DNTR. A preocupação predominante foi tornar o Departamento o substituto efetivo da Contag na luta e organização dos trabalhadores rurais. Essa preocupação, embora legítima, como já foi dito, porque resgata a história do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, tem como principal defeito o de amarrar a visão para frente que a Central deve ter para se tornar, além de referência, a direção política do conjunto dos trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco

1989 - **Construção dos Sindicatos dos Trabalhadores Assalariados**. Belém, PIPSA.

CASTRO, S.P.

1989 - "Dez anos de trajetória do Novo Sindicalismo Brasileiro" in: Organização Sindical e Negociação Coletiva. **Cadernos da CUT - Jurídico e Relações Sindicais nº 2**. São Paulo, CUT.

CEDI

1990 - **Sindicalismo no campo-Avaliação, perspectivas e desafios (entrevistas)**. **Cadernos do Cedi nº 20**. São Paulo, Cedi.

D'INCAO MELLO, Maria Conceição

1985 - **Greve de Guariba e Crise Econômica**. mimeo. FERAESP

1990 - **Anais do 1º Congresso**. Jaboicabal/SP, mimeo.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de

1990 - "Apresentação" in: CEDI, op cit. (pp.05-10)

SANTOS FILHO, José dos Reis

1986 - "Movimento Sindical Rural: o Resgate de uma Tradição" in: **Anais do 11º Encontro do PIPSA**. Botucatu, FCA/Unesp.

Feraesp: a controvertida inversão das regras do sindicalismo rural paulista

Vera Lúcia S. Botta Ferrante *

A criação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), com pouco mais de um ano de vida, se constitui, sem sombra de dúvidas, em um ponto de inflexão, polêmico, cuja rede de consequências não se restringe ao âmbito específico da estrutura sindical. As presentes notas têm unicamente a intenção de levantar aspectos dessa controvérsia, sem qualquer pretensão de apresentar desfechos ou o final de uma montagem que tem demonstrado, em sua construção, facetas de um processo tenso, movediço, inserido no coração da agro-indústria paulista.

Recuperamos algumas peças dessa trama. Seu desenrolar não é meramente a expressão de um enfrentamento com as manhas da legalidade. A perspectiva da existência legal da Feraesp abriu-se com a promulgação da Constituição Brasileira, novembro de 1988, o sinal verde dado à alteração da estrutura sindical brasileira.

Esta tem enfrentado, desde então, freios e bloqueios ao seu reconhecimento legal como interlocutora dos assalariados rurais. A decisão do Tribunal Superior do Trabalho, de 27 de novembro de 1990, favorável à Feraesp, ratifica a perspectiva de ser legal e legitimamente a representante dos empregados rurais assalariados, o que não implica em uma simplista suposição de que seu trilhar por trás dos verdes canaviais terá uma tranqüila trajetória.

Faíscas das entidades patronais misturam-se ao armazenamento de munição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), sem que se possa dizer que, de fato, a Feraesp tem respaldo e reconhecimento de sua legitimidade por parte do conjunto dos assalariados, atributos que devem ser pensados em um quadro de ameaças de desemprego, aumento da mecanização da colheita e outros complicadores que têm, na

região, acirrado os ânimos e ameaçado de explosão o estopim da pólvora.

1. Por que a Feraesp?

A Feraesp foi justificada pelas lideranças envolvidas em sua criação – cabe um alerta à diferenciação de práticas constitutivas do movimento sindical rural – como uma proposta de organização que buscava, no aumento da força dos assalariados rurais, sedimentar melhor suas garras face ao revigoramento cotidiano da garra empresarial.

Por estudiosos do quadro sindical (Alves, 1989), a Feraesp foi discutida como necessidade, dado o avanço da modernização da agricultura, fator que já teria completado seu ciclo expropriador de pequenas propriedades – argumento discutível no meu entender – à reivindicação, de muitos tempos, de “depuração” da representação sindical, por força das contradições subjacentes à estrutura do sindicalismo rural. Dessa ótica, a “criação dos sindicatos de trabalhadores assalariados impediria que a luta de classe pudesse ocorrer a nível das entidades de base, os sindicatos” (idem: 09).

Nesse quadro de justificativas, há que separar o joio do trigo. A estrutura sindical rural não se tornou uma questão polêmica por mera sinalização da conjuntura. Perpassa toda a história do movimento sindical, reaparece sob facetas diferentes, nos Congressos Nacionais da Contag, a demonstrar que a unificação implícita no enquadramento sindical amplo poderia minimamente ser contrariada pela impossibilidade de um único projeto aglutinar distintos interesses dos trabalhadores rurais.

* Professora do Departamento de Sociologia/UNESP, Campus de Araraquara.

Partilhei, num determinado momento de meus estudos sobre sindicalismo rural, da tese de que a estrutura sindical rural era uma fértil seara de armadilhas e indefinições. Nesse momento, em minha concepção, a estrutura sindical vigente acabava por não dar conta concretamente dos problemas apresentados pelas distintas formas de ser trabalhador rural e “a composição dos sindicatos parecia fixar o limite de consciência empírica dos líderes sindicais” (Ferrante, 1980: 135-164).

Outros tempos, quase uma década depois, no curso do qual a Contag, apesar das vozes discordantes, procurou reforçar a importância política da unificação sindical, a quebra desse modelo, ou minimamente, a mudança de suas regras, me põe face a um leque de inquietações e indagações.

2. Feraesp: a “luta de classes” fora de lugar

A justificativa de se criar a Feraesp pela oposição entre trabalhadores assalariados e pequenos proprietários, além de problemática, pode implicar em distorções. A identificação de pequenos e grandes proprietários no mesmo patamar de antagonistas dos bóias-frias não corresponde a um retrato fiel da região na qual foi gestada a estrutura da Feraesp. De um lado, porque a Flórida

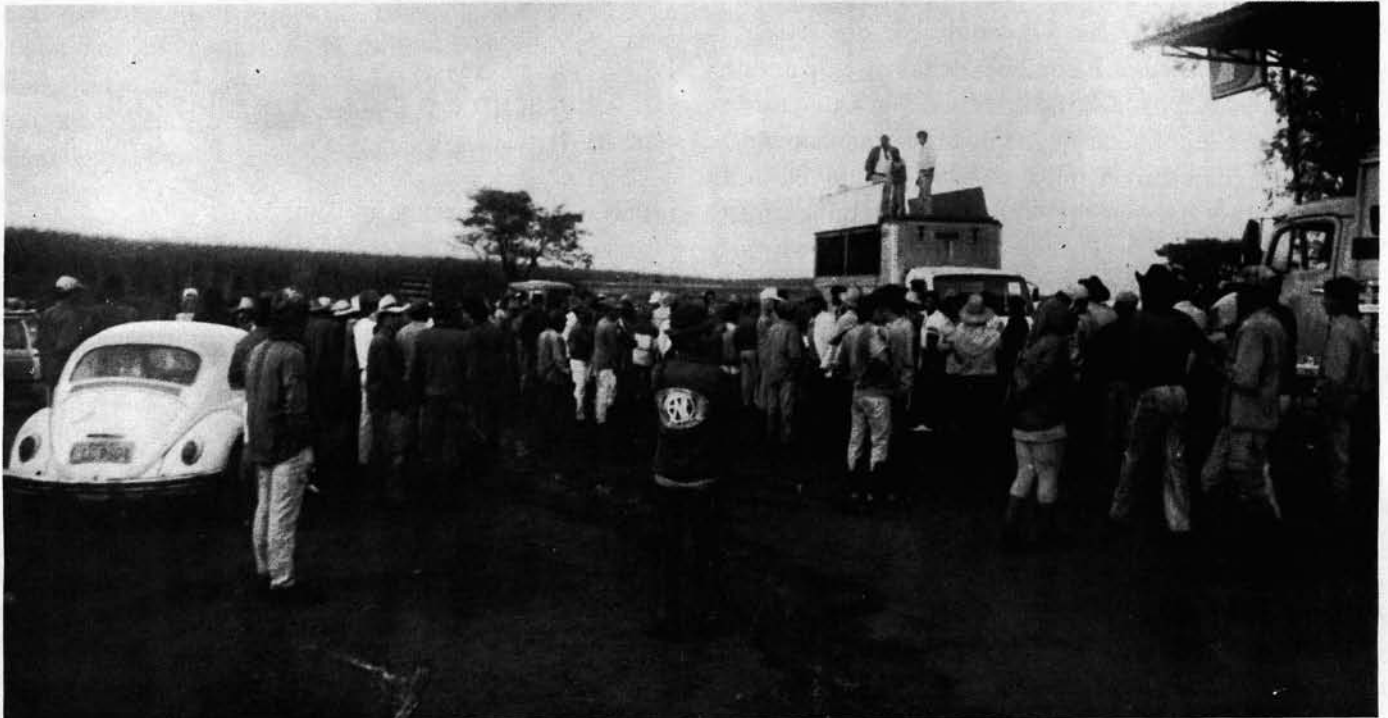
Paulista, cujos índices de valorização do capital ligado à agroindústria têm, inequivocamente, nos grandes complexos, a mola mestra de sua concentração fundiária. Tal afirmação não deve ser entendida como um decreto de morte dos pequenos proprietários, apenas como um alerta para sua menor significação no cenário dos canaviais e laranjais. Assim, seria exagerado afirmar que o grande problema dos assalariados estava no convívio imposto, pela estrutura sindical, entre patrões e pequenos proprietários e empregados. De outro, a rede muito bem tecida entre as formas de controle e dominação que, direta ou camufladamente, impõe-se aos bóias-frias não é alimentada pelos pequenos proprietários.

A resposta empresarial ao avanço das mobilizações dos bóias-frias encontra respaldo nas imbricações com o poder local, principalmente através da participação dos usineiros na gestão das prefeituras e no aparato institucional do Estado.

A recriação de mecanismos repressivos, a instauração habitual do corte dos nomes constantes das listas negras, o aumento da mecanização da cana – política que inevitavelmente interfere no mercado de força de trabalho volante - não são armas criadas e utilizadas significativamente por pequenos proprietários contra os assalariados.

A afirmação de que os detentores de menores propriedades podem contratar trabalhadores assalariados, mes-

Luciano Padrão



Piquete de bóias-frias em Barrinha, região de Ribeirão Preto, SP

mo que eventualmente - o que, de fato, pode ocorrer em graus variáveis nas distintas regiões do Estado de São Paulo - não pode levar à dedução - mecânica, em minha avaliação - de que a reivindicação dos trabalhadores é a mesma face a grandes e pequenos proprietários, o que os igualaria no campo dos confrontos e antagonismos. Tal conclusão é, em si mesma, problemática, sem ser necessário enveredarmos pelo complexo significado de como interpretar a "luta de classes" e sua locação no interior da estrutura sindical.

A presença de pequenos proprietários na direção dos sindicatos pode ter contado na avaliação da relação entre práticas sindicais e reivindicações dos trabalhadores assalariados sem, no entanto, aparecer como único condicionador invariável dos momentos de refluxo.

A fragilidade do movimento sindical - não entendida como atributo irremovível -, a perspectiva de fermentar, no processo de lutas, a renovação das práticas sindicais têm que ser compreendidas num campo onde se fazem presentes outros atores, retardatários, repressivos, conservadores ou não, e até mesmo agentes movidos por práticas que têm, fora dos lugares institucionais, seu campo de sementeira.

3. Feraesp x Fetaesp: o confronto no curso das lutas

As greves dos bóias-frias, a coletivização dos seus espaços de luta foram uma inequívoca demonstração de que à Fetaesp restou o papel de atriz secundária, sem ter sido sua presença legitimada no bojo dos enfrentamentos. Atropelada pelos movimentos de 1984, buscou reaver a direção do processo nas greves dos anos seguintes, mas já havia efetivamente se instaurado uma divisão no interior do movimento sindical rural paulista que vai ter consequências nos desdobramentos das lutas e no próprio avanço detectado nas pautas de reivindicação propostas.

Dos vários enfrentamentos - nos quais contestava-se a direção da Fetaesp - originou-se um processo de oposição e renovação das direções sindicais, mais marcado na região de Ribeirão Preto.

De início, procurou-se contornar e negar a existência de uma posição de confronto à Fetaesp. Entretanto, a constatação de que as greves revelaram a inércia do sindicalismo rural paulista exigiu que a própria Fetaesp, ou alguns setores dela, reorientassem sua prática. Instalou-se uma disputa no processo de formação das oposições sindicais.

A Fetaesp sentiu-se pressionada a estimular esse processo, para não perder o comando do movimento para a CUT.

Em várias unidades da região, oposições sindicais foram vitoriosas, o que não implica que elas sejam portadoras necessárias de uma ação política homogênea de vanguarda.

A partir do momento em que a demanda pela terra começou a ser discutida e incorporada no processo de lutas pelos bóias-frias - diferenciadamente, não pelo conjunto dos assalariados - criaram-se novos impasses. A Fetaesp não via com bons olhos a encampação dessa reivindicação por algumas direções sindicais da região, principalmente no momento em que as forças anti-reformistas têm todo um arsenal de munição para defender as garras do capital.

Os contrapontos acirram-se nas campanhas salariais de 1988, nas quais os usineiros nitidamente aproveitaram-se das cisões e fragmentações existentes na direção da Fetaesp, antecipando-se a um possível enfrentamento na mesa das negociações.

A criação da Feraesp representou, nesse terreno movimento do sindicalismo rural paulista, o estopim no aflorar de novos impactos. Foi evidentemente uma resposta aos equívocos detectados na trajetória da Fetaesp - desse ângulo, um passo de ousadia política - o que não a isenta de enfrentar novos problemas na trama das lutas e práticas sindicais.

4. A Feraesp e o curso das lutas dos bóias-frias

A avaliação do primeiro ano de trabalho feita no I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, realizado a 7 e 8 de abril de 1990, pelo presidente da Feraesp expressa-se no seguinte:

"Feita análise desse ano de trabalho, das dificuldades encontradas para implantar o processo de organização dos nossos sindicatos, feita análise dos espinhos que nós encontramos tanto no enfrentamento com o patrão diretamente, como também com as forças políticas conservadoras do movimento sindical que não querem permitir que os trabalhadores avancem na sua organização porque têm medo de perder o poder, também no enfrentamento da classe política mais conservadora que existe tanto ao nível de nossa região, como do Estado de São Paulo e do próprio



A mecanização não elimina o trabalho manual nos canaviais paulistas

país... todas as dificuldades que nós encontramos para chegar até aqui devem ser motivo de uma profunda análise dos companheiros para que possamos daqui para frente, rumar melhor nossos avanços, melhorar na nossa organização, na construção do movimento” (Neves, s/d:4).

O discurso revela claramente o reconhecimento de que a trajetória da Feraesp não pode ser entendida como uma escalada linear e energizante: a referência às estratégias patronais, ao recuo e diferenciação nas práticas das direções sindicais imbrica-se à afirmação do movimento como construção, num fazer-se no qual a avaliação e auto-crítica são ingredientes necessários à proposta de conquistar a partir da luta, não da estrutura, a unidade da ação política.

Nessa construção, a CUT é reconhecida pela Diretoria da Feraesp como parceira, lugar de se promover a unidade na luta dos trabalhadores, posição reveladora de que a relação mediadores x direção sindical mostra, no presente, contornos distintos face aos tempos iniciais, experiências grevistas da era Guariba. Distinção que não é garantia de um ritmado compasso entre Feraesp e CUT no comando das práticas políticas.

Permanece igualmente num campo problemático a relação entre a Feraesp e a Contag, enfrentamento man-

tido em “banho-maria”, num marca passo que parece intencionalmente evitar maiores rupturas.

Do ângulo dos movimentos de 89 e 90, a perspectiva de articulação das lutas dos diferentes segmentos dos assalariados rurais e dos vários sindicatos contra a organização empresarial frustou-se, em parte pelas dificuldades encontradas e também pelo fato dos trabalhadores diretamente envolvidos mostrarem, a nível das práticas e das representações, poucos sinais de reconhecimento das diferenças entre Fetaesp e Feraesp e, mais do que isso, pela heterogeneidade da categoria dos assalariados rurais.

No domínio da lei, a unidade entre Fetaesp, patronato, Ministério e Justiça do Trabalho, impede a Feraesp de ser personagem presente, legalmente reconhecida na mesa das negociações. O bloqueio revela-se eficaz: a perda do suporte financeiro, pela suspensão das contribuições diretas e indiretas, o revigoramento da pressão patronal, a demissão de diretorias sindicais, a formação de juntas governativas patrocinadas pela Fetaesp, criam um refluxo na base da Feraesp. Dos 25 sindicatos a ela inicialmente filiados, permanecem, no quadro presente, 13.

Sob pressão de demissões e ameaça de desemprego, a proposta de formação de sessões sindicais de base não se concretizou. A luta pela legalidade passou a ser o patamar

inicial da conquista da estabilidade no emprego das direções sindicais e formação de comissões de base. A conquista dessa legalidade nos últimos dias de novembro pode mostrar a perspectiva de uma reapropriação política das manhas e artimanhas preparadas, não aleatoriamente, no interior e fora do campo legal. Permanecem, contudo, desafios.

Em 1989, a greve dos canavieiros, a primeira dirigida pela Feraesp com apoio da CUT, e avaliada pelas direções dos Sindicatos de Empregados Rurais como vitoriosa, da perspectiva de ter sido realizada uma campanha salarial unificada entre as grandes zonas produtoras de cana do Estado, foi derrotada juridicamente, pelo não reconhecimento pelo Tribunal Regional do Trabalho - dada a preliminar impetrada pelo patronato - do dissídio coletivo da categoria.

Em 1990, a estratégia de luta adotada pela Feraesp para a campanha salarial tinha como eixo principal a unificação das lutas das diversas categorias que compõem a agroindústria sucro-alcooleira. Objetivava-se igualmente a unificação da campanha a nível estadual. A derrota dos trabalhadores da região de Ribeirão Preto, em 1989, pode-se contrapor à vitória dos trabalhadores da região de Campinas e Piracicaba, consubstanciada em equiparação salarial e transporte mais seguro, primeiro acordo coletivo para a região.

A presença, no palco de negociações, do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias e do Sindicato de Condutores de Veículos, cujas trajetórias são marcadas por ambigüidades e oscilações, é mais um complicador a ser enfrentado pela Feraesp.

Sob o impacto de dois movimentos sindicais, com propostas políticas e organizativas diferenciadas - expressão das rupturas do sindicalismo rural paulista - sob pressão energizada dos patrões, trabalhadores de Guariba - em claro desacordo à orientação de sua direção sindical - Sertãozinho, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, São Joaquim, Guará, Ipuã, Iguarapava, posteriormente Dobrada, Pitangueiras, Taiúva, Taiacú, entraram em greve em maio de 90.

O cenário da região, no qual as diferenciadas formas de represália patronal encontram simbiose e complementariedade na ação da Polícia Militar e Civil, mostra, uma vez mais, a força dos freios inibidores.

Guariba é, mais uma vez, em 1990, marca da história das lutas e repressões vividas pelos bóias-frias, em seu complexo e contraditório processo de construção da cidadania.

A greve - deflagrada em descompasso com várias direções sindicais - no início do Plano Collor, fase de

suposta estabilização econômica, mostra claramente a gravidade extrema da redução do poder reivindicatório dos trabalhadores, o que os leva a pretender garantir apesar das perdas, seus empregos no período recessivo.

O salário mensal depreciado - em torno de Cr\$ 6.000,00 - é o grande detonador das greves de maio dos cortadores de cana. Em algumas cidades, as greves conservam características de espontaneidade, a apontar uma situação de luta pela sobrevivência. Perfis diferenciados de direção sindical revelam-se na tentativa de esvaziar o movimento ou buscar fortalecer-se no papel de canalizador das reivindicações da categoria.

Sob pressões e tensões, a volta ao trabalho não é vista como vitoriosa, mas como concessão necessária diante da fortaleza das muralhas dos canaviais, a enunciar desdobramentos, a expressar que enfrentamentos em suas formas concretas de lutas, estão presentes no eito dos canaviais, nas ruas das cidades, no tribunal mudo das negociações. Não há tempos e espaços a priori definidos como únicos, o que implica rediscutir criticamente a relação entre "luta de classes", a atribuição do seu lugar no interior da estrutura sindical rural e a perspectiva de se eliminar antagonismos via criação da Feraesp.

5. A Feraesp e a luta pela terra. Está aí o nó górdio da questão?

Na discussão da criação da Feraesp e das formas de enfrentamento com a agroindústria da região e seu sistema de mecanização, a incorporação de trabalhadores ligados ao setor canavieiro que estavam numa atividade rural, ainda que não absorvidos pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, parece ter entrado com peso significativo. Buscava-se, com tal inclusão, a mobilidade da empresa em seu conjunto e a perspectiva de viabilizar greves em sua totalidade. O saldo político dessa absorção só pode ser avaliado no curso concreto das lutas.

Entretanto, na região, o crescimento da demanda pela terra dentre os bóias-frias, situação que pode ser comprovada pela extensão dos projetos de assentamentos, pelas invasões em cadeia que se expandem no coração da agroindústria, é sem dúvida, um exemplo vivo de que as tensões apresentam novas roupagens, a desafiar a proposta da Feraesp de não incluir em sua base trabalhadores com qualquer forma ou relação de posse com a terra.

Impasse criado, como discutir a presença/ausência da Feraesp no processo da constituição dos assentamentos?

Dos núcleos de assentamentos de trabalhadores rurais da região, pelo menos 3 tiveram em sua organização o comando do Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara. No seu discurso, a reivindicação da terra por parte dos bóias-frias é permanente, no sentido de ser anterior à própria implantação dos assentamentos; embora menos aparente, sobretudo por não se colocar de maneira imediata.

Entretanto, relativiza sua concepção:

*“É muito difícil para a categoria como um todo, para os trabalhadores como um todo de nossa região, para grande massa dos trabalhadores, entenderem que é viável realizar o seu sonho. Mas isso não lhes tira o desejo de querer terra”*¹.

Evidentemente a luta pela terra não é unívoca dentre os trabalhadores assalariados, mas está presente - passando outros segmentos, inclusive de trabalhadores urbanos - não havendo sinais de seu reflexo no paraíso dos canaviais e laranjais.

Ao contrário, as duras regras das forças sociais ligadas ao capital, podem facilitar a incorporação pelos bóias-frias, da demanda pela terra, da luta pela seleção aos assentamentos, como patamares de sua ação, do seu fazer-se. Contam nesse quadro o reaparelhamento vigoroso das listas negras, a perspectiva de ser mais agilizada a mecanização da cana - medida que, como dissemos, vem sendo comprovadamente adotada - o recurso aos fluxos migratórios, sob o controle de contratação de uma mão-de-obra mais facilmente domesticável - o que parece estar sendo contrariado pela liderança dos migrantes nas greves da região - as ameaças cotidianas de demissão.

A presença, na composição dos trabalhadores rurais da região, de outros segmentos é reconhecida por uma das lideranças sindicais mais representativas que tem revelado, em sua prática, trabalho efetivo junto aos bóias-frias e aos demandantes da terra, o que pode ser expressão de avanço, mas igualmente da “desobediência” às regras da Feraesp.

“É difícil dizer quem são os trabalhadores rurais dessa região. Conheço muita gente que era trabalhador rural aqui na região, quando comecei a trabalhar, que não está mais aqui. Que também lutou e hoje é pequeno produtor em Goiás, Mato Grosso. Quer dizer, esse fluxo da categoria tem muito a ver com a questão da terra. O fato de migrarem de um lado e do

*outro tem a ver com o sentimento de buscarem uma alternativa que não seja a do assalariamento”*².

Exposta a trama, como justificar a exclusão dos assentados por parte da Feraesp?

Se a presença dos pequenos proprietários era um dos argumentos utilizados para se falar em luta de classes no bojo da estrutura sindical, como se posicionar face aos assentados, ex-bóias-frias, no presente com uma relação de posse provisória com a terra? Sua exclusão da estrutura sindical da Feraesp não poderia levar à conclusão de que a demanda por terra por parte do bóias-frias - não do conjunto da categoria - ilegítima sua luta? Facetas dos nós que vêm desafiando a Feraesp. Nas palavras de Paulo Cesar Lima, presidente do Sindicato de Empregados Rurais de Bebedouro, a Feraesp *“é uma especificidade e está ligada a um segmento dos trabalhadores rurais. Ela não é abrangente. No Departamento Rural da CUT, estaria incorporada a luta dos assentados, dos pequenos produtores, e a dos assalariados”* (Cedi, 1990: 44-51).

A definição de lugares e espaços específicos à Feraesp e à CUT não resolve a questão. Ambigüidades estão presentes em um descolamento entre práticas sindicais, tais como a do Presidente da Feraesp, e a estrutura constitutiva da Federação.

Distorções podem ser detectadas, em minha avaliação na concepção da modernização da agricultura, na justificativa de necessidade de adaptar a Feraesp ao processo agigantado de suas alterações (Alves, 1989:20). Sob tal ótica, a modernização da agricultura ao longo dos últimos 20 anos, a progressiva concentração das propriedades tiveram como decorrência a expulsão dos trabalhadores e sua conversão em assalariados puros no campo.

Os efeitos expropriadores da modernização são incontestáveis. Entretanto, a concepção de uma associação rígida e linear entre modernização x expropriação e proletarização tem sido negada pela realidade das lutas pela terra empreendidas por bóias-frias. Nos termos de Moacir Palmeira:

“Sendo um processo de luta, a expropriação não tem um resultado certo (...) por isso mesmo, não tem sentido pensá-la em termos de uma adequação funcional antecipatória a uma posterior proletarização, ou muito menos o que se tornou freqüente nos últimos anos - abordá-la simplesmente como um efeito perverso da modernização” (Palmeira, s/d: 91/92).

1 Entrevista realizada com Élio Neves, maio de 1989.

2 idem

A expropriação não gera única e linearmente a proletarização e esta, por sua vez, não implica em desenraizamento, em ruptura com a terra, apesar da terra aparecer diferentemente, com outros significados, no horizonte das lutas dos bóias-frias.

A luta pela terra, o desejo - expresso em ações - dos bóias-frias converterem-se em assentados, com todas as adversidades presentes no cotidiano dos assentamentos vem, se não provar, pelo menos atestar a dificuldade de serem traçadas fronteiras rígidas entre as diferentes formas de luta dos assalariados, o que vem adubar o terreno dos impasses presentes e dos desafios vividos pela Feraesp.

As reflexões feitas no 1º Congresso da Feraesp sobre política agrária e agrícola, a constatação de que no país, “mudaram-se os reios, mas continuam os carrascos”, não

enfrentam diretamente a relação entre Feraesp, assentados, e o vazio político criado pela presença do sindicato no momento da organização das ocupações de terra e sua ausência após a constituição dos assentamentos.

Se a Feraesp representa um espaço possível de articulação das diversas lutas atomizadas pela base sindical municipal, a presença dos bóias-frias nos núcleos de assentamentos, na relação de interessados por terra cadastrados no Sindicato de Empregados Rurais - atualmente, em Araraquara, em torno de 600 - alimenta concreta e vivamente controvérsias e debates em torno da Feraesp. Polêmica que se torna aquecida com a confirmação de que as diferentes categorias de assalariados rurais não têm, de fato, práticas unívocas. A Feraesp é mais um possível detonador da chama dos canaviais paulistas.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco

1989 - “Criação do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados na Agricultura: uma necessidade”. **XIV Encontro Nacional dos Grupos Temáticos do PIPSA**. Belém, mimeo.

CEDI

1990 - Sindicalismo no Campo - Avaliação, perspectivas e desafios (entrevistas). **Cadernos do Cedi** nº 20. São Paulo, Cedi.

FERRANTE, Vera L. S. Botta

1980 - “Aspectos do Sindicalismo Rural em São Paulo” in: **Perspectivas** (3).

NEVES, Élio

s/d - **Anais do I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo**. São Paulo, mimeo.

PALMEIRA, Moacir

s/d - “Modernização, Estado e Questão Agrária” in: **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo, USP.

Associações e sindicatos rurais: onde está o dilema?

*Maria Emília Lisboa Pacheco**
*Jean-Pierre Leroy***

O fenômeno do surgimento de inúmeras associações de cooperação agrícola (grupos de cooperação, associações e pequenas cooperativas), nestes últimos anos, tem provocado muita tensão e inquietação no movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Embora entre as bandeiras nacionais de luta para a pequena produção figure a defesa da produção e comercialização de forma associativa, o I Encontro Nacional de Dirigentes do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (setembro de 90), ao discutir o tema das alianças, caracteriza contraditoriamente a relação da CUT com as associações e cooperativas como sendo de compromisso tático.

No discurso das lideranças, várias vertentes do debate se entrecruzam, evidenciando um quadro de perplexidade, dúvidas, insatisfação e busca de caminhos e propostas.

Para uns, as associações devem trazer embutidos na sua proposta política a luta dos trabalhadores e também o fortalecimento do sindicato. Devem se constituir em instrumento para além da obtenção de melhoria econômica do grupo participante; devem incorporar a luta política, tratando da questão da conquista dos meios de produção e incluir também a luta político-partidária. Para outros, não cabe aos sindicatos estimular estas formas de organização e luta, ou porque colocam em risco sua condição de órgão organizador, representativo e defensor dos trabalhadores, ou porque, no limite, se questiona o significado político destas iniciativas. Para outros, ainda, há que garantir a subordinação destas iniciativas à organização sindical e, algumas vezes, a sua importância é reconhecida na medida em que parte de seus resultados econômicos reverta para a organização sindical.

Estas várias maneiras de ver expressam que o tema do associativismo e a questão de sua relação com os sindicatos constitui-se em problema. Talvez a dificuldade principal subjacente, por parte da CUT rural e de assessorias, seja a de lidar com o econômico. É na história das idéias e práticas da esquerda no Brasil nas últimas décadas e na história da construção e fortalecimento da CUT que podemos ir buscar algumas explicações.

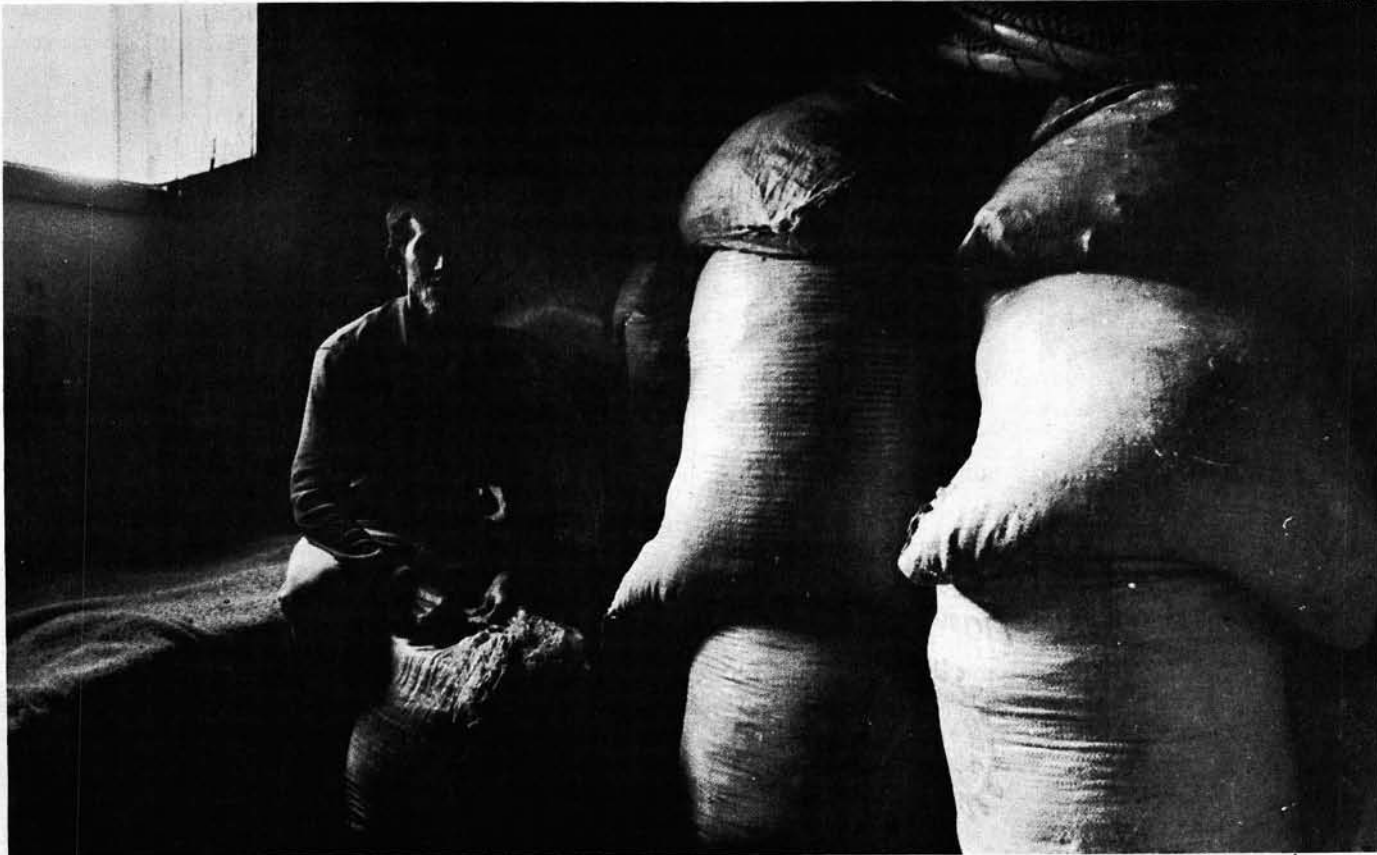
1. Dissociação entre política agrária e política agrícola

Se nos anos 50 e ainda nos anos 60, a Reforma Agrária era defendida como condição para a modernização da agricultura brasileira, essa posição foi abandonada pelos setores que, sob o manto da ditadura, procuraram integrar o país à economia mundial.

Os setores progressistas, embora com sinal invertido, concordaram tacitamente com isso ao fazer da luta pela terra o seu campo de ação quase que exclusivo. E, de fato, a expulsão ou a ameaça de expulsão eram problemas evidentes, a exigir ação imediata. Por sua carga de violência, desrespeito aos direitos humanos elementares e desagregação familiar, a questão da terra sensibiliza e mobiliza amplos setores da Igreja. A CPT exerceu forte influência por sua ação justamente neste campo... Instalou-se uma compreensão restritiva, como se fosse só uma questão de redistribuição. Na realidade, a lógica de organização e desenvolvimento da estrutura agrária, concentradora e excludente, é totalmente articulada com o modelo agrícola adotado no Brasil (Fase, 1990). Ao só reclamar distribuição de terras

* Antropóloga, coordenadora nacional adjunta da FASE

** Educador, coordenador do SEPEDE - Setor de Pesquisas e Debates da FASE



Pequeno produtor de café, Miradouro – MG

e/ou a legalização das terras dos posseiros, as organizações sindicais ou não, dos posseiros, sem-terra, trabalhadores rurais em geral e os setores progressistas que os apoiaram durante muito tempo não colocaram em questão fundamentalmente o projeto de desenvolvimento da agricultura brasileira promovido pelo modelo capitalista dominante. Esta base estreita de luta os levou a derrotas sem glória na campanha pela reforma agrária. Exige-se uma nova abordagem da questão que passa pela recusa de uma reforma que atribua terra ao campesinato empobrecido, destinada a amenizar a marginalização do lavrador e a impedir a sua “lumpenização” (Silva, 1987: 28 e 46). A retomada da luta pela reforma agrária deve ultrapassar a questão da distribuição das terras para questionar o modelo agrícola que cria ou multiplica milhares de despossuídos. (Leroy, 1989).

2. Uma concepção vanguardista do sindicalismo

Por esquecer que o sindicato tem uma relação contraditória com o capitalismo, afirmando-o e negando-o ao

mesmo tempo, o sindicalismo vanguardista manifesta desprezo pelas lutas imediatas e conquistas concretas. Isto porque as conquistas concretas, que evidentemente se dão no interior mesmo do sistema capitalista, são identificadas como reformistas e devem ser combatidas. Decorre daí, evidentemente, um afastamento dos anseios e necessidades imediatas dos trabalhadores e/ou a sua instrumentalização. Não há como negar que numerosos assessores, independentemente da sua matriz doutrinária, foram impregnados por essa concepção e, junto com eles, muitos dirigentes.

3. Ênfase no organizativo

Gramsci, refletindo sobre o que é o homem, afirma: “O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos dos mais simples aos mais complexos” (Gramsci, 1978: 39). O sindicato, como organização, pode assim ser visto como lugar de construção do homem como sujeito coletivo, como lugar de interrelação e interação criadoras de força voltada para

lutas e conquistas. O sindicato, como organismo vivo, não pode viver sem oxigênio, ser internista, fechado sobre si mesmo, voltado para seu crescimento como se este fosse o seu fim. A organização sindical não cresce e não vive sem o oxigênio das lutas e dos movimentos. É a luta que lhe oferece os seus quadros, a sua filosofia, o seu ânimo, e a torna representativa, dando-lhe parte da sua legitimidade. Por outro lado, a organização dá à luta força e respaldo, continuidade e sentido (estratégia).

A ênfase dada nos anos 80 à construção de uma nova estrutura sindical, em não raros casos, contribuiu para que esses princípios que fizeram a força do novo sindicalismo nascente fossem esquecidos. Levou à burocratização da organização sindical, caracterizada pela constituição de castas de dirigentes afastados da base, distanciados das lutas ou com dificuldades para perceber quais lutas/ações incentivar. Ver experiências associativas de cunho econômico só por seu potencial de reforço à organização sindical parece indicativo dessa postura internista.

4. A compreensão da unidade na diversidade

Para Moacir Palmeira “ser camponês não significa simplesmente viver fora do aglomerado urbano, mas antes de mais nada viver fora da *civitas*, da cidade política” (Palmeira, 1985: 229). Nestes anos 80, o esforço do campesinato organizado foi justamente lutar contra a exclusão e se fazer presente na “cidade política”, tomando-se “trabalhador rural” e simplesmente “trabalhador”, termo pelo qual manifestava-se a unidade entre todos os trabalhadores da cidade e do campo. A CUT foi, sem dúvida, o principal espaço de socialização do campesinato. Mas entrar na CUT no início dos anos 80, em contrapartida à sua socialização, significava para os trabalhadores rurais aceitar o papel de coadjuvantes.

A bandeira da Reforma Agrária virava bandeira da CUT, ritualisticamente empunhada em todos os congressos, mas era mais comum ouvir pequenos produtores debatendo a sua participação em greve geral do que sindicatos operários trabalhando pela Reforma Agrária.

Mais recentemente, como confirmação ao ditado: “proteja-me dos meus inimigos”, os trabalhadores rurais tiveram até que enfrentar um tiroteio teórico-ideológico. As peças do dossiê já conhecidas (Venceslau, 1989 e Novaes, 1989), vale a pena acrescentar essas questões formuladas pelo DESEP, em 1988, numa proposta de projeto rural:

“É possível conviver sob uma mesma estrutura sindical da CUT, todas as categorias e classes que hoje estão presentes nas lutas e movimentos de trabalhadores rurais?”

– Uma central sindical que se define como classista pode contemplar outras classes além dos trabalhadores assalariados?

– É possível uma mesma central sindical manter estruturas sindicais diferenciadas por categorias no campo?

– É papel de uma central sindical classista lutar por preços, crédito, etc., enfim por uma política agrícola?

– É tarefa de uma central sindical preocupar-se com a formação e desempenho de cooperativas?

– O sindicato no campo tem o mesmo papel e a mesma importância que o sindicato urbano?

– O sindicato é a forma de organização mais adequada para a realidade do campo?

Se a CUT é classista, não poderia contemplar pequenos proprietários, posseiros, sem terra, parceiros, arrendatários..., não poderia lutar por política agrícola, não poderia incentivar o cooperativismo. De qualquer modo, já que o proletariado é o motor da revolução, o sindicalismo rural é um fenômeno secundário! A frase é brutal, mas a ironia não é gratuita. Seria interessante verificar se esquemas ortodoxos redutores não embotam a nossa análise.

Os rurais da CUT têm currículo e história para responder e que lhes permite afirmar que há uma realidade de exploração e dominação “que unifica os trabalhadores”, “para além da diferença rural-urbana e diferentes inserções no processo produtivo” (1º Congresso do DNTR). Há, porém, o perigo que essa afirmação da comum exploração e dominação se torne uma declaração também ritual, esvaziada (para ser mais facilmente assimilada, digerida pelos urbanos?) do seu rico conteúdo, propiciado justamente pela grande diversidade de lutas e categorias no campo. A unidade não é para além, mas por dentro da diversidade. É porque os dirigentes rurais da CUT são camponeses - e portanto especificidades de lutas e organizações - que podem contribuir para a construção da unidade da CUT.

Neste sentido, só salientamos aqui um ponto. Para além da resistência (e vale notar que os fatores de unidade apontados acima - exploração, dominação - têm uma conotação de resistência/defesa), a CUT está sendo chamada a definir uma “política afirmativa” e a contribuir “no debate da modernização democrática brasileira” (Pa-

chalsky e Carneiro, 1990). Esse debate implica o questionamento do modelo de desenvolvimento e a formulação de propostas alternativas. Não estaria aqui um tema que poderia dar conteúdo à unidade e valorizar a presença dos rurais? Graças à diversidade de situações e problemas que enfrentam, os camponeses estão muitas vezes (na prática mais do que na análise, é verdade) na frente dessa discussão. Críticas à agroindústria oligopolista ou monopolista, à mecanização e quimificação exageradas, à concentração de terras que esvazia o espaço rural, aos ataques ao meio-ambiente, à política energética, ao estilo de consumo e de vida urbanos são muitas vezes formuladas por setores do campesinato. Mas essas críticas vão adquirir consistência e ser acompanhadas de propostas alternativas somente se for incentivado o enfrentamento das questões econômicas na sua grande diversidade. Af está o celeiro onde amadurece uma proposta alternativa da CUT ao modelo dominante.

5. A formação em questão

Num encontro de lideranças camponesas de várias partes do país, em 1984, um assessor fazia a apresentação da sociedade dividida no quadro em dois blocos antagônicos. As forças sociais (classes em luta) presentes, eram caracterizadas pelos binômios seguintes: burguesia/trabalhadores, patrões/proletariado, minoria/maioria, opressores/oprimidos etc. Se este quadro “didático” facilitava a tarefa do expositor, seguramente não ajudava aos 98% de camponeses sem padrão presentes a se situarem na sociedade. Procedeu-se a uma banalização do camponês, que vira generalização (trabalhador), negação da sua múltipla identidade.

Por que essa redução? Da parte de certos setores, existe o “senso comum” (no sentido dado por Gramsci), em que se destacam “as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular” (Gramsci, 1978: 18), simplificador e redutor das classes sociais e das suas relações, em que só sobrevive a categoria “proletariado”. Outros ou os mesmos consideram que o campesinato está inexoravelmente fadado à extinção e, portanto, o melhor é ajudá-lo a tornar-se futuro proletariado consciente. Outros, enfim, não esquecem a especificidade do campesinato mas, por querer enfatizar a unidade da classe trabalhadora e a sua luta comum pela transformação da sociedade, põem entre parênteses em determinados momentos a sua originali-

dade. Assim, continuam-se divulgando gerais e abstratos cursos de história da sociedade e do sindicalismo, ou de análise das classes sociais ou da conjuntura.

Fica esquecido o princípio pedagógico que recomenda ir do particular ao geral e fica manifesta uma visão - mesmo que não formulada - estereotipada das classes e uma concepção etapista e mecânica da formação da sua consciência coletiva.

Gramsci (1976: 49 e seguintes), ao refletir sobre a construção de uma força social, distingue três momentos: o econômico-estrutural, o político-cultural formador da consciência e o político-militar, tempo da luta pelo poder. Somente se forem levados em conta conjuntamente esses momentos na prática de um grupo social, pode-se falar de classe como força social consciente, como “bloco histórico” que une condições objetivas e vontade. Vê-se por aqui a prudência com a qual deve-se usar a categoria de “classe” a respeito do campesinato, senão numa perspectiva histórica ampla e numa compreensão de espaço abrangente. De qualquer modo, não se pode negar a sua qualidade de sujeito político, de força social, portanto, ancorado sobre uma base econômica que o constitui como tal. É claro que ninguém ignora totalmente que o lavrador é lavrador. Mas a ânsia de fazer com que ele seja entronizado na “classe trabalhadora” talvez o negue na sua especificidade. O momento político-cultural deve ser recortado (como propõe Gramsci) em três “degraus”: “o econômico-corporativo” (eu diria que é o momento das atividades “comunitárias”, das solidariedades em torno de interesses imediatos), o organizativo-sindical (“em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico”) e o político-partidário (em que se luta por um projeto que ultrapasse os interesses corporativos do grupo). “Momentos” ou “degraus” não devem ser entendidos como se algo de novo apagasse o momento anterior ou como se o degrau alcançado suprimisse o degrau anterior. Porém, mais como “facetas” de uma mesma realidade. Não é porque um grupo de pequenos produtores luta por seus interesses imediatos - por exemplo, o preço do arroz - que não pode estar presente nele - mais ou menos, é claro - uma perspectiva mais totalizadora, mais política; não é porque os lavradores são dirigentes da CUT que devem parar de se preocupar com o dia-a-dia. Não é fazendo abstração da sua condição de produtores familiares que os trabalhadores rurais militantes viram sujeitos políticos, mas é, pelo contrário, integrando as várias dimensões do seu ser e os momentos requeridos para se firmar como força social.

De uma leitura literal e anti-dialética deste texto de Gramsci, poderia se concluir pela separação clara de instâncias: associação, sindicato, partido. Ao inverso, ele nos convida a pensar e agir dialeticamente. No caso da organização sindical, ela se constitui como organização “político-cultural” à medida em que mantém em relação tensionada os pólos da sua ação: o local e o geral, o imediato e o estratégico, a diversidade e a unidade, o econômico e o político. Relação por que não é oposição, exclusão. Pelo contrário: o político deve estar presente dentro do econômico e muda o que seria qualificado como econômico, e reciprocamente. Relação tensionada porque não é algo tranquilo, estático, sem conflito. São dois polos, duas perspectivas que pretendem questionar o polo contrário para que a organização seja dinâmica, avance, produza novo conhecimento e novo tipo de ação. O que faz a força do sindicato não é isoladamente conseguir atender ao imediato ou ter um projeto de mudança da sociedade, mas conseguir articular essas duas dimensões.

O dilema que se coloca à organização sindical no campo não é associação ou sindicato, mas sindicato, com projeto ou sem projeto. Um sindicato com projeto é um sindicato que encara a questão econômica como constitutiva dele nos dois polos de sua ação: trabalhando a diversidade de sua base social e na formulação de propostas alternativas ao modelo vigente, o que significa redefinir e ampliar o significado da questão econômica.

6. Diversidade da base social e múltiplas formas de cooperação agrícola

Por um lado, portanto, o sindicato não pode ser fundado sobre uma base doutrinária não sintonizada com sua base social, constituída grandemente por um campesinato pauperizado que requer ser reconhecido como sujeito e que precisa garantir sua reprodução social. Em lugar de só questionar a ilegitimidade das associações que surgiram por iniciativa governamental, vistas como instrumento de cooptação ideológica e divisão dos trabalhadores, com objetivo de neutralizar a organização sindical, seria importante perceber que, do ponto de vista dos beneficiários, significam a vontade e luta para sobreviverem. Esta percepção, longe de representar a inércia ou uma visão

acrítica às propostas assistencialistas, clientelistas que emanam dos organismos de Estado (mesmo que algumas vezes com participação de setores da sociedade) e que devem ser combatidas¹, pode contribuir para repensar o papel dos sindicatos. Vai depender da elaboração de um projeto sindical que incorpore a questão da base econômica da pequena produção reverter este quadro.

Como reconhece uma das lideranças entrevistadas, “é verdade que nas associações que foram fundadas nas comunidades que têm orientação própria e capacidade de decisão, os recursos dos Projetos S. Vicente e PAPP são bem aproveitados, seja para aplicar nos implementos agrícolas, seja para aplicar em outras coisas que venham a beneficiá-los” (Cedi, 20:74).

Não estamos defendendo a idéia de que o sindicato deva assumir no seu interior todas as experiências associativas que possam surgir. Isto poderia levar a uma burocracia centralizadora paralisante, inibir o surgimento de experiências novas e criativas ou desqualificar de saída experiências não assumidas pelo sindicato, ou ainda colocar o sindicato sob a suspeição de favorecimento apenas de certo número de associados e, no limite, desmoralizar o sindicato quando as experiências não lograrem êxito.

O sindicato deve investir sim para que se multipliquem as iniciativas associativas, buscando sua articulação em instâncias de grau superior, não como meros programas assistencialistas, mas como lugares de aprendizado, espaços reais de resistência econômica e elaboração de propostas alternativas, alavancas para um progresso real do campesinato.

Não se trata também de gerar modelos únicos de cooperação agrícola, pois não apenas são diversos os atores tanto do ponto de vista de sua inserção econômica, sua história, suas lutas e sua cultura, como também são diversos os sistemas agrários no país. Daí a necessidade de pensar propostas múltiplas, interdependentes, capazes de contribuir a um processo de mudanças agregador e ampliador de forças sociais.

Neste sentido, parece-nos restritivo o encaminhamento tirado no 1º Congresso do DNTR de “organizar uma comissão nacional composta por dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e um grupo de técnicos para articular e elaborar uma proposta geral de organização dos grupos de cooperação (associação) e

1 Aqui estamos nos referindo especialmente aos projetos desenvolvidos no Nordeste: Programa de Apoio à Pequena Produção (PAPP)/Projeto Nordeste, São Vicente etc.

novas cooperativas, bem como a tomada da direção política das cooperativas tradicionais e dos atuais grupos de cooperação” (Resoluções, 1990:44).

A observação das práticas sociais, das propostas e experiências que vêm se gestando, apontam para a necessidade de uma análise mais ampla, para a qual os vários atores envolvidos, sindicatos ligados à CUT, Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento de Barragens, Pescadores, além do Movimento dos Sem Terra estão chamados a contribuir.

Na região sul, nos últimos anos, há um debate sobre a conquista da direção das grandes cooperativas pelos pequenos produtores. Estas grandes cooperativas “são formadas por um pequeno grupo de empresários agrícolas e por uma grande maioria de pequenos produtores. Analisando a atuação das cooperativas, a sua presença e suas propostas de mediação nos conflitos, é forçoso reconhecer que elas são parte de um projeto de consolidação econômica de um setor empresarial moderno na agricultura e de expansão de seus interesses político-corporativos em face dos blocos de capitais agroindustriais, financeiros e, sobretudo do Estado. A integração de setores camponeses nas cooperativas amplia a sua base econômica e social, dando maior poder” (Grzybowski, 1987: 72).

O debate sobre a participação dos camponeses na direção das cooperativas é de fato um elemento político a considerar nas lutas por novas formas de integração.

Mais recentemente, o Movimento dos Sem Terra vem reelaborando uma proposta de cooperação agrícola. Conforme explica uma liderança, propõe-se a criação de “Cooperativas de Produção Agropecuária, como forma de produção coletiva, em seus assentamentos, partindo da constatação de que as pequenas associações, que haviam sido criadas anteriormente, não tinham nem viabilidade econômica e nem retorno político. Espera-se com isso um retorno econômico maior, aliado a uma forma superior de organização. Experiências de coletivização já estão sendo conduzidas no Rio Grande do Sul e Paraná. Tais cooperativas não devem ser confundidas com as tradicionais cooperativas de comercialização que existem hoje no país, pois são projetos ousados de coletivi-



Um longo percurso para escoar a produção. Zona da Mata, MG

zação da terra, com divisão do trabalho. Serão estruturadas, para competir na sociedade capitalista, como empresas que devem dar lucro. Espera-se assim elevar o nível de vida dos trabalhadores e dar sustentação à luta. Como empresas, elas devem dispor de capital e tornar-se competitivas no mercado”. (Cese, 1990:5 e 14).

Essa também não é uma proposta que possa materializar e dar conta do significado político da diversidade hoje no campo. Os elementos de produção em grande escala, produtividade e lucratividade que esta proposta encarna, não são suficientes para entendermos em que medida ela contém elementos de questionamento ao paradigma dominante do modelo agrícola, que deve contemplar uma crítica aos custos sociais que ele gera. Embora no seu bojo esteja a preocupação de considerar conquistas econômicas de forma não meramente tática e

instrumental, contribuindo assim para romper com a visão organizacionista, contém o risco de desautorizar ou hierarquizar como menos legítimas as propostas de outros setores do campesinato. Baseada, para sua implementação, em condições de produção que não estão dadas para a grande massa de trabalhadores pauperizados, acaba por se converter em uma proposta excludente.

Não estaria havendo aqui um certo reducionismo economicista na interpretação dessa diversidade?

Durante um encontro sobre a crise do sindicalismo rural realizado em 1989, no sul do país, ao se analisar as “tentativas de saída”, discutiu-se a proposta de constituição de uma Federação de Agricultores da Região Sul, que aglutinasse todos os sindicatos de pequenos produtores (e que representam mais de 85% de toda a produção agrícola produzida na pequena propriedade). A proposta incluía também a possibilidade de incorporar alguns segmentos de pequenos produtores do Espírito Santo e de Rondônia. Sua justificativa baseava-se na visão de que estes segmentos enfrentam problemas de preços dos produtos, crédito rural, política agrícola em geral, enquanto nas regiões Nordeste e Norte predomina a produção de subsistência. E concluíam dizendo que, apesar de existirem problemas de política agrícola, não são estes os principais problemas dessas regiões e, portanto, é praticamente impossível de se vincular com os interesses dos pequenos produtores do sul (MST, 1989: 16/17).

Têm sido recorrentes algumas teses que defendem que estes “pobres do campo” já não têm mais um papel produtivo relevante no capitalismo agrário atual e que apenas marginalmente estão inseridos no mercado. Do nosso ponto de vista estas teses suscitam duas ordens de abordagem: em primeiro lugar, contestamos a idéia de que estes camponeses vivam fora do mundo capitalista. Por meio da economia mercantil simples eles têm sua existência determinada pelas formas particulares do movimento do capital. A subordinação ao capital comercial e mesmo usurário em muitas áreas deste país é constitutiva da própria existência social destes segmentos. A grande cadeia de comercialização, os empréstimos em moldes usurários, constroem muitas vezes estes trabalhadores pauperizados a venderem o produto de suas culturas, antes mesmo do período da colheita, para agentes comerciais que se apropriam do fruto do trabalho de milhares de estabelecimentos dispersos em imensas áreas. As estatísticas gerais que trabalham com o volume e valor geral da produção ocultam o papel que estes produtores desempenham

regionalmente abastecendo mercados, criando povoados e até mesmo cidades. Precisáramos, pois, incluir em nossas análises o papel econômico, mas também social e político destes segmentos.

Por outro lado, sua exclusão dos mecanismos e instrumentos oficiais da política agrícola não nos autoriza a pensar que são alheios a este campo de luta. Não podemos cair na armadilha de uma análise segmentada segundo a qual a modernização conservadora apenas agravou as questões fundiárias em algumas regiões, neste momento em que procuramos romper com a dicotomia entre questão fundiária e questão agrícola.

Um dos exemplos recentes de luta por outras formas de integração que articula as problemáticas fundiária e agrícola, e que busca uma alternativa de desenvolvimento para uma região da Amazônia e a sobrevivência dos “povos da floresta” é a proposta da “reserva extrativista”.

Falando sobre as formas concretas de cooperação agrícola que esta proposta encerra, uma das lideranças do movimento diz: “O seringueiro não colhe só a borracha e a castanha, mas também o cacau, açaoba, o babaçu, o pequi, uma série de coisas que dão óleo, dão vinho. E a cooperativa garante o mercado disso. Se nós não criarmos essas cooperativas na região, nós não vamos ver mais nenhum seringueiro aqui, com o boicote que o governo está fazendo. Se nós não criarmos agora, não tivermos uma proposta de abastecimento para os seringais, não tem como os seringueiros sobreviverem na floresta. O governo prefere dar subsídio para trazer a borracha da Malásia para cá e prefere investir nos plantios no sul, do que aplicar na Amazônia” (Cedi, 1990:60).

Trata-se de uma proposta que, ao buscar a preservação dos recursos naturais, propõe-se a desenvolver uma economia adaptada, capaz de garantir a reprodução social dos povos da floresta, na qual a ação política-educativa, que inclui trabalhos de alfabetização popular, constitui-se em estratégia para o fortalecimento do movimento.

Mas, é esta mesma liderança que lamenta existir no interior do próprio movimento sindical cutista aqueles que são contra a proposta de reserva extrativista “porque acham que é um atraso” (Cedi, 1990:58).

O que seria, por oposição, o “moderno?”

Os projetos elaborados pelos organismos governamentais nos idos da década de 70 para a região dos seringais

na Amazônia Ocidental procuraram mudar sua base produtiva e social. Ancorados pela política protecionista do Estado com as benesses dos incentivos fiscais, subsídios, etc., esses projetos diagnosticavam uma estrutura econômico-extrativista em crise e a exclusão definitiva dos trabalhadores habitantes da floresta. No bojo das lutas contra a exclusão através dos “empates”, foi sendo gestada a proposta de reserva extrativista...”. Todos temos a ganhar com isto. Perdem os grandes grupos econômicos e os latifundiários, tanto pelo fato de que a natureza passa cada vez mais a ser vista como patrimônio coletivo cuja exploração não pode obedecer à lei do lucro, como por restringir o negócio especulativo da terra, limitando o poder discricionário dos proprietários sobre os homens que da terra dependem para viver” (Grzybowski, 1989: 12/13).

Não seria esta exatamente uma nova visão do moderno que, além de incorporar o valor da natureza nos cálculos do processo econômico, busca garantir o exercício da cidadania para setores que, excluídos economicamente, buscam sua reintegração pela via política?

Em lugar de esperar uma conjuntura de correlação de forças da sociedade brasileira, na qual seria possível aos grupos sociais hoje menos favorecidos, embora majoritários (como os camponeses pobres), se fazerem ouvir na formulação das políticas agrícola e agrária; em lugar de pensarmos, enquanto isto, políticas sociais “para estancarmos essa sangria que esvai a superpopulação relativa dos campos, empurrando-os nas profundezas do lúmpen urbano” (Silva, 1989: 47), somos levados a repensar os significados que estas experiências estão produzindo aqui e agora, para potencializá-los.

Acreditamos que, mesmo embrionariamente, uma análise das múltiplas experiências ainda fragmentadas e desarticuladas existentes no país nos indicaria a presença de aspectos que se opõem ao paradigma dominante do modelo agrícola e buscam também se opor ao “darwinismo social” que os ventos neoliberalizantes têm soprado sobre milhões de “subcidadãos” brasileiros.

7. Busca de alternativas: redefinindo o significado da questão econômica

No outro polo da ação sindical, em que se trata de formular propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante, contribuindo assim à afirmação da cidadania e à construção da soberania (pois não há sujeito

político que não seja ator econômico), aparece pois, com destaque, a questão econômica. Questão central para o sindicalismo rural, porque está em jogo a reprodução social do campesinato.

A questão econômica aqui não se reduz a conseguir crédito diferenciado, melhores preços, seguro agrícola. Estão postas questões maiores como a soberania alimentar (que o país não dependa para seu abastecimento demasiadamente de provisão externo, que as sementes não estejam todas controladas por multinacionais, etc.), a organização do espaço brasileiro (equilíbrio campo-cidade, humanização do espaço rural, etc.), a preservação e o manejo sustentado do meio-ambiente de forma a garantir o futuro de outras gerações. Façamos algumas indicações deste debate.

7.1 Preservação do patrimônio genético vegetal

Os pequenos agricultores do chamado Terceiro Mundo cultivam as principais plantas alimentícias atuais há mais de dez mil anos. Pela observação do processo natural de mutação e por cuidadosa seleção de sementes através dos séculos, tais agricultores desenvolveram uma enorme variabilidade genética das plantas. A prática, os conhecimentos repassados através de gerações determinaram muitas vezes a técnica de cultivo de grande variedade de cultivares em seus campos, pois a ocorrência de secas, enchentes ou pragas, permitiria que pelo menos uma parte chegasse à colheita. Historicamente, zelaram pela preservação do patrimônio genético e desempenharam o papel de verdadeiros melhoristas das plantas.

Este comportamento nas últimas décadas, especialmente com o desenvolvimento das sementes híbridas, passou a ser considerado como “irracional” pelos técnicos especializados, funcionários de organismos oficiais, mas também, muitas vezes, por educadores e políticos de esquerda, uma vez que não correspondiam à modernidade dos avanços da engenharia genética.

Entramos na era da chamada revolução das sementes ou na era do “escândalo das sementes” na feliz interpretação de Mooney (1987).

Os personagens desta história são principalmente multinacionais de agroquímicos que construíram um sistema de distribuição e de estratégia de mercado para suas sementes e produtos químicos, trazendo como consequência a redução da diversidade genética original. A emergente rede de bancos de genes apoderou-se de tesou-

ros genéticos das nações do Terceiro Mundo que são armazenados no exterior. Na verdade, tais recursos nacionais ultrapassam a fronteira tecnológica, passando a ser um verdadeiro roubo da herança legítima dos melhoristas originais do mundo. E, os nossos países passam a ser dependentes do chamado Primeiro Mundo quanto ao acesso ao seu próprio germoplasma. A seleção “moderna” feita por estes grandes conglomerados vem eliminando a diversidade em favor da maior produtividade e uniformidade genética, aumentando a vulnerabilidade às pragas e doenças. E, devido a esta maior suscetibilidade das variedades “modernas”, há necessidade constante de busca de novos materiais genéticos para compensar as mutações e desequilíbrios biológicos.

É pois necessário desmistificar a idéia de que as indústrias agroquímicas trarão inovações, criatividade e melhoramento das plantas. As indústrias agroquímicas buscam o desenvolvimento de variedades vegetais mais capazes de estimular a venda de produtos químicos (Mooney, 1987 e Delpeuch, 1990).

As iniciativas de pequenos e médios produtores no país no sentido de organizar bancos de sementes inserem-se na luta maior a ser desenvolvida pelo controle social das novas tecnologias, especialmente as biotecnologias, com dois objetivos: ser uma alternativa de preservação da diversidade genética das espécies vegetais e dispor de um fator de produção (semente) mais seguro, pois é sabido que as sementes selecionadas são vulneráveis aos acidentes climáticos e às pragas e não podem ser guardadas para o ano seguinte, exigindo pois que o agricultor retorne ao mercado para adquiri-las.

Trata-se de uma questão de segurança alimentar e de soberania de nosso país.

7.2 Busca de uma agricultura sustentável baseada nas peculiaridades dos ecossistemas

Somos chamados hoje à revisão da concepção do caráter inevitavelmente progressista do desenvolvimento das forças produtivas, espécie de racionalidade objetiva e imanente do próprio processo econômico.

“A questão de fundo que se apresenta à sociedade contemporânea é como compatibilizar o processo de produção agrícola com a conservação dos recursos naturais, sustando-se assim os processos de erosão e degradação do solo, de contaminação do meio-ambiente e dos alimentos pelos agrotóxicos, de erradi-

cação da flora e da fauna, de degradação dos recursos hídricos, etc. Estas são exatamente algumas das preocupações básicas da agroecologia, quando busca o aprimoramento e o desenvolvimento de sistemas de produção e tendentes à auto-sustentação” (Costa, 1989: 15).

Nesta perspectiva, a agricultura sustentável não expressa uma visão passadista, saudosista de um mundo e de uma sociedade rural mas, ao contrário, se coloca na vanguarda da modernidade. É a verdadeira modernidade, a que pensa o amanhã e o futuro da humanidade ameaçada na sua sobrevivência. Ao lado de pesquisas de ponta em biotecnologia, tem lugar aqui o pequeno produtor, suas lutas para manter seus sistemas de produção, suas estratégias de diversificação de cultura, seu aproveitamento racional dos recursos de que dispõe, sua economia de recursos não renováveis. Tais elementos devem ser vistos não como sinais de atraso, mas como indicadores de sua potencialidade para contribuir a uma agricultura pós-moderna. Para que as propostas, projetos e as iniciativas políticas decorrentes não fiquem restritos à universidade e aos ambientalistas e a funcionários e políticos, é importante que o movimento sindical assuma a sua participação nesse debate, o que acontecerá pelo encontro de uma vontade política dos seus dirigentes com as múltiplas experiências desenvolvidas por entidades, associações e sindicatos.

7.3 A organização do espaço nacional

Todos percebem facilmente a inchação das cidades e analisam que tem como causa o esvaziamento do campo. As consequências deste desequilíbrio populacional são cruelmente visíveis na cidade: subemprego e agora “desemprego informal”, pressão sobre o mercado de trabalho, péssima qualidade de vida, violência, fome... Olhando o campo, pode-se vislumbrar zonas rurais despovoadas, apontando para uma desertificação humana do espaço rural. A essa desertificação humana, corresponde uma degradação, senão uma desertificação do meio-ambiente. Não se fala aqui das áreas intocadas mas das áreas ocupadas anteriormente pelo homem. O exemplo mais evidente é o dos latifúndios: as fazendas de agropecuária extensiva (cujos proprietários são chamados em algumas regiões de “gigolôs de vacas”) e os latifúndios ocupados para fins especulativos. Mas, por sua vez, a empresa rural altamente mecanizada e quimificada, segundo vários

pesquisadores, tende a médio prazo para uma baixa de produtividade ligada a empobrecimento dos solos, erosão, etc. Nas áreas ocupadas anteriormente pelos pequenos agricultores, a natureza não disciplinada, não cultivada pode se degradar: sub-vegetação, erosão com a possibilidade de grandes incêndios e de empobrecimento ainda maior do patrimônio genético.

Não queremos dizer com isso que todo pequeno produtor contribui hoje para preservar e enriquecer o patrimônio do país, inclusive porque é submetido ao imperativo da sua sobrevivência imediata, mas que uma estratégia política e econômica que pense além do imediato deveria considerá-lo como o agente principal da manutenção e melhoria do espaço rural.

O desequilíbrio ocupacional do país é uma questão estratégica, de "segurança nacional" no seu mais profundo sentido: o de assegurar hoje a vida da população brasileira - urbana e rural - e amanhã ter um país equilibrado, com seu patrimônio garantido, e não guetos insustentáveis cercados por imensos espaços "vazios". Queremos afirmar que há um elo indissolúvel de equilíbrio relativo entre os espaços regionais e o espaço nacional, entre o urbano e o rural. Uma situação permanente de desequilíbrio pode inviabilizar o próprio espaço nacional como unidade/organicidade produtoras de sentido político e cultural.

O movimento sindical não passa ao largo dessa discussão. A vontade de "viver na terra" que a pequena associação ou o sindicato municipal expressam já se desdobra em articulações micro-regionais ou regionais, que querem pensar e lutar por propostas para a sua região: afirmar a vocação da região a partir da experiência acumulada pelos trabalhadores rurais que vivem nela em

interação com a pesquisa, com o planejamento regional, incluindo a relação entre o espaço rural e os núcleos urbanos da região.

Ao avançar nesta direção, os trabalhadores rurais questionam, pressionam os planejadores e os políticos na elaboração de projetos e programas de desenvolvimento regional e são desafiados a elaborar suas propostas como protagonistas no embate político nacional.

É neste sentido que entendemos que a existência de um conjunto heterogêneo de experiências tem permitido renovar o debate sobre o modelo agrícola, o espaço possível da produção de base familiar e as condições de política agrícola e agrária que possam viabilizá-la.

"Os movimentos que brotam destas experiências têm um sentido político que é necessário resgatar. Eles apontam para os dois lados da questão dos camponeses na estrutura agrária brasileira: para lutar contra sua exclusão e/ou subordinação ao capital devem lutar tanto por terra como por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia como um todo". (Grzybowski, 1987:46).

É neste sentido ainda que entendemos a potencialidade dos movimentos dos pequenos produtores rurais de levarem o debate para dentro da CUT e que ela, no seu conjunto, contribua com propostas avançadas à construção de uma nova ordem econômica e política. Falar de Reforma Agrária não é suficiente. Atrair os setores urbanos, inclusive os da CUT, implica questionar a expansão de certas culturas destruidoras do meio-ambiente e a mecanização e quimificação exageradas que a acompanha, questionar a qualidade dos alimentos, a sua substituição por outros, o empobrecimento do patrimônio genético nacional e a organização do espaço.

Referências bibliográficas

CEDI

1990 - Sindicalismo no Campo - Avaliação, Perspectivas e Desafios (entrevistas). *Cadernos do Cedi* n° 20. São Paulo, Cedi.

CESE

1990 - "A Estrutura do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais" in *II Consulta*. mimeo.

COSTA, M. Baptista

1989 - "Apresentação" in ALTIERI, M. A. *Agroecologia*. Rio de Janeiro, PTA/FASE.

DEUPEUCH, Bertrand

1990 - *O Desafio Alimentar Norte-Sul*. Rio de Janeiro, Vozes/FASE.

DNTR

1990 - *Resoluções do I Congresso*. DNTR/CUT

FASE

1990 - *Trabalhadores Rurais-Fazer nossa política agrícola*. *Revista Proposta* (44). Rio de Janeiro, Fase.

GRAMSCI, Antonio

1976 - **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

1978 - **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GRZYBOWSKI, Cândido

1987 - **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, Vozes/Fase.

1989 - **O Testamento do Homem da Floresta - Chico Mendes por ele mesmo**. Rio de Janeiro, Fase.

LEROY, Jean-Pierre

1989 - **Uma chama na Amazônia. Campesinato, consciência de classe e educação**. Dissertação de Mestrado apresentada ao IESAE/FGV, Rio de Janeiro, mimeo.

MOONEY P. Roy

1987 - **O Escândalo das Sementes. O domínio na produção de alimentos**. Rio de Grande do Sul, Nobel/Sociedade de Agronomia.

MST

1989 - **A Crise do Sindicalismo Rural. Artigos e Propostas para avançar. Cadernos de Estudo n° 22**. São Paulo, MST.

NOVAES, Regina Novaes Reyes

1989 - "Dissolver a Neblina" in: **Revista Teoria e Debate** (8). São Paulo.

PASCHALSKY, F. e CARNEIRO, G.

1990 - "CUT: a hora de pensar grande" in: **Revista Teoria e Debate** (11). São Paulo.

PALMEIRA, Moacir

1985 - "A Diversidade da Luta no Campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato" in: PAIVA, Vanilda. **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, Loyola.

SILVA, José Graziano

1987 - "Mas, qual Reforma Agrária?" in: **Reforma Agrária**. Campinas, Abra.

1989 - "Terra para quem nela não trabalha" in: **Revista Teoria e Debate** (7). São Paulo.

VENCESLAU, Paulo de Tarso P

1989 - "Limpar o Terreno" in: **Revista Teoria e Debate** (6). São Paulo.

Associação versus Estado: disputa e negociação

Mariana Pantoja Franco*

1. Introdução

No debate que hoje tem lugar no interior do sindicalismo rural, a proliferação de associações de pequenos produtores pelo país surge como uma questão. Nas entrevistas publicadas no Caderno "Sindicalismo no Campo" (Cedi, 1990), ela foi alvo de discussão por parte de dirigentes sindicais, sinalizando para a conjuntura de desafios e definições que o debate em torno da formulação de uma política sindical para o campo tem enfrentado¹.

Apesar de não existir ainda um mapeamento detalhado das experiências em curso, a todo momento chegam notícias de vários pontos do país dando conta de iniciativas diferenciadas de associação entre pequenos produtores, seja por iniciativa deles mesmos ou então de outros agentes, estatais ou não. Assim, entre as experiências hoje existentes é possível contabilizar, por exemplo, a das associações de assentados, que seguem as orientações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através de sua proposta de Cooperação Agrícola. A implantação de assentamentos a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) também criou núcleos de pequenos produtores em locais tradicionais de conflitos por terra (como o atual estado do Tocantins), sendo possível observar hoje, nestas regiões, um processo de criação de associações, tanto a partir de sindicatos como do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Um outro exemplo pode ser encontrado na área de atuação do Conselho Nacional dos Seringueiros, onde as cooperativas viabilizam a continuidade e fortalecimento da luta de resistência nos seringais. No Nordeste, a atuação do Estado através

do Programa de Apoio à Pequena Produção (PAPP) - segmento do Projeto Nordeste - tem incentivado o surgimento de associações pautadas quase que exclusivamente no acesso à recursos financeiros, abrindo uma concorrência com os sindicatos pela representação dos trabalhadores. Enfim, de uma maneira geral, com estes ou outros mediadores, constata-se a criação de associações com fins diversos: produção, compra e uso de máquinas e implementos agrícolas, comercialização, etc.

Mesmo não constituindo um quadro da totalidade das experiências existentes, a citação destes exemplos pretende especificamente alertar para a diversidade que caracteriza o movimento mais geral de proliferação de associações. Esta diversidade se manifesta desde as formas adotadas e os objetivos pretendidos à relação que estabelecem com os órgãos de representação sindical, questão que hoje preocupa particularmente muitos dirigentes.

O objetivo deste texto é contribuir para esta discussão, detendo-se especificamente num aspecto da organização de associações: a relação com o Estado, mais concretamente no tocante ao acesso a recursos financeiros. Diante da impossibilidade, neste momento, de abarcar as diversas situações possíveis desta relação, deter-me-ei sobre a experiência dos assentamentos, tema que a equipe do Programa Movimento Camponês/Igrejas, do Cedi, vem investigando e discutindo. As informações que subsidiaram o que vem a seguir foram recolhidas a partir de pesquisas no estado do Paraná, entre os anos 1988/1989, estando em parte referidas a um assentamento em particular. Essa experiência não é, contudo, um caso isolado. A partir das questões por ela colocadas é possível refletir

* Socióloga e assessora do Programa Movimento Camponês/Igrejas, do Cedi.

¹ Ver, em particular, as entrevistas de Zeno Minuzzo, Raimundo de Andrade (Dé), Nivaldo Albino, Policácio Bispo Ferreira, Manuel dos Santos (Manoel de Serra), Antônio Amorim, Osmarino Amâncio Rodrigues e Adeldo Escher (Cedi, 1990).



Fazenda Annoni (RS), ocupada em 1985 por cerca de 2.000 famílias Sem Terra

sobre outras iniciativas onde esteja em jogo a criação de associações enquanto forma de organização.

2. Cooperação Agrícola: uma proposta para os assentados

O início da década de 80 tem inscrito em seu calendário de lutas no campo o surgimento do MST, especialmente na região Sul do país. Suas ações espetaculares, na forma de ocupações, grandes acampamentos e caminhadas, seus símbolos e suas bandeiras de luta deram então o tom à luta por terra. À medida que o MST avançou e suas ações obtiveram sucesso, suas bases se ampliaram mas também se diferenciaram. Surgiram os assentados, introduzindo no MST uma nova problemática: a da organização e consolidação destes pequenos produtores. Neste processo foi formulada a proposta de Cooperação Agrícola, “como a principal forma de resolver os problemas econômicos, sociais e manter os trabalhadores organizados nas novas comunidades” (MST, 1986)².

A Cooperação Agrícola se definiu, tal como colocada pelo MST, enquanto uma proposta organizativa para os assentados, visando capacitá-los frente às adversidades e oposições que se lhes antepõem diariamente. De acordo com a proposta, as iniciativas a serem implantadas seriam instâncias de organização dos assentados com os seguintes objetivos: elas visariam fortalecer a capacidade econômica de resistir e permanecer na terra; seriam também canais de representação política junto aos interlocutores externos; e incentivariam formas de interrelacionamento social baseadas num ideal de “ajuda mútua”, visando a consolidação de uma nova consciência e prática entre os assentados.

Na verdade, as reivindicações dos assentados passaram a se dar mais concretamente no campo da política agrícola, virtualmente afastando-os daquele segmento que lutava por terra. É preciso considerar também que internamente houve uma discussão sobre o peso que o MST deveria atribuir às “lutas econômicas” (créditos, investimentos, assistência técnica etc) e às “lutas políticas”, estas conceituadas como pela Reforma Agrária e, no limite, bandeira de mobilização pela transformação

2 O termo “organização” é empregado pelo MST para qualificar não só a estruturação da produção, como também a mobilização política. Elencando as vantagens na adoção da proposta de Cooperação Agrícola, o MST as divide em econômicas, sociais e políticas. Entre estas últimas constam: a continuidade da organização na luta por Reforma Agrária e por mudanças na sociedade; maior discussão política, compreensão e consciência do funcionamento da sociedade; formação de quadros etc. Ver MST (1986).

global das estruturas³. Colocaram-se, portanto, questões ao MST na manutenção de sua unidade interna e de sua proposta política: ao se mobilizarem para a obtenção de recursos humanos, técnicos e financeiros que garantissem sua consolidação sobre a terra, os assentados poderiam vir a ser perdidos para a luta mais geral do MST. Vale lembrar a máxima sempre reafirmada nas manifestações e publicações do MST, segundo a qual mesmo após a “conquista” da terra, “a luta continua”. A proposta de Cooperação Agrícola, deste ponto de vista, incorporou às reivindicações consideradas até então “econômicas” a dimensão da utopia política, situando os assentados também como agentes na construção de uma “Nova Sociedade”. Além disso, as formas de cooperação desempenhariam a tarefa de resgatar a mística tão fortemente presente no momento da luta pela terra, mantendo acesa a chama da “união” entre os recém-constituídos pequenos produtores.

De fato, teve início nos assentamentos toda uma política do MST intensamente voltada para o estímulo à Cooperação Agrícola. Surge então uma variedade considerável de formas de cooperação, indo desde a coletivização total ou parcial da terra e do trabalho à reunião apenas para a compra e uso de máquinas. Na opção por esta ou por aquela forma de cooperação, observa-se que entram em jogo, isolada ou conjuntamente, critérios tais como: quantidade de membros por família (ou seja, de força de trabalho); tamanho e condições técnicas dos lotes recebidos; o “sistema” de plantio de cada família assentada, nem sempre coincidentes; e mesmo questões étnicas (por exemplo, “caboclos” x “de origem”)⁴. A estes critérios, que acabam por produzir vários níveis de diferenciação interna no assentamento, vem juntar-se um outro: a possibilidade de ser ou não contemplado por recursos do Estado.

Com o uso do termo “diferenciação” quero indicar a existência de diversos recortes entre os assentados, cuja operacionalização complexifica sobremaneira a implantação de propostas como a de Cooperação Agrícola. Se é

comum ouvir formulações que relacionam diferenciação à diferentes graus de capitalização econômica, o que se aponta aqui é para outros critérios que também lhe dizem respeito - configurando diversos níveis de diferenciação - embora a manifestação de cada um deles não tenha a mesma relevância no processo de organização⁵. Este texto se debruçará mais especificamente sobre a diferenciação política que é produzida no assentamento pela distribuição de benefícios pelo Estado.

3. Na escolha da forma organizativa, ingerências externas

A incorporação da proposta de Cooperação Agrícola do MST pelos assentamentos é diferenciada. Levantamentos já realizados por pesquisadores e pelo próprio MST, indicam que sob o guarda-chuva mais geral da proposta se alojam diversas possibilidades⁶. Com referência às formas nas quais ela se atualizaria, o MST as classifica em documentos de propriedade, posse da terra e maneiras de trabalhá-la. Cada uma destas seriam independentes uma das outras. Deter-me-ei aqui na organização do trabalho, embora consciente de que no debate interno que tem lugar nos assentamentos não é sempre possível identificar essa independência.

Na organização do trabalho, as opções são inúmeras do que se pode fazer em conjunto, desde a “limpa da planta”, compra de máquinas, empréstimos, venda da produção etc, a “tudo”⁷. Estas alternativas práticas se manifestariam nos seguintes moldes: mutirão, associação e cooperativa. O mutirão seria a forma de organização mais tradicional, para tarefas determinadas e que, quando adquire caráter permanente, se transformaria em algo híbrido, “como se fosse uma associação”. Esta é assim definida:

“É uma entidade que se forma com a participação dos agricultores que estão dispostos a fazer alguma coisa em comum” (MST, 1986:17).

3 Ver III Encontro Nacional do MST, Piracicaba/SP, 1987.

4 “Caboclos” são aqueles que, ao contrário dos “de origem”, não possuem como seus ascendentes os migrantes europeus que, a partir do Séc. XIX, colonizaram parte da região sul do país. Uma análise sobre a operação desses critérios enquanto determinadores das opções de cooperação pode ser encontrada em Zimmermann (1989).

5 Se o comum é a ênfase sobre o lado “negativo” destes níveis de diferenciação (isto é, os “empecilhos” que colocariam à organização), é possível, por outro lado, encontrar também a sua contrapartida: casos onde, por exemplo, justamente a diferenciação econômica interna a um determinado grupo exerce um papel fundamental na viabilização de sua reprodução social. Ver Vianna (1990).

6 Ver o trabalho de Zimmermann, já citado, e relatórios de encontros regionais entre associações de assentados no Paraná, em 1988. O próprio Cadernos de Formação Nº 10 (MST, 1986) também prevê esta diversidade.

7 O que se segue está baseado no já citado Cadernos de Formação Nº. 10 (MST, 1986).

A associação é uma forma de organização cujas normas diriam respeito a um coletivo, sendo por este concebida voluntariamente, e que poderia ser legalmente instituída ou não. Nela o trabalho seria realizado coletivamente pelas famílias associadas, geralmente sobre uma extensão de terra indivisa.

As cooperativas seriam, de acordo com o MST, uma forma de organizar economicamente os assentados com um caráter mais empresarial, visando alcançar grandes escalas de produção e comercialização, podendo mesmo vir a resultar na implantação de unidades agroindustriais. Além disto, o sistema de cooperativas dentro do MST constituiria uma estrutura organizativa própria, dedicando-se exclusivamente às questões que tocam a consolidação e desenvolvimento dos assentamentos. Com isto, o MST poderia “aperfeiçoar a organização de massa para a conquista da terra” (MST, 1990). Não abordarei, contudo, o caso das cooperativas por se constituir ainda numa iniciativa recente do MST, além de estar fora dos objetivos deste texto.

No assentamento a que este texto está mais concretamente referido, o primeiro momento da criação de formas de cooperação no trabalho se deu num contexto onde a presença dominante foi a do MST. Neste sentido, foi marcante a atuação de algumas lideranças (estaduais e locais), divulgando a proposta de Cooperação Agrícola e, particularmente, o modelo da associação. Resistências por parte dos assentados vieram à tona, pautadas grandemente nos critérios já mencionados: diferenciação da força de trabalho, das condições técnicas dos lotes, do “sistema” de plantio etc, e mesmo de graus diferenciados de capitalização. Constatou-se mesmo a alegação, por parte dos que não adotaram a associação, de que teriam sido pressionados para tal, caracterizando a opção pelo mutirão como a demarcação de um campo de oposição. Mas, por outro lado, esta afirmação aparecia ao lado de um tom elogiativo às associações, justificando o mutirão como uma experiência pedagógica ao fim da qual uma associação emergiria.

Cabe aqui um pequeno parêntese para elucidar o que os assentados chamavam de “associação” e de “mutirão” (ou “grupos de trabalho”). As formas organizativas denominadas associação estavam, de fato, referidas ao modelo formulado pelo MST, embora poucas o tenham adotado integralmente, institucionalizando uma área in-

divisa, o trabalho coletivo e a divisão equânime da colheita (descontadas as despesas e investimentos). Experimentaram-se, sob o nome de associações, possibilidades onde, por exemplo, parcelas dos lotes eram separadas e então cultivadas coletivamente. Também foram tentados diversos sistemas de remuneração e reconhecimento do trabalho investido por cada família. Por outro lado, e fechando o parêntese, as formas organizativas classificadas como mutirão, ou “grupos de trabalho”, se caracterizaram pela reunião de chefes de família que, em períodos de maior necessidade de mão-de-obra e obedecendo a um rodízio, trabalhavam conjuntamente os lotes individuais.

Num segundo momento de implantação destas experiências de cooperação, a política de concessão de benefícios por parte do Estado se destacou enquanto fator determinante. As disputas desencadeadas em torno dela acirraram os ânimos e redefiniram o campo de oposições.

Talvez seja possível afirmar que uma reflexão sobre assentamentos deva necessariamente considerar o Estado. Se, por um lado, o assentamento pode ser lido enquanto uma “conquista” e oportunidade de consolidar um projeto político que dê continuidade à “luta”, por outro lado, em seu processo de estruturação, os assentamentos se transformam em objeto de intervenção estatal, de políticas públicas de concessão de créditos e assistência técnica. Há uma diferença de perspectivas, que poderia ser assim descrita: enquanto para um o assentamento é fruto da “luta”, para outro ele se constitui numa “unidade administrativa” sua⁸.

No Paraná, por volta de 1987, quando se iniciava a gestão Álvaro Dias, a correlação de forças configurava um quadro no qual, mesmo estando mais limitados os espaços sujeitos à pressão dos movimentos sociais, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab) foi uma instância onde o MST logrou algum eco para suas reivindicações. Assim, apesar da decisão da Seab (e de seu Programa de Assentamento) no sentido de alocar recursos materiais e humanos a partir de critérios exclusivamente “técnicos” e não “políticos” - opção que se traduzia no objetivo de viabilizar economicamente “todos” os assentamentos - , foi possível ao MST estabelecer certos acordos no sentido de ver beneficiados “seus” assentamentos.

Por critérios “técnicos” entendiam-se aqueles estreitamente relacionados à viabilização econômica dos

8 Num outro texto (Franco, 1990), procuro mostrar como, no Paraná, a definição de uma política com relação aos assentamentos esteve sujeita a correlações de forças internas ao próprio Estado, explicitando o seu caráter não-monolítico.

assentamentos. Os assentados foram então classificados como “pequenos produtores”, cujos problemas se assemelhavam aos dos demais: necessitavam de condições de produção, tais como beneficiamento dos lotes (com destoca, calagem etc), aquisição de máquinas e implementos agrícolas, créditos subsidiados etc. Opondo-se à política de até então - onde os critérios de alocação teriam sido definidos a partir de articulações com os movimentos sociais -, a Seab se propunha a encarar os assentamentos como “unidades administrativas” e de produção, tornando-os “todos” viáveis economicamente.

Nos meandros desta argumentação, o MST teve que encontrar espaços e aliados através dos quais pudesse tentar canalizar recursos para assentamentos originados da “luta”, e que procuravam desenvolver formas organizativas baseadas na Cooperação Agrícola. E assim o fez. A existência de diferentes posições com relação ao MST na Seab em muito contribuiu para que ele encontrasse “brechas” através das quais veiculasse suas reivindicações. No entanto, quero enfatizar que as negociações com a Seab foram constantemente permeadas por uma “tensão”, pois entre ela e o MST travou-se uma disputa em torno dos critérios de distribuição dos recursos. Os dois agentes, Estado e Movimento Social, tentaram fazer com que suas respectivas posições prevalecessem, estando este embate sujeito à dinâmica das conjunturas, entendidas como disposição das forças em confronto num determinado momento (Palmeira, 1985).

Neste processo, num determinado momento, foi possível observar que as associações foram eleitas como alvo prioritário do repasse de benefícios. Com esta cartada, o MST visava consolidar nos assentamentos sua proposta de Cooperação Agrícola, punindo os “desobedientes”. Entretanto, se, por um lado, realmente verificou-se uma conjuntura onde o MST “utilizou” o Estado e os benefícios a seu favor, por outro, tudo isto teve um custo organizativo ao penalizar a “união” e a continuidade da “luta” pretendidas. A Seab não só não abriu mão completamente de seus critérios “técnicos”, como sua intervenção - enquanto agência detentora e repassadora dos recursos - produziu efeitos políticos nos assentamentos: ao contemplar com recursos alguns grupos em detrimento de outros, relações e oposições internas se redefiniram.

4. A instauração de um novo campo de confronto

Isto posto, analisarei agora como esta política - entendida como política governamental e ação política - rebateu internamente num assentamento em particular, colocando questões para a sua organização e, portanto, para o próprio MST.

A divulgação de que as associações seriam priorizadas no acesso aos recursos desencadeou, primeiramente, uma verdadeira corrida no sentido da transformação de mutirões em associações. Depoimentos confirmam que o motor impulsionador das mesmas foi o desejo e a necessidade de obter recursos. Nesta época, o número de associações de fato cresceu vertiginosamente, sem que isso correspondesse a uma intensificação das discussões de suas funções mais propriamente políticas, ou mesmo das suas possibilidades de desempenho com relação ao processo produtivo.

Paralelo a este movimento, verificou-se um fortalecimento das lideranças do assentamento que pregavam a implantação imediata de associações, em detrimento daquelas que apontavam as dificuldades para tal e/ou defendiam a necessidade de fazê-lo com o passar do tempo. Os recursos vindos do Estado, ao recaírem sobre a teia de relações sociais presente no assentamento, tornaram-se um “capital político” apropriado por certos grupos em detrimento de outros, interferindo diretamente no campo das forças em disputa⁹.

Por outro lado, se a adesão à proposta de associação alterou a correlação de forças internas, não se traduziu necessariamente no estabelecimento de sólidos apoios às lideranças que capitaneavam a iniciativa, já que aqueles que aderiram não deixaram de se sentir pressionados para tal. Além disso, a manipulação de recursos envolveu uma série de outros agentes (como bancos) e mecanismos, cuja mediação acabou se concentrando na mão daqueles mesmos líderes, que parecem ter ficado extremamente absorvidos com esses trâmites, como talvez tenham acabado por desfrutar do prestígio que esta mediação proporcionou. Os demais assentados vivenciaram a ausência de controle e conhecimento sobre a gerência da vinda dos recursos, sentindo-se “entregues” nas mãos dos que negociavam.

Uma oposição mais nítida pôde ser sentida a nível daqueles que resistiram e mantiveram a forma do muti-

⁹ Esta dinâmica foi-me sugerida a partir da leitura do artigo de Novaes (1989) sobre os efeitos do PAPP no sindicalismo rural.

rão. Por parte de suas lideranças, foi possível recolher depoimentos acusatórios àquelas que negociaram os recursos junto a Seab, criticando-as por “manipulação” e mesmo “traição”. Alegavam que se algumas famílias decidiram por se organizar na forma de associação, a eles também deveria ser dada a liberdade de optar pela forma de cooperação que julgassem ser a mais adequada naquele momento. Avaliavam que a seleção imposta ao assentamento no direito de acesso aos recursos terminou por criar um ambiente interno de muita revolta, criticando então a forma como as reivindicações - que seriam do conjunto - estariam sendo encaminhadas. Como que respondendo a estas acusações, os que desde o princípio optaram pela associação denunciavam os mutirões como redutos do “individualismo”.

A intervenção do Estado no assentamento, através da injeção de recursos, alterou o seu perfil. A introdução de um processo seletivo através do acesso aos recursos se constituiu na instauração de um marco de diferenciação política, modificando assim o campo de disputas e o peso das forças concorrentes. Os assentados e suas lideranças identificaram a vinda de recursos com o início das divergências, formulando críticas à atuação da Seab. No entanto, internamente sobressaíram-se as acusações mútuas. Foi possível também diagnosticar discordâncias com relação à postura do MST, seja pela participação na seleção dos beneficiados ou, posteriormente - e por parte das lideranças a ele inicialmente mais próximas - pelo não suporte (material, humano e político) na defesa da política de incentivo às associações.

Todo este episódio revelou-se extremamente desgastante para os assentados e suas lideranças. Contudo, ele não foi o único, podendo-se verificar que, por ocasião de novas remessas de recursos (como o Procera, por exemplo), divergências renasceram e outras novas emergiram. Ao relatarem sua história, os assentados são categóricos ao afirmar que hoje as dificuldades de organização e mobilização são enormes, causando entre eles a impressão generalizada de que “a organização cair”.

Como foi visto, criadas as associações, constituem-se elas em formas de organização e de representação frente à interlocutores externos, como é o caso do Estado. De uma maneira geral, as associações operam num contexto de fragilidade no que se refere

a sua autonomia financeira, o que tem reflexos nas relações travadas com estes interlocutores e na construção da unidade política pretendida¹⁰.

O esforço de viabilização econômica - coadunado com o de adesão a um projeto político - revela dificuldades e atualiza uma tensão entre a proposta contida nas formas organizativas dos pequenos produtores e os agentes portadores de recursos. Procurei apontar, mesmo que de forma sucinta e a partir do exemplo dos assentados, que nas negociações em torno dos critérios de beneficiamento tem lugar uma disputa entre diferentes projetos para os pequenos produtores¹¹. Coloca-se, portanto, às organizações de trabalhadores rurais e seus aliados, o desafio de encontrar formas e traçar estratégias de relacionamento com os agentes financiadores que lhes permitam proporcionar à sua base ganhos econômicos mais imediatos e, concomitantemente, fortalecer sua representação e unidade política.

A intervenção do Estado através da injeção de recursos, se constitui num novo marco de diferenciação entre pequenos produtores. Esta se manifesta não só numa maior ou menor possibilidade de sucesso econômico, mas - como este texto enfatizou - agudamente na alteração da correlação de forças internas ao próprio grupo, fortalecendo e legitimando uns em detrimento de outros. Como lidar com a colaboração imprescindível de agentes financiadores sem que esta “contamine” (ou, no limite, coopte) lideranças e/ou iniciativas de organização? Quando penso nestas iniciativas, refiro-me não só às experiências dos assentamentos, mas também às sindicais. Gostaria então de finalizar este texto abordando alguns pontos que tocam diretamente à organização sindical.

5. Considerações finais

Entre muitos dirigentes sindicais (em particular os que atuam no campo da CUT) é hoje comum a indagação sobre o significado da proliferação de associações e do que isto tem implicado em termos de desafios para a organização sindical. Propostas de estruturação sindical cogitam a melhor forma de incorporá-las ou estabelecer uma articulação entre as duas instâncias, colocando-as no

10 A questão da autonomia financeira (e política) não é exclusividade das associações de pequenos produtores. Ela tem se colocado também para o Movimento Sindical, assim como para diversos movimentos sociais (como o próprio MST) e mesmo entidades de apoio e serviço (as denominadas Ongs).

11 Como aponta Novaes (1989), esta concorrência entre diferentes forças sociais com relação ao destino econômico e político dos pequenos produtores, pode ser claramente observada na atuação do Estado no Nordeste através do PAPP.

mesmo campo político. De todo este debate ainda em curso, talvez já seja possível apontar algumas questões.

Em primeiro lugar, é interessante observar que na grande parte dos casos, os participantes de experiências de cooperação são os mesmos pequenos produtores que também se associam aos sindicatos. Mais do que uma base comum, as associações e sindicatos muitas vezes compartilham os mesmos dirigentes. Na entrevista com Osmarino Amâncio Rodrigues (Cedi, 1990: 52-64) encontram-se registradas as experiências em curso de associações e cooperativas de comercialização entre seringueiros, nas quais o equacionamento de problemas e a formulação de projetos dizem respeito também à instância sindical. No entanto, nem sempre tem sido assim. Há exemplos onde a criação de associações, paralelas à existência de sindicatos, tem significado o reforço de uma concepção e práticas sindicais, em prejuízo da que conforma a proposta cutista. Vejamos o exemplo do PAPP.

Este segmento do Projeto Nordeste, tem sua particularidade na ênfase que dá à “participação” de seus beneficiários através de suas organizações sindicais ou comunitárias. Uma das decorrências imediatas deste tipo de intervenção “participativa” do Estado, tem sido a abertura de canais de financiamento para projetos encaminhados por organizações de pequenos produtores. Como assinalam Manoel de Serra (Cedi, 1990: 78-87), Antonio Amorim (idem: 72-77), José Raimundo de Andrade (Dé) e Nivaldo Albino (idem: 66-71) em suas entrevistas, por um lado, isto tem acarretado um intenso movimento de criação de associações com fim único de captar recursos. Nos municípios onde as direções sindicais têm se posicionado criticamente com relação a estes recursos - questionando as tarefas de gerenciamento e prestação de contas que transformam os sindicatos em meros órgãos burocráticos, além dos riscos de corrupção e de intervenção do Estado -, abre-se um espaço para que a representatividade, o prestígio e a credibilidade junto à base sofra ação de forças concorrentes dado o capital político que estes recursos representam¹².

A constituição de associações enquanto canais de injeção de recursos nas áreas de atuação do PAPP, tem tido como efeito imediato a atração dos pequenos produtores, afastando-os, ao menos num primeiro momento, do

sindicato. No entanto, parece que estas associações tem sua sobrevivência intimamente relacionada à renovação ou aprovação de novos projetos econômicos financiados por agências governamentais. As experiências têm mostrado que a manipulação de recursos e as negociações com estes agentes são processos nos quais o controle e conhecimento não estão muitas vezes de posse dos representantes dos pequenos produtores, o que os deixa extremamente vulneráveis no exercício da função de mediação, terminando muitas vezes por “se queimarem” junto a sua base.

Por outro lado, quando segmentos do Movimento Sindical compram a idéia e aceitam participar do PAPP, inclusive gerindo-o, as direções sindicais acabam por assumir uma postura que recoloca em cena a questão da autonomia sindical.

“Eu penso que há um equívoco do Movimento Sindical nessa hora. Veja só: na medida em que tem o PAPP, que é dirigido para pequenos produtores, na medida em que se fundam associações, eu entendo que para haver uma contribuição para o crescimento do Movimento Sindical, seria preciso nós estarmos com esses grupos bem organizados, para cobrar do Estado. O que é que está acontecendo? O inverso. O Movimento Sindical passou a servir o Estado”. (Antonio Amorim in: Cedi, 1990:74)

De fato, o que tem sido observado é quase que uma sujeição, ou então identificação, de determinados setores do Movimento Sindical à lógica do Estado. A Fetag/CE, como aponta Antonio Amorim, à cuja disposição foram postos 10% dos recursos do PAPP no estado, se equipou com uma considerável infra-estrutura (contratação de advogados, compra de automóveis e material de escritório etc), além do direito de assento em comissões governamentais que dizem respeito à implantação do PAPP. Segundo o sindicalista, a contrapartida desta “participação” tem sido a eliminação dos espaços anteriormente dedicados às discussões internas e a ausência da Federação dos atos e mobilizações onde está presente a sua própria base, além de uma crescente dependência financeira do Estado¹³. Assim, setores do Movimento Sindical desfrutam do acesso a recursos governamentais, se equipam e se fortalecem no campo sindical (ao menos no

12 Antonio Amorim (idem:75) aponta, inclusive, que a crise financeira que muitos sindicatos enfrentam pelo não pagamento das mensalidades pelos seus associados, tem como uma de suas causas o desprestígio de que foram alvo com a implantação do PAPP

13 Manoel de Serra (idem:84-85) faz uma ressalva com relação à Fetape (PE), que estaria utilizando os recursos do PAPP dentro de um programa próprio. No entanto, isto não eliminaria a dependência financeira que, somada a opções político-partidárias, estaria levando a Fetape a uma posição de não enfrentamento com o Estado.

sentido de se encastelarem nos cargos de direção). Contudo, a reprodução deste sindicalismo se insere numa já histórica tutela por parte do Estado.

Entretantes, permanece ainda uma outra questão: ao não se constituírem em interlocutores políticos preferenciais do Estado na definição de políticas para o campo, os pequenos produtores, suas lideranças e organizações devem encontrar formas de com ele se relacionar e reivindicar. Neste sentido, parece que as associações, de um lado, têm respondido com maior rapidez às demandas mais imediatas dos pequenos produtores - sem, contudo, necessariamente tocar ou discutir as questões estruturais da política agrícola.

A questão do porque da constituição de associações e de seus objetivos, também foi tocada nas entrevistas contidas na publicação do Cedi (1990). Neste sentido, a entrevista com Zeno Minuzzo (idem: 88-96) é bastante sugestiva.

O dirigente sindical se pergunta sobre o papel das associações no processo de luta do conjunto dos trabalhadores rurais. Se, por um lado, ele não nega que a motivação econômica pode ser uma das principais razões que levam à criação de associações, por outro lado, ele alerta para o papel mais amplo que elas poderiam e deveriam desempenhar.

“Então, para mim, a associação que simplesmente se preocupa com a questão econômica do grupo não tem razão de ser associação. Ela vai ser de fato uma forma fundamental de resistência quando, na sua proposta política, está embutida a proposta maior de luta do conjunto da classe trabalhadora, além de se preocupar com isso, ter a sua atividade voltada para expandir essa experiência”. (Zeno Minuzzo in: Cedi, 1990:95).

Nesta direção, o dirigente aponta uma questão de fundo, qual seja: a de garantir a posse dos meios de produção, como tratores, serrarias, moinhos coloniais e mesmo a terra. A compreensão política do papel das associações passaria por esta perspectiva que - ao contrário da idéia de juntar “6 ou 7 ou 8 pobres para transformar isto numa riqueza” (idem: 95) - abriria para uma discussão e estratégias de luta onde estivesse presente o lugar econômico e político que os pequenos produtores ocupam na sociedade. Além disto, elas poderiam atuar também no campo da luta política, oferecendo a sua estrutura e potencial de mobilização a outras lutas, como a por terra, a político partidária e a sindical. Por exemplo, muitas associações estiveram ou estão na origem da formação de oposições sindicais. Ou então o fato de que as associações, como afirma Zeno



Fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia

Minuzzo, podem não encontrar a oposição que o sindicato geralmente encontra por parte das oligarquias locais, possibilitando-lhe então um espaço de atuação que, à princípio, estaria vetado ou dificultado para o sindicato. No entanto, quais os limites ou as interseções possíveis entre as atuações das associações ou dos sindicatos?

Uma primeira indagação seria se o sindicato teria ou não um papel econômico. Neste âmbito, parece que as funções de uma e outra instância não estão ainda delimitadas, e talvez nem seja possível pré-determiná-las sem uma avaliação das possibilidades e impossibilidades que se configuram em cada caso. Por outro lado, questiona-se hoje sobre o porque do frequente insucesso dos sindicatos na capitalização das mobilizações e reivindicações que surgem (ou se acentuam) a partir das associações.

Esta não é uma questão menor, dados os recortes diferenciados que uma e outra instância podem imprimir às lutas. A figura jurídica da "associação" permite, à princípio, abarcar um amplo leque de associados, não só os que possam vir a ter algum tipo de resistência ao sindicato como aqueles que não se incluem propriamente entre os denominados pequenos produtores, caracterizando a associação como uma organização de "produtores". Longe de querer aqui determinar quem é ou não pequeno produtor a partir, por exemplo, da quantidade de terra possuída ou do grau de tecnologia empregada, o que quero enfatizar é que o critério,

no caso, é político. Ou seja, pequenos produtores seriam aqueles cujos interesses econômicos e políticos se aproximariam, por oposição aos de outros segmentos de produtores. A reunião de "produtores" é mais difícil de ocorrer numa instância sindical, em cujo recorte está embutida a obrigação de responder a uma categoria cujos interesses podem não ser os mesmos do conjunto dos produtores.

Em suas entrevistas muitos dirigentes enfrentam a questão da relação associação/sindicato apontando a necessidade de um processo de formação que conscientize os trabalhadores sobre o caráter das lutas e a necessidade de fortalecer a instância sindical. Creio, porém, que a discussão sobre esta problemática pode ser aprofundada e enriquecida por investigações onde diferentes situações e experiências possam ser observadas e então analisadas.

De todo modo, o debate em torno das associações tem requalificado as chamadas "lutas econômicas", explicitando a sua capacidade de aglutinação, a sua importância na reprodução dos pequenos produtores e na visualização de sua posição política e econômica como de seus interlocutores.

Estas são algumas das indagações que, a partir do que foi colocado pelos dirigentes nas entrevistas registradas na referida publicação, ora arrisco fazer. De toda forma, o objetivo foi justamente o de socializar inquietações e, através delas, contribuir para o debate presente hoje na CUT em torno da organização sindical dos pequenos produtores.

Referências Bibliográficas

CEDI

1990 - Sindicalismo no Campo. Avaliação, perspectivas e desafios (entrevistas) *Cadernos do Cedi* n° 20. São Paulo, Cedi.

FRANCO, Mariana Pantoja

1990 - *Estado e Reforma Agrária no Paraná: dinâmica de uma relação*. Rio de Janeiro, Cedi, mimeo.

MST

1986 - A Luta Continua. Como se Organizam os Assentados. *Cadernos de Formação* n° 10. São Paulo, MST.

1986 - "Apresentação" a MORAIS, Clodomir. Elementos sobre a Teoria da Organização no campo. *Cadernos de Formação* n° 11. São Paulo, MST.

1990 - *Jornal Sem Terra*. São Paulo, MST, julho/agosto

NOVAES, Regina Reyes

1989 - "Sindicalismo e Estado: aspectos de uma disputa política" in: *Revista Tempo e Presença*. São Paulo, Cedi, julho.

PALMEIRA, Moacir

1985 - "A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato" in: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo, Loyola.

VIANNA, Aurélio

1990 - "Assalariamento, extrativismo e venda (ou troca) de lotes: alternativas para a consolidação de uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná" in: *Terra de Trabalho e Terra de Negócio. Estratégias de Reprodução Camponesa*. Rio de Janeiro, Cedi.

ZIMMERMANN, Neuza

1989 - *Depois da Terra, a Conquista da Cooperação (um estudo do processo organizativo num assentamento de Reforma Agrária no RS)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB. Brasília, mimeo.

A dominação patronal no campo

Regina Bruno*

1. Introdução

Muito se tem investigado sobre as “especificidades” da sociedade brasileira e as suas possíveis alternativas econômicas e políticas. A busca em entender quais os elementos constitutivos que conformam a nossa singularidade se confunde com a nossa própria história. Várias foram as interpretações que surgiram ao longo dos anos. Tivemos por exemplo o modelo dos “Dois Brasis”, de Jacques Lambert, que separava o Brasil moderno do arcaico, e, mais recentemente, conhecemos a fábula sobre a “Belíndia”, de Edmar Bacha, que, ao contrário, tentava unir a Bélgica com a Índia, para explicar a realidade brasileira. Independentemente das separações ou combinações possíveis, o que a maioria das análises tem em comum é a preocupação em explicar a presença e a contemporaneidade de estruturas e processos sócio-econômicos e culturais **arcaicos** e **modernos**, enquanto elementos conformadores de nosso país.

Mas hoje a realidade é muito mais complexa e diversificada e a perplexidade, muito maior. Entender o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro e suas possíveis alternativas passa necessariamente pelo cerne de inúmeras questões que não se esgotam nas manifestações sobre o tradicional, o moderno ou o pós-moderno. Não se esgotam, mas também não excluem a compreensão destes processos e nem o fato de que a nossa realidade está condicionada pelo subdesenvolvimento e que questões inexistentes em outros países - como, por exemplo, a questão agrária - têm entre nós uma importância fundamental.

É importante entendermos que as transformações econômicas e a exploração de novas fronteiras tecnológicas ao mesmo tempo em que revitalizaram as estruturas econômicas, políticas e sociais, também impuseram a esclerose destas mesmas estruturas e processos, porque

o desenvolvimento capitalista no Brasil se, de um lado, revoluciona os modos de produção e as relações sociais, de outro, carrega o passado. E a modernização da agricultura não foge a esta regra da presença do **moderno** e do **arcaico**.

Do ponto de vista das estruturas sociais e de classe, as modificações impressas com o desenvolvimento agrícola propiciaram, ao nível dos dominantes, a emergência de novos atores e uma grande diversificação interna que, longe de eliminar de vez as velhas estruturas e processos, a eles se imbricam. Por seu lado, novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimidade burguesa vão sendo construídos juntamente com velhos atores e estruturas.

A integração entre os capitais e a internacionalização da economia muito contribuíram para a ampliação das alianças de classe e, em certa medida, romperam os espaços entre o rural e o urbano, tendendo a ocorrer em grandes blocos e forças sociais em escala nacional e internacional. Além de ampliar, estes fatos modificaram a própria noção de aliança de classe: a unidade entre as classes e grupos dominantes não é uma mera decorrência dos processos estruturais nem meras projeções das estruturas de classe, mas são também processos políticos e culturais que gestam novas forças políticas que sustentam e que renovam continuamente a exploração e a opressão de classe.

A tecnologia, ao mesmo tempo em que imprimiu novos dinamismos e novos horizontes produtivos, transformou-se também em uma das fontes de legitimação ideológica, mistificadora e autolegitimadora das novas e velhas classes dominantes no campo.

O próprio desenvolvimento econômico e o aguçamento da concorrência capitalista fizeram surgir novas e sofisticadas técnicas de gestão e de controle dos trabalhadores rurais, que se transformaram em poderosos meios de exploração e opressão e que aprofunda-

*Professora e pesquisadora do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola - CPDA/UFRRJ



Manifestação de trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, Brasília - 1987

ram e ampliaram a subordinação dos trabalhadores no campo.

Como parte deste processo, nós assistimos a uma ofensiva burocrática, econômica, política e, sobretudo, ideológica das classes e grupos dominantes no campo.

Mas, apesar da modernização e da ruptura com as formas tradicionais de dominação, a construção da hegemonia burguesa, por exemplo, exige continuamente a evocação da tradição e o recurso à violência explícita. É também na tradição que a classe e grupos dominantes no campo constroem seu discurso ideológico e suas práticas políticas.

Todo esse cenário nos impõe, certamente, a necessidade de refletir sobre as dificuldades, os impasses e as possibilidades que surgem a partir desta nova realidade, e minha preocupação primeira é a de saber como os trabalhadores rurais estão percebendo e como estão insurgindo-se a isso. É precisamente com este propó-

sito que procurarei neste artigo tentar apreender como as lideranças sindicais entrevistadas pelo Cedi¹ retratam os adversários de classe dos trabalhadores rurais e como concebem a questão da exploração e da dominação burguesa.

Mas, antes, é preciso fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, as entrevistas constantes na publicação referida, que serviram de base para o presente trabalho, tratam basicamente da estrutura sindical, seus impasses e perspectivas. Se os entrevistados tivessem sido diretamente indagados sobre as práticas de exploração e dominação burguesa no Brasil, as informações certamente seriam muito mais completas e esclarecedoras. Não obstante, em meio às considerações sobre o sindicalismo rural, eles apresentam uma preocupação explícita em conhecer quem são os adversários dos trabalhadores rurais, seguindo a máxima do conhecer para melhor enfrentar.

1 Foram entrevistadas as seguintes lideranças sindicais: Adelmo Escher, Antonio Amorim, Ari Thessing, Avelino Ganzer, Divino Inácio, Elvino Bohn Gass, José Novaes, José Raimundo de Andrade, José Ribeiro Trampolim, Luiz Silva, Manoel dos Santos, Maria Aparecida Rodrigues Miranda, Nelson de Assis Teles, Nivaldo Albino, Orlando Vincenci, Osmarino Amâncio, Paulo César Lima, Policácio Bispo Ferreira e Zeno Minuzzo. Ver Cedi (1990).

A segunda ressalva ao trabalho é o fato de que os entrevistados são, antes de tudo, lideranças sindicais, cuja reflexão se desenvolve em função de uma intenção prática e de um projeto político. Isto confere ao perfil dos depoimentos uma certa representatividade, porque o que resulta das questões e idéias trabalhadas pelas lideranças é a 'verdade' do grupo que, na razão inversa, é construída a partir do peso e da legitimidade que elas (as lideranças) têm.

2. Exploração, luta e organização

Uma das primeiras preocupações apresentada nas entrevistas refere-se à clara demarcação entre os interesses em jogo, expressa pela oposição "nós", os trabalhadores rurais, e "eles", os que exploram e oprimem.

Ouvindo a maioria dos entrevistados, apreendemos que este é o momento formador de uma **identidade primeira** dos trabalhadores rurais, quando se estabelece o reconhecimento das diferenças, da divisão social e das contradições, e cuja compreensão avança na direção de campos antagônicos configurando outras polaridades: o salário contra o lucro e a não-propriedade contra o monopólio da propriedade fundiária.

A atividade sindical representaria, assim, uma das formas organizadoras desta primeira identidade e um dos suportes da construção da solidariedade de classe e da formulação de bandeiras de luta, além de delimitar as fronteiras entre o **explorar** e o **ser explorado**.

Outra idéia recorrente nos depoimentos das lideranças sindicais é a de que a organização dos trabalhadores nas associações e sindicatos rurais é também o produto do enfrentamento direto com as classes e grupos dominantes.

Por último, percebemos que há uma íntima relação entre **exploração, luta e organização** que, muitas vezes, escapa a definições de limites rígidos entre uma questão e outra, abrindo um espaço comum de convivência e interdependência, onde uma questão existe dentro da outra e para outra, enquanto razão de sua própria existência.

A **exploração**, por exemplo, uma vez caracterizada como tal, quase sempre vem associada à idéia de luta e de organização, enquanto que as visões de **luta e organização** muitas vezes se confundem, ou são tidas como processos unificadores: organização como produto da luta e ao mesmo tempo como condição para a luta e como

espaço de resistência contra as investidas dos dominantes.

Exploração e luta caracterizam, para os entrevistados, o rural brasileiro. A luta dos trabalhadores rurais, que apresenta-se tão diversificada quanto o forem as práticas de exploração, significa não só enfrentamento e resistência como também organização e nova proposta de ação. É ainda iniciativa política e processo de autoconstrução do "nós".

3. A diversidade de personagens e de situações

De um modo geral, uma grande diversidade de personagens e de situações sobre as práticas de dominação e de exploração surge das entrevistas. Para as lideranças sindicais entrevistadas, os adversários dos trabalhadores rurais são fundamentalmente os **latifundiários**, os **produtores rurais**, os **patrões** e os **empresários**, embora também sejam invocados como opositores as **estratégias** da burguesia e os **interesses** da agroindústria. Em determinadas situações, o **Estado**, os **políticos** e os **'pelegos'** são colocados em cena enquanto aliados dos dominantes, mas quando a abordagem é mais ampla encontramos então o **capital**, o **sistema**, os **fortes** ou os **inimigos** da classe trabalhadora.

Esta diversidade não é tão indiferenciada como pode parecer à primeira vista, pois, quando o centro da discussão é o monopólio da terra, os latifundiários despontam como os únicos adversários dos trabalhadores rurais, independentemente das diferenças regionais ou das características de propriedade.

Vale salientar que nas situações de conflito de terra, o **Estado** surge como o grande aliado dos latifundiários. Ao poder dos dominantes se entrelaça o poder institucional, e dessa aliança é revelada, com muito mais intensidade, a **violência** contra os trabalhadores rurais e seus mediadores.

O fato da violência encontrar-se diretamente associada à questão fundiária significa que o monopólio da propriedade da terra é **politicamente** uma das questões centrais hoje: **não se mata e não se morre** no Brasil por causa da política de crédito nem pela política de preços mínimos.

O segundo campo de ordenação dos personagens e situações é bem mais diversificado pois não se restringe à questão fundiária, abrangendo também as estratégias de

política agrícola e as relações de trabalho. As categorias que informam sobre os dominantes são: o empresário, os patrões, a burguesia, a agroindústria e o capitalismo.

A reflexão sobre o **empresário** e a **burguesia** é uma das mais elaboradas, havendo uma grande preocupação em apreender suas inúmeras manifestações e em “decifrar” as especificidades da prática burguesa no cotidiano da luta e do trabalho político, de perceber quais as suas características regionais e os processos de construção das alianças com as demais forças sociais e políticas.

Ainda dentro desta reflexão, os entrevistados buscam caracterizar quais são as implicações econômicas e políticas que surgem a partir da instauração de um novo padrão de produção, a **agroindústria**, prenunciando novos momentos de exploração e de dominação, em torno dos quais os processos sociais adquirem um novo sentido e são ao mesmo tempo desagregadores e reordenadores das lutas e das novas identidades sociais. Por exemplo, a categoria **trabalhador rural** deixa de ser o referencial da identidade e da unificação do conjunto dos explorados no campo, e em oposição à agroindústria passam a figurar inúmeras categorias específicas como, por exemplo, os **integrados**, os **assalariados do campo**, **diaristas**, **empregados**, **bóias-frias**, **cooperados**, **associados**, ou então a **classe** e o **trabalhador combativo**. Em outras situações (in)definem-se numa identidade várias categorias: “(...) nós somos empregados das multinacionais... hoje eu não diria mais que somos proprietários, nós já somos empregados das multinacionais, pela dependência que temos delas (...) somos pequenos produtores no sentido de termos uma área privada (...) jamais deixamos de ser trabalhadores (...) eu não vi nenhum fumicultor, pequeno produtor, ampliar a sua área de terra” (Cedi, 1990:38-39).

Todos os entrevistados sabem que os trabalhadores rurais das regiões integradas ao capital não mais controlam a produção e que o processo de trabalho é, hoje, definido pelo conjunto da hierarquia empresarial. Talvez por isso eles sintam dificuldade em reconhecer quem comanda o processo produtivo na agricultura e quem detém o poder.

Vemos que há uma despersonalização crescente dos processos econômicos: a agroindústria aparentemente não tem sujeito. É o capitalista coletivo que rege todo o processo.

Antes, a figura do patrão era um componente da relação pessoal. Ele era o **pai-patrão**. Este personagem praticamente sumiu em meio às inúmeras cadeias produtivas e a uma certa dispersão da representação patronal,

e os entrevistados encontram dificuldades em lidar com isso, sobretudo porque há um grande distanciamento entre os centros de poder e o trabalhador rural, e este distanciamento é autoritário e intimidador.

Além do mais, a própria hierarquia empresarial fez surgir novos porta-vozes que reforçaram ainda mais o corporativismo empresarial e contribuíram para o alargamento das bases de poder político e social dos empresários rurais. São, por exemplo, os chefes de empresa, as inúmeras assessorias e os tecnocratas. Todos eles detêm uma certa autonomia no processo decisório das empresas, seja para tomar decisão sobre a atividade produtiva, seja ainda para definir os parâmetros das relações de trabalho.

Na agroindústria, em particular, este processo exige uma elevada eficiência gerencial para que sejam bem sucedidas as metas de definição das possibilidades de ampliação de mercado, aquisição de matéria-prima a custo reduzido, formação de uma cadeia de informações sobre as tendências do mercado, etc.

Como toda camada intermediária, esta também se “persuadiu” que do bom rendimento das cadeias produtivas depende o sucesso de suas ações e de seus talentos e a manutenção de seus privilégios pessoais. Então, não fica difícil para estes porta-vozes aliam-se aos patrões para, juntos, responsabilizarem a **lógica** do capital e as **forças** do mercado pelos preços extorsivos dos produtos, os baixos salários e a crescente exclusão dos trabalhadores do campo.

Mas, fazendo jus ao paradigma da sociedade brasileira, esta tendência geral de despersonalização dos processos econômicos vai-se construindo emaranhada aos velhos processos e relações personalistas, o que exige uma atenção redobrada das lideranças sindicais e dos trabalhadores do campo no seu enfrentamento cotidiano com os dominantes. Sabemos que, em algumas situações, determinadas agroindústrias com igual padrão tecnológico e uma mesma inserção no processo produtivo apresentam comportamentos completamente díspares em relação às práticas de dominação e até mesmo à suposta racionalidade empresarial: enquanto uma reinstalou o domínio pessoal, a outra rege-se por estes novos padrões emergentes. No complexo de carnes, justamente onde se localiza o segmento mais dinâmico do empresariado, temos a “tradição” da pecuária bovina - base de sustentação política e social da União Democrática Ruralista (UDR).

Certamente houve uma ruptura das formas tradicionais de dominação, mas isto não significa o fim destas práticas nem a extinção dos vínculos de dependência

pessoal que assumem nova feição nos contratos de integração, na política de crédito e nas relações de comercialização.

4. A dominação burguesa: referências e significações

O certo é que, neste quadro, o recurso à dominação política e ideológica tornou-se muito mais complexo. Além da coação explícita, há uma nova ofensiva ideológica das classes e grupos dominantes no campo que ao mesmo tempo **oculta, dissimula e explicita** as contradições e os antagonismos existentes na sociedade brasileira.

Em decorrência talvez deste processo de ocultamento, dissimulação e explicitação - próprio da ideologia -, fica a impressão de que os entrevistados não têm claro que a dominação política e ideológica não é assim tão definida, apesar dos inúmeros depoimentos que eles relatam nas entrevistas.

Dominação e exploração são realidades diferenciadas e, ao mesmo tempo, intimamente relacionadas a um único processo social. São relações sociais e históricas que podem ser encontradas em diferentes contextos e sob formas distintas.

Mais facilmente visualizada, a exploração aparece como definidora das injustiças e dos antagonismos mútuos, e está relacionada a formas correspondentes de propriedade e de poder². Já o exercício da dominação inscreve-se prioritariamente no terreno da ideologia. "(...) Através da ideologia são montados um imaginário e uma lógica de identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal" (Chauf, 1982:21).

Marilena Chauí (idem) afirma com muita propriedade que a ideologia "(...) tem a peculiaridade de fundar a separação entre as idéias dominantes e os interesses dominantes, de sorte a impedir a percepção de um império dos homens, graças à figura neutra do império das idéias".

4.1. Controle e cooptação

A prática da dominação no campo visa fundamentalmente o controle político e ideológico dos trabalhadores

rurais. Os seus sinais mais visíveis são a **tutela, a coação, o clientelismo, a sujeição, a cooptação** e outras inúmeras situações impostas, mas também consentidas uma vez que já foram interiorizadas através da ideologia.

Dentre as práticas de dominação política e ideológica, aquelas citadas com maior frequência no relato dos entrevistados são as tentativas dos dominantes de se colocar como representantes do conjunto dos interesses no campo; as investidas patronais e governamentais junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais, associações e mobilizações em torno das bandeiras de política agrícola e agrária; e, por fim, a cooptação.

Presenciamos, no Brasil, uma luta constante dos trabalhadores rurais contra as tentativas patronais e governamentais de esfacelar e dividir seu movimento e de impedir a sua liberdade de organização - ou seja, o seu direito de decidir por si mesmo qual a melhor forma de se organizarem. Os exemplos mais significativos de resistência a essas investidas são as lutas históricas contra o duplo enquadramento sindical dos pequenos produtores e contra a criação de sindicatos próprios para os bóias-frias.

As investidas dos grandes proprietários de terra e empresários rurais para "ganhar" os trabalhadores do campo para as suas entidades de classe só são possíveis porque as entidades patronais - diferentemente das dos trabalhadores - não são de modo algum o **locus** privilegiado do poder nem da definição de um projeto de classe. Isto porque as organizações patronais, via de regra, "(...) não geram um poder que já não existisse, nem formulam objetivos que não derivem diretamente daqueles que já são definidos e conscientemente perseguidos ao nível das empresas individuais participantes. O que a organização faz é prover serviços, formular e defender na arena política os interesses individuais que são comuns a todos ou à maioria (...) Portanto, a organização de interesses é muito mais essencial à defesa e promoção dos interesses do trabalho do que do capital, porque capital, fusões, monopólios, cartéis, etc, constituem os instrumentos decisivos de aumento do poder social" (Offe, 1989:258-259).

Um dos canais de "inserção" do patronato rural e do Estado no movimento sindical dos trabalhadores rurais dá-se através da figura do "pelego".

Caracterizando certas práticas no interior do sindicalismo rural, o termo "pelego", para os entrevistados, é

2 Ver Thompson (1987:28 e segs.).

uma crítica aos dirigentes sindicais nas regiões onde a presença do Estado é marcante.

Geralmente, ser cooptado ou ser “pelego” significa “ser passivo e não assumir a luta”, mas pode também querer dizer possuir “uma mentalidade individualista” ou “identificar-se com os patrões”. O sindicato “pelego”, por exemplo, é considerado aquele que “(...) não trabalha para uma dinamização maior da luta dos trabalhadores e fica muito mais no presidencialismo, assistencialismo, dando essas condições reais para que se coloque o corporativismo no sindicato que vai resolver só os problemas e não fazer com que os trabalhadores sejam agentes da sua luta” (Cedi, 1990:35).

Via de regra, a crítica aos “pelegos” fica circunscrita aos relatos e à revolta contra aquela situação particular: revolta contra a omissão da direção da Federação do Ceará que sequer acompanhou os trabalhadores rurais à cidade onde eles foram torturados, porque era uma área do Programa de Apoio à Pequena Produção (PAPP), e o latifundiário que os torturou “estava de acordo com o governo” (idem: 74). Indignação contra a prática dos “pelegos” que “associam ao sindicato de Brasília, no Acre, funcionários públicos, polícia”, e até mesmo “os próprios envolvidos na morte de Chico Mendes e Wilson Pinheiro” (idem: 54).

Nas situações em que a direção do sindicato dos trabalhadores rurais encontra-se há anos nas mãos de pequenos produtores, alguns entrevistados argumentam que, justamente pelo fato daquele presidente do sindicato ser pequeno produtor (ser proprietário de terras e utilizar mão-de-obra), ele é passível de ser cooptado ou transformar-se num “pelego”. Aliás, não é de hoje que a questão da pequena produção afigura-se como um dos principais divisores de águas no estudo sobre as classes sociais no campo. Esta avaliação pode estar equivocada, uma vez que nem o fato da propriedade ou o uso da mão-de-obra, por si só, são suficientes para caracterizá-los como patrões e não se sustentam como elementos explicativos da condição de “pelegos”.

Em primeiro lugar estes critérios discriminativos e qualificadores dos pequenos produtores muito pouco explicitam sobre qual a propriedade e como se dá o uso da mão-de-obra. É como se a apropriação fundiária e as relações de trabalho não fossem relações sociais e históricas mas, antes, realidades imutáveis comandadas sempre pelas mesmas significações e referências.

Além do mais, parece haver neste tipo de avaliação uma confusão entre o lugar político e o espaço da classe.

Ao invés de pensarmos a classe, melhor seria refletirmos um pouco mais sobre o lugar político: o que significa estar na direção de um sindicato e o que representa a condição de participante da máquina estatal.

A forma sindical, no capitalismo, é uma instituição que reproduz uma determinada concepção burguesa de organização do trabalho, ainda que possibilite, também, em determinadas conjunturas, a insurgência contra essa forma de organização e contra essa concepção.

O modo de funcionamento do sindicato, os tipos de divisão de trabalho que nele se instauram, as regras de representação e o fato de um determinado grupo social, uma categoria ou mesmo algumas pessoas assumirem o projeto do seu oponente, significa, antes de tudo, “(...) a persistência da realidade do capital, dos modos de pensamento e de ação capitalista no movimento operário. Significa que este movimento não consegue libertar-se das marcas da sociedade na qual nasce, do capitalismo como ideologia, como tipo de estruturação da sociedade e das relações entre os homens” (Offe, 1989:187).

Em um depoimento que me chamou a atenção, um entrevistado afirma que “(...) o interesse deles (dirigentes sindicais) era manter o poder ali, naquele costume que tinham já de muitos anos” (Cedi, 1990:49). De fato, “manter o poder naquele costume de muitos anos” levamos novamente a pensar sobre as direções que se cristalizam no tempo, detendo o monopólio do conhecimento - indispensável ao exercício da autoridade - e dificultando o reconhecimento de novas lideranças. Cristalizadas, essas direções perderam os laços com seus representados e se distanciaram cada vez mais deles.

4.2. O discurso “nós, produtores e empresários rurais”

Hoje as classes dominantes no campo buscam se auto-representar como “produtores e empresários rurais”. Por trás destas palavras há uma ofensiva política e ideológica diferente de momentos anteriores porque expressa novas formas de dominação e de exploração burguesa. Há também a busca de uma expressão política mais abrangente e de uma única significação que recondicione e reoriente a prática e as formas de representação do conjunto dos dominantes do campo. “Nós os produtores e empresários rurais” seria assim o reorganizador dos símbolos e do agir dos dominantes: antigas palavras que buscam impetrar novas significações e referências às noções de competência e do ser moderno.

No interior do discurso sobre a racionalidade econômica dos grandes proprietários de terras e empresários rurais, detectamos uma estranha noção de competência que, além de elitista, está diretamente associada ao monopólio e ao 'ethos' da propriedade fundiária, à especulação e à improdutividade. Ser proprietário por si só é ser competente, não importando que usos ou abusos possam daí advir. Calcada sobre as idéias de capacidade, talento e superioridade individuais, ela, a competência, termina por instituir a desigualdade e os "incompetentes" sociais.

Foi a partir desta noção que os grandes proprietários e empresários rurais - com o consentimento dos outros setores da burguesia e a omissão de amplas parcelas das demais classes sociais - instituíram a figura do **latifúndio produtivo** como sendo a capacidade de alguns em torná-lo ou não produtivo, legitimaram o conceito de **terra/ativo** e o ampliaram a todas as suas propriedades e, que no Congresso Constituinte, conseguiram manter o direito à propriedade em sua expressão mais retrógrada: no artigo dos direitos individuais.

Esta equiparação da propriedade aos direitos individuais, como parte indivisível do conceito de liberdade, é um componente ideológico muito eficaz de defesa contra qualquer investida ao padrão de propriedade vigente no Brasil, porque subordina a noção de função social aos interesses de alguns.

Por sua vez, ser moderno significa produzir e reproduzir-se numa sociedade onde a agricultura encontra-se cada vez mais subordinada às regras do capital e, neste caso, consiste no desafio de seguir os padrões produtivos da agroindústria, penetrando neste universo de custos e lucros estabelecido em códigos amplamente valorizados de produção e de produtividade, que tudo justifica, inclusive a improdutividade, a especulação e o monopólio da terra.

Politicamente, ser moderno é furtar-se da pecha do atraso e do arcaico que, apesar das transformações no processo produtivo, ainda persiste como a marca social dos grandes proprietários de terra e empresários rurais. É a busca de um caminho político que lhes permita um maior poder de barganha na realização de seus interesses.

Ser moderno é também a tentativa de inversão das noções de atraso e de moderno com o intuito preciso de desacreditar aqueles que as denunciam ou as enfrentam.

Na Constituinte, por exemplo, todos os grandes proprietários e empresários rurais foram unânimes ao acusar de arcaicas as posições favoráveis à reforma agrária e ao limite máximo para as propriedades fundiárias, sob a argumentação de que estariam lidando com "conceitos historicamente ultrapassados e tecnologicamente atrasados"³. E argumentavam ainda que a questão agrária era um assunto superado, uma questão que já havia sido resolvida pelo capital⁴.

Promove-se, assim, uma inversão do discurso que, dependendo da conjuntura, permite que toda e qualquer contraposição seja considerada uma expressão do atraso, numa tentativa de varrer do mapa a crítica e a denúncia, a luta pela terra e pela reforma agrária e, portanto, a percepção das situações de exploração e de dominação burguesa.

O estabelecimento destas novas dimensões permite, então, que as mais diferenciadas unidades de produção, desde aquelas identificadas com o padrão agrícola e com formas de agir tradicionais até aquelas caracterizadas como economicamente modernas, reúnam-se e ocultem-se sob o mesmo código - o da modernização. Como consequência, a defesa uníssona do **patrimonial** e do **produtivo** resulta em um maior peso político e ideológico para o conjunto das classes e grupos dominantes no campo.

4.3. Dissimulações e inversões

Nas designações do conceito de moderno, qualificador do discurso "nós, os produtores e empresários rurais", algumas realidades permanecem dissimuladas.

A defesa da tecnologia como paradigma do desenvolvimento agrícola não se faz acompanhar de uma discussão sobre a autonomia tecnológica, quando se sabe que nenhum país consegue modernizar-se de forma integrada se mantém-se dependente. Via de regra, "(...) terminam apenas modernizadores do consumo e não da base produtiva, capaz de competir a nível internacional"⁵.

Empresários e grandes proprietários de terra, ainda que se sintam modernos, incidem no arcaico ao ir de encontro às formulações de qualquer senso de moderni-

3 Ata da Subcomissão de Política Agrícola e da Reforma Agrária - Diário da Assembléia Nacional Constituinte - Congresso Nacional, Brasília, julho, 1987, p. 116-125.

4 Sobre a atualidade da questão agrária, ver Baudel Wanderley (1990) e Delgado (1990).

5 Programa "Crítica e autocrítica" - entrevista com Vladimir Palmeira - 13/10/1988.

dade que pressupõe que o desenvolvimento econômico deve vir associado a uma relativa distribuição de renda e à participação de todos na prosperidade do país.

4.4. União e diversidade interna

O segundo dispositivo ideológico de que estas classes lançam mão quando lhes convém consiste em apresentarem-se como um bloco homogêneo. Um dos propósitos é confundir os trabalhadores rurais, ressaltando assim a união e a força dos dominantes ao mesmo tempo em que salienta a diversidade e a fragilidade dos dominados.

No geral os entrevistados percebem que estão em curso uma alteração profunda e uma redefinição da estrutura de classes na agricultura brasileira mas, quando se trata de pensar a diversidade das classes dominantes no campo, há uma tendência em considerá-las homogêneas. É grande a dificuldade de perceber as contradições internas e o confronto de interesses entre os diferentes grupos e frações dominantes.

Na realidade, nem as classes e grupos dominantes são tão homogêneos como pretendem parecer, nem os trabalhadores tão diversificados e frágeis como estas classes o gostariam.

Classes e grupos dominantes no campo, longe de serem homogêneos, encontram-se marcados pela diversidade interna: a inserção e os ritmos dos processos produtivos não são os mesmos para todos; o acesso ao crédito e o padrão tecnológico são distintos, bem como a concessão de benefícios e os subsídios; as condições de mercado são diferenciadas, e são desiguais as circunstâncias em que se realiza a concorrência. Além do mais, há uma diversidade de "status", de privilégios e de influência.

O que se observa é uma trama complexa de contradições entre diferentes setores, frações, grupos e classes dominantes no campo, onde a luta competitiva pela repartição da mais-valia e da renda, o confronto entre os interesses e as acusações mútuas são particularmente intensos, em especial nos momentos de crise.

A defesa da competitividade tem variado ao longo do tempo, mas uma de suas premissas básicas - a seletividade - permanece. Hoje, no Brasil, o **empresário com-**

petitivo e o **trabalhador combativo** são personagens que prenunciam, talvez, um novo momento político da luta de classes no campo.

Ser competitivo e ser combativo são qualificativos que foram construídos paulatinamente ao longo do processo de modernização agrícola e no conflito entre os grandes proprietários de terra e empresários e o conjunto dos trabalhadores do campo, e que mantém de um para o outro uma tensão especular, onde ser combativo é a contraface e a contrapartida do ser competitivo⁶.

No entanto, é importante ressaltar aqui três aspectos. Em primeiro lugar, estas contradições internas entre os dominantes, apesar de tensas, não são de modo algum antagônicas. Em segundo, todos facilmente se unem e ninguém entra em rota de colisão quando se sente ameaçado ou quando se trata de explorar os trabalhadores rurais. Nestas situações, pouco se diferenciam entre si o latifundiário, o empresário, a agroindústria, as grandes cooperativas empresariais, as corporações multinacionais ou mesmo as supostas empresas planetárias. Por último, é bom lembrar que a integração entre capitais e a internacionalização da economia, ao mesmo tempo em que acirra a competição interna, também possibilita uma maior articulação entre os diferentes interesses.

4.5. 'Somos todos muito hábeis'

Um terceiro dispositivo ideológico que muitas vezes intimida os entrevistados, e também os trabalhadores rurais, é o discurso da habilidade das classes e grupos dominantes no campo.

Sabemos que a modernização agrícola, dentre outras coisas, propiciou inúmeros benefícios e concessões aos grandes proprietários de terra. Temos como exemplos o crédito farto e barato, os incentivos fiscais e a inalterabilidade da estrutura de propriedade da terra. Estes privilégios serviram inclusive para atrair os grandes grupos econômicos para o mercado de terras ou para a realização de investimentos produtivos nos diferentes ramos da produção rural⁷.

Além dos benefícios e das concessões outorgadas pelo Estado, as políticas governamentais dedicadas aos grandes proprietários de terra - em especial quando se

6 Sobre a significação econômica e política da competitividade hoje, ver Reis Velloso (1990:5-64) e BNDES (1988)

Sobre o assunto, ver Delgado (1985).

8 "Recomendações às Classes Produtoras no Brasil" - Arquivo Particular Paulo de Assis Ribeiro, Arquivo Nacional.

referem à questão fundiária - quase sempre se pautaram pela persuasão. "... Os grandes proprietários não precisavam ter medo da reforma agrária", alardeava, no pós-64, o sr. Paulo de Assis Ribeiro, assessor do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), "(...) pois o Estatuto da Terra é um processo indutivo e não compulsivo". E concluía: "(...) cabe aos proprietários de terra decidir se vale a pena continuar latifundiário. Se o latifundiário não estiver sensibilizado é que começará a pagar um imposto pequeno"⁸.

Com todo este apoio e tanta complacência há de se entender, então, porque os grandes proprietários foram hábeis em aproveitar-se das possibilidades econômicas, tecnológicas e políticas oferecidas pela modernização agrícola.

Ao perceberem que a necessidade de modernização do campo era uma imposição da acumulação capitalista, e (juntamente com o combate à inflação e a reorientação da política externa) uma das saídas possíveis para a crise econômica dos anos 60, eles, os grandes proprietários de terra, mais que depressa absorveram as novas práticas "capitalistas" de produção e de exploração da força de trabalho e aproveitaram-se das tecnologias disponíveis no mercado mundial.

Ao mesmo tempo, porém, continuaram a impregnar a sociedade, a cultura e a política com sua concepção de mundo e ideologias próprias: grandes proprietários de terra e empresários foram e são, no Brasil, os porta-vozes do anticomunismo, os pregadores da violência explícita e, evidentemente, os arautos da propriedade fundiária como sendo o estio e a base de estabilidade da sociedade. No entanto, por mais que se aventurem, não conseguem elaborar para o conjunto da sociedade um projeto que transcenda os limites do setor agrícola.

Mas há de se reconhecer que eles foram realmente "hábeis" ao assumir o discurso da modernização como instrumento de dominação sobre os trabalhadores do campo e como meio de barganha política junto ao Estado e frente aos demais setores da sociedade.

Foram "hábeis" ainda ao incorporar as "novas" práticas políticas: mais que ninguém eles aprenderam a recorrer à prática dos "lobbies" e ao poder de pressão para se protegerem e promoverem seus interesses, sem deixar, contudo, de abrir mão da opção pela violência explícita

e da perpetuação do mando e do controle político sobre os trabalhadores do campo, o corporativismo e as lealdades.

A facilidade com que se mobilizam é tanto um ato de resistência, devido à perda de influência política - antes totalizadora, como também um ato de força e de reafirmação de um novo campo de barganha política. Aliás, "(...) é um fenômeno recorrente na história das oligarquias brasileiras, de base territorial, a sua enorme capacidade de regeneração, tendência que já ocorrera em 1930" (Martins, 1989:92).

E nesta trajetória, além da proteção do Estado, eles se depararam com grandes aliados cujos interesses não são nem um pouco estranhos aos seus. Os demais setores do capital industrial, comercial e financeiro sempre se mostraram dispostos a colaborar com os grandes proprietários de terra e empresários rurais, pois são setores que, historicamente e sem maiores resistências, rapidamente se enxertaram nas estruturas políticas pré-estabelecidas do Brasil "tradição"⁹.

Politicamente, em que difere a concepção de mundo dos mais variados segmentos que compõem o conjunto das classes e grupos dominantes no Brasil, quando estão em questão a defesa do patrimonial, o autoritarismo, a ideologia patriarcal, o direito à herança sobre o produtivo e a concepção de poder? Que o diga o sr. Ricardo Semler, dono da Semco, ao tentar virar a "própria mesa"...

Sem dúvida que o radicalismo de alguns - em especial daqueles que optaram por exercer o poder exclusivamente através da força e da violência explícita ou os amadoristas políticos que desprezam as regras já autoritárias do jogo institucional - é um transtorno para o conjunto da burguesia no Brasil. Mas, transtorno maior são os trabalhadores mobilizados e organizados em torno de suas bandeiras de luta. É a ocupação de terras, a reforma agrária e também a luta.

O paradigma da burguesia "conquistadora e progressista" não funciona para o Brasil apesar da "(...) teoria das transformações sociais no campo estar impregnada pelo pressuposto de que a burguesia e o capital tem uma missão revolucionária em face da Questão Agrária" (Martins, 1989:15)¹⁰.

A formação da burguesia no Brasil apresenta particularidades que devem ser consideradas quando raciocina-

8 "Recomendações às Classes Produtoras no Brasil" - Arquivo Particular Paulo de Assis Ribeiro, Arquivo Nacional.

9 Sobre o assunto, ver Debrun (1983)

10 O autor critica esse pressuposto.



A luta pela Reforma Agrária: Sem Terra (RS)

mos sobre as suas possibilidades para implementar mudanças estruturais mais profundas: ela formou-se nos marcos da dependência, apresentando, portanto, certa associação com o capital internacional; e 'enfrentou-se' com as oligarquias agrárias tendo atrás de si um proletariado já formado e com reivindicações próprias.

Por isso é que, no processo da industrialização brasileira, desde o início já estavam fechadas as possibilidades de maiores rupturas entre o capital e a propriedade fundiária. O capital não mais poderia supostamente descartar e dismantlar o poder político, social e cultural dos grandes proprietários e, muito menos, renunciar a suas alianças.

O que de fato ocorreu foi uma colaboração mútua entre grandes proprietários de terra e empresários rurais e os demais setores dominantes da sociedade: um duplo movimento de adaptação tanto aos privilégios já consagrados pelo costume, quanto aos emergentes, gestados juntamente com o desenvolvimento econômico e a modernização agrícola.

4.6. O 'ethos' da propriedade fundiária

Cimentando esta colaboração mútua entre os dominantes, vale destacar a imensa significação simbólica da grande

propriedade fundiária no Brasil, que persiste como valor cultural e social não apenas para as pessoas, grupos, frações e classes dominantes, mas, em algumas conjunturas, desdobra-se para toda a sociedade.

Ser grande proprietário de terras no Brasil é sinônimo de prestígio, "status" e autoridade. Diria mesmo que a implementação de um modelo de desenvolvimento que "casou numa figura única" o capitalista e o grande proprietário de terras; as novas relações e alianças que se estabelecem entre o capital e a propriedade capitalista, a imensa força política dos grandes proprietários de terra, desproporcional ao seu peso econômico, são processos que, por sua vez, também expressam a apologia da grande propriedade no país e que confirma a máxima tão difundida no nordeste de São Paulo - a "Califórnia brasileira" - onde se concentra um dos mais modernos setores do empresariado rural: "(...) si tienes capital eres burgues, si tienes caballo eres caballero, todavia, si tienes tierras eres rey".

As leis, as instituições políticas, os tribunais e o direito consubstanciam este 'ethos' da grande propriedade fundiária, com o cuidado de, ocasionalmente, conceder pequenos direitos aos trabalhadores rurais e, continuamente, preservar o monopólio e os privilégios dos grandes.

Hoje, a propriedade está mais protegida e cercada pelas leis, pela força, pelo capital territorializado e pelo Estado. A integração de capitais gerou ao nível dos dominantes interesses muito mais amplos, e assim os grandes proprietários de terra se sentem mais seguros porque não contam apenas com aliados potenciais, mas com parceiros que têm interesses em comum.

A grande propriedade fundiária com suas tradições e modernidades traz consigo o princípio da desigualdade e, conseqüentemente, a resistência, a contestação e a insurgência.

É claro que as transformações econômicas não necessariamente se traduzem simultaneamente em transformações políticas. Mas no caso do Brasil, a grande defasagem entre o econômico, o político e o social, a contemporaneidade das estruturas sociais e políticas arcaicas com um processo econômico moderno, e o 'ethos' da grande propriedade fundiária têm um nome que não se explica tão somente pela influência de nossas raízes agrárias: chama-se subdesenvolvimento; denomina-se dependência.

Velhos conceitos não tão desatualizados assim. Velhas palavras que ao invés de perderem sua dimensão explicativa e operacional, antes, renovam-se com a crise dos anos 80/90, porque presenciamos a sociedade brasileira naufragando na direção da sociedade "afluente".

5. Considerações finais

Vimos, em linhas gerais, como os entrevistados, em meio à reflexão sobre o sindicalismo rural, retratam os adversários de classe dos trabalhadores rurais, e como concebem a questão da exploração e da dominação burguesa. Percebemos ainda quais seriam as suas principais dificuldades em apreender as artimanhas dos dominantes ou identificar o não dito no discurso do poder.

É óbvio que as entrevistas não exprimem a visão de todas as lideranças sindicais rurais e muito menos a do conjunto dos explorados do campo: os depoimentos nos oferecem tão somente o pensar e as experiências de algumas lideranças sindicais que têm em comum o fato de serem vinculadas ou próximas à CUT. É uma visão parcial, com divergências entre si, de pessoas com trajetórias de vida diferenciadas e com uma for-

mação política desigual, porém repleta de significações e referências.

Além do mais, o discurso explícito dificilmente consegue captar os outros meios de expressão, como, por exemplo, o gesto, as palavras de ordem, as pichações de muro, o canto e a vaia, a partir dos quais os trabalhadores rurais se fazem presentes e manifestam a sua visão sobre os dominantes.

Por sua vez, há a mediação de quem se propõe a investigar: os meus pressupostos, a forma como organizo as informações e como relaciono os fatos. Sobre isto, eu gostaria de ressaltar alguns pontos.

No início da leitura das entrevistas, eu tinha uma preocupação muito precisa, numa conjuntura de desmontagem e de reconstrução dos sistemas de dominação e numa realidade de novos e velhos atores sociais e políticos, em entender como os entrevistados visualizavam os lugares, as posições e as oposições de classe e dos dominantes no campo; e através de quais atributos, significações e categorias eles procuravam expressar a unidade e a diversidade destas situações.

Inicialmente eu supus que estas indagações me permitiriam escrever o artigo sem maiores problemas. A suposição era equivocada e as dificuldades logo se apresentaram pois através da fala dos entrevistados eu iria perceber, de outro lugar, o discurso e a prática dos dominantes.

Ao longo das entrevistas fui me deparando com novas realidades sobre a exploração e a dominação burguesa. Os depoimentos sobre os padrões me conduziram ao **capitalista coletivo** e à importância da hierarquia patronal nas relações entre dominantes e dominados. Os relatos sobre a agroindústria permitiram-me conhecer com mais clareza as mudanças na composição das classes sociais e nas relações de classe. As dificuldades dos entrevistados transmitiram-me a força e a fragilidade do discurso ideológico, a suposta e a real habilidade dos grandes proprietários de terra, a apologia da grande propriedade fundiária e alguns outros tantos fatos, que só adquirem visibilidade na reflexão sobre o cotidiano do enfrentamento e que possibilitaram-me pensar a relação entre **competitividade** e **combatividade** como elementos constitutivos de um mesmo processo político.

Fico devendo, no entanto, um exame mais cuidadoso sobre o lugar do Estado. Numa releitura das entrevistas percebi que as relações de poder das instituições governamentais e de seus representantes não só ultrapassam as

meras funções de governo como também ocultam e generalizam os mecanismos de exploração e de dominação burguesa¹¹.

Seria igualmente importante pensar com mais vagar sobre o fato de que é precisamente nas regiões onde a presença do Estado é marcante que a figura do “pelego” e a prática da cooptação apresentam-se com uma força muito maior.

Outra possibilidade de análise seria ressaltar o modo como a percepção das lideranças sindicais acerca da exploração e da dominação burguesa, em certa medida, condiciona toda a discussão sobre as possíveis alternativas de organização do sindicalismo rural no Brasil. Mas isto foge às minhas possibilidades, pois exigiria um conhecimento muito mais aprofundado sobre a questão sindical hoje e uma clareza maior sobre o sentido das lutas no campo.

Mas cabe aqui algumas observações de fundo sobre o modo como os entrevistados retratam a questão da exploração e da dominação burguesa.

Em primeiro lugar, percebe-se um privilegiamento da prática sindical como sendo o terreno onde se explicita a luta de classes.

O sindicalismo seria então o cenário de reconhecimento dos adversários de classe dos trabalhadores rurais e o universo de construção das figuras do latifundiário e do empresário rural enquanto categorias políticas que buscam expressar a unidade das situações de classe do conjunto dos dominantes e orientar as lutas dos trabalhadores rurais como se os processos sociais e políticos fossem praticamente reduzidos à atividade sindical.

Ao meu ver, este privilegiamento deve-se principalmente à memória histórica de oposição e de resistência do sindicalismo rural no Brasil que, em determinadas situações e conjunturas, teve um papel decisivo na relativização da “lei do patrão” e foi um dos meios de contrapor o poder público ao poder privado dos grandes proprietários de terra¹². Mas deve-se, também, à própria concepção sindical dos entrevistados: apesar das divergências existentes, todos encontram-se empenhados na construção de um sindicalismo “classista” que seja a referência política do conjunto dos trabalhadores. No

fundo, esta ampliação do horizonte da prática sindical tem muito a ver com o autoritarismo e a história política da sociedade brasileira, quase toda ela marcada pela imposição de limites muito estreitos à cidadania.

Em segundo lugar, é possível deduzir que, em termos genéricos, é considerado movimento social apenas as mobilizações dos trabalhadores rurais, pouco se admitindo a existência de um movimento patronal. A ação dos dominantes é reduzida à “grita”, às “táticas” ou às “mobilizações”, resultando daí, talvez, a dificuldade de perceber, por exemplo, o fenômeno UDR para além da violência, e de se entender que, paralelamente ao avanço político dos trabalhadores do campo, presenciamos, nos anos 80, o aparecimento de um movimento patronal forte, com reivindicações próprias e com uma forma inovadora de luta - a luta de massas - que se expressou através da UDR, mas não somente dela, como também da Frente Agrícola para a Agropecuária Brasileira (Faab), da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), significando, talvez, um novo momento político no campo e, certamente, o deslocamento do centro dinâmico do processo político, para a sociedade civil¹³.

Esta forma de considerar os movimentos sociais tão somente como o universo dos explorados do campo, privilegiando-os como um verdadeiro contrapoder popular em busca de expressão política, é objeto de reflexão de Mari- lena Chauí: “(...) a luta contra o autoritarismo, encarnada preferencialmente no Estado, levou à crença difusa na existência da sociedade civil como pólo contraposto ao aparelho estatal e espaço de liberdade, se não de ação, pelo menos de opinião. Para a autora, “(...) há o risco de se esquecer que a sociedade civil, enquanto tal, é o lugar por excelência da reprodução da exploração e da dominação política” (grifo meu) (Chauí, 1982:123).

Como última observação de fundo, vale colocar que é possível perceber a coexistência de duas concepções diferenciadas de luta de classes no conjunto da reflexão das lideranças sobre as classes e grupos dominantes no campo.

A primeira retém uma certa idéia de luta como sendo a confrontação objetiva de interesses onde a ação histórica dos homens seria então a expressão deste confronto objetivo¹⁴.

11 Sobre o assunto, ver Palmeira (1989).

12 Sobre o assunto, ver Medeiros (1989), Novaes (1987) e Palmeira (1985).

13 Sobre a questão do deslocamento do centro dinâmico do processo político para a sociedade civil, ver Martins (1989:135).

14 Ver Novaes (1989:17-18).

Esta concepção fundamenta a apreensão das contradições de classe sobre os antagonismos 'salário versus lucro' e 'propriedade versus não-propriedade'. Ela também reforça um certo mecanicismo de oposições que alicerça as interpretações sobre a exploração e a dominação. Neste sentido, temos então o latifundiário versus o empresário, e o arcaico versus o moderno.

Esta lógica dos determinantes objetivos é em grande medida responsável, como vimos, pela tendência a se pensar as classes dominantes no campo tão somente através da exploração. Há uma grande dificuldade por parte dos entrevistados em perceber a amplitude e as implicações da dominação política e ideológica e entender as inúmeras mediações e relações entre estes dois processos.

Numa sociedade como a nossa, que pouco progrediu em relação à pobreza e onde o acúmulo de bens gera a ostentação e o esbanjamento, num contexto de flagrantes desigualdades de classe, é inevitável que as interpretações e mesmo os conflitos ressaltem os determinantes econômicos e reforcem a tendência a reduzir tudo ao jogo constante dos interesses de classe, impedindo, às vezes, a percepção de que **nem toda dominação é a expressão de uma dominação de classe**, assim como **nem toda relação social se inscreve nas relações de classe**.

Mas é importante compreender que as designações latifundiários e empresários são complementares, não opostas, porque ambas inscrevem-se em um mesmo espaço de significações e referências e ambas englobam a especulação, a improdutividade e o lucro. Em conjunto elas instituem uma nova realidade, onde novas e velhas formas de dominação e exploração convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário, atrás do banqueiro organiza-se a Associação de Criadores, atrás das Sociedades Anônimas decidem os clãs familiares, atrás do "rei da produtividade" flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador.

A segunda concepção não se limita a pensar a luta e as classes sociais apenas como produto das condições objetivas mas também como a "(...) ação de instituições e homens que formulam palavras de ordem e propõem diferentes caminhos e recortes para a construção do projeto de classe" (Novaes, 1989:18).

Esta concepção está presente na íntima relação entre exploração, luta e organização, nas inúmeras tentativas de se entender os processos sociais e políticos da modernização agrícola, e na visão de organização dos traba-

lhadores como uma das resultantes do enfrentamento com as classes e grupos dominantes.

De um modo geral, quando os entrevistados se fixam no discurso analítico, predomina então a idéia de luta de classes como sendo a confrontação objetiva de interesses. No entanto, quando eles se adentram no cotidiano dos trabalhadores rurais e no relato de suas experiências de vida, a apreensão da exploração e da dominação burguesa é muito mais rica porque é incorporada à dimensão de processo histórico, e então questões como, por exemplo, a cooptação e a figura do "pelego" são projetadas para além do circunstancial e do individual.

O mesmo ocorre com as categorias que informam sobre os dominantes. Na diversidade de personagens e de situações existentes os entrevistados procuram reinscrevê-los em novos códigos, conceitos e pessoas, e buscam reconstruir novas e velhas significações políticas: nos relatos sobre o Norte e o Nordeste é a figura do **latifundiário** que predomina e expressa a unidade das situações de classe do conjunto dos dominantes. O latifundiário, tanto pode ser o grande proprietário de terras, como também o empresário, o usineiro, as mineradoras, as madeireiras, o Estado, etc. Ao passo que na região Sul e no Sudeste a categoria que informa sobre os dominantes e que orienta a luta dos trabalhadores do campo é o **empresário**, que, por sua vez, tanto pode ser o latifundiário, o grande proprietário, a agroindústria ou a burguesia.

Para finalizar, gostaria de dizer que a preocupação das lideranças sindicais e suas tentativas de entender a diversidade do campo - diversidade esta que de modo algum é a outra face do Brasil e sim também a sua face - confirmam que os "rurais" têm muito a contribuir na reflexão sobre as possíveis alternativas políticas da sociedade brasileira, considerando as novas relações que se estabelecem entre o capital e a propriedade fundiária; a heterogeneidade das relações sociais no campo; a diversidade da pequena produção e a presença de integrados e excluídos; os bóias-frias que são operários da construção civil; motoristas, cortadores de cana, tratoristas associados ao Sindicato da Alimentação. E mais, a luta pela terra e contra as estratégias discriminadoras da política agrícola; a realidade e as especificidades dos mercados de terra, de produtos e de mão-de-obra. Tudo isto e muito mais explica porque o sindicalismo no campo não foi e não é construído tão somente como lugar histórico da administração das relações entre o capital e o trabalho.

Desde cedo e sempre, os trabalhadores rurais se viram face a face com algumas particularidades e muitas

controvérsias teóricas e políticas sobre a agricultura, o que de certa forma possibilitou-lhes repensar os padrões clássicos para se pensar a luta e as classes sociais no campo. Por exemplo, a presença do latifúndio “tradicional” e a existência do pequeno produtor familiar pouco se adequam aos esquemas explicativos das classes fundamentais do capitalismo, o proletariado e a burguesia¹⁵.

Esta diversidade do campo explica também a presença de uma outra concepção de luta de classes que não se rege apenas pelas condições objetivas, e permite ainda que se comece a pensar a questão da aliança operário-camponeza fora das formulações teóricas - onde se reza que as demandas dos trabalhadores do campo estariam subordinadas aos interesses “revolucionários” do proletariado. Ou seja, pensar a aliança como articulação de categorias e identidade de interesses, onde “(...) o sujeito, sua forma de ver as coisas, sua cultura (...) influem no seu processo do dia-a-dia, na construção do sindicalismo e na proposta de organização” (Cedi, 1990:19).

Só espero que estes processos, ainda em gestação, ganhem força e sejam o início de uma nova prática política que neutralize uma das mais eficazes (arti)manhas da ideologia, essa tendência a multifacetar as pessoas através de suas inúmeras práticas sociais, permitindo assim a separação entre o social e o privado e o particular.

Eu, pessoalmente, desconfio muito dos anunciadores de um novo mundo que, no dia-a-dia, continuam os mesmos opressores de sempre.

Este artigo tem muito a ver com a prática da reflexão coletiva. Neste sentido, aproveito a oportunidade para agradecer a Clara Evangelista, Diógenes Pinheiro, Gustavo Soto, Jorge Eduardo Júlio, Mônica Mateos e Paulo Vicente de Lima, alunos do Mestrado em Desenvolvimento Agrícola do CPDA/UFRRJ. Não fossem pelas discussões em sala de aula, este trabalho não teria sido elaborado.

Agradeço aos colegas e aos “visitantes” do Grupo de Sindicalismo do Cedi, em particular, a Regina Novaes que, no decorrer das nossas discussões no Grupo, tanto contribuiu para a reflexão sobre as classes sociais.

Quero agradecer também a Leonilde Medeiros que pacientemente ajudou-me em todos os momentos em que as indagações impediam-me de seguir adiante, chamando-me a atenção para vários aspectos das entrevistas e da problemática, que, de outro modo, eu não os teria percebido.

Agradeço, ainda, a Suzana Pessoa Soares, pela dedicação com que revisou este artigo. Suzana, além de solidária, possui a qualidade de dar vida às idéias.

Finalmente, peço desculpas a Bebel, minha filha, “pe-lo nosso tempo roubado”.

Referências bibliográficas

BAUDEL WANDERLEY, Maria Nazaré

1990 - “A Questão Agrária na Atualidade: quem é o agente do progresso?” Pipsa - Balanço 10 anos. Rio de Janeiro, mimeo.

BNDES

1988 - “Mudanças Estruturais nas Atividades Agrárias: uma análise das relações intersetoriais no Complexo Agroindustrial brasileiro”, in: *Estudos BNDES 9*. Departamento de Estudo - DEEST, maio.

CEDI

1990 - “Sindicalismo no Campo - Avaliação, Perspectivas e Desafios (entrevistas)”. *Cadernos do CEDI* nº 20. São Paulo, Cedi.

CHAUÍ, Marilena

1982 - *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Editora Moderna.

DEBRUN, Michel

1983 - *A Conciliação e Outras Estratégias*. São Paulo, Brasiliense.

DELGADO, Guilherme Costa

1985 - *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil (1965/1985)*. São Paulo, Ícone/Unicamp.

1990 - “A Questão Agrária Hoje”. Pipsa - Balanço 10 anos. Rio de Janeiro (transcrição de fita).

HEGEDÜS, András

1984 - “A Questão Agrária”. In: HOBBSAWM, Eric. J. *História do Marxismo* (vol.IV). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARTINS, José de Souza

1989 - *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo, Hucitec.

15 Sobre o assunto, ver Hegedus (1984).

NOVAES, Regina Reyes

1987 - **De Corpo e Alma: Catolicismo, Classes Sociais e Conflito no Campo**. Tese de Doutorado, DCS/FLCH/USP, mimeo.

1989 - "Dissolvendo a Neblina: os 'rurais' na CUT". Mimeo.

OFFE, Claus

1989 - **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo, Brasiliense.

PALMEIRA, Moacir

1985 - "A Diversidade da Luta no Campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". In: PAIVA, Vanilda (org.) **Igreja e Questão Agrária**, São Paulo, Loyola.

1989 - **Modernização, Estado e Questão Agrária**. Mimeo.

REIS VELLOSO, J. P.

1990 - "Idéias para a Estratégia Industrial e Tecnológica". In: REIS VELLOSO, J. P. (org.) **A Nova Estratégia Industrial e Tecnológica e o Mundo da III Revolução Industrial**. Rio de Janeiro, José Olympio Editores.

SEMLER, Ricardo

1988 - **Virando a própria mesa**. São Paulo, Editora Best Seller.

THOMPSON, E. P.

1989 - **A Formação da Classe Operária Inglesa (vol.III)**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Política de conflitos – o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1968-1990)

*Alfredo Wagner Berno de Almeida**

Grupos indígenas e camponeses, procurando desesperadamente a sua autopreservação, podem ter sido impelidos, a partir do final dos anos 1960-70, em inúmeras regiões da Amazônia, a uma **política de conflito**. A finalidade precípua deste movimento consistia numa defesa espontânea contra as investidas de interesses agropecuários, madeireiros e mineradores que, incentivados pela ação governamental, abalavam o sistema de arrendamento preexistente. A ação fundiária oficial, através da “colonização dirigida”, intrusou inúmeras áreas indígenas¹ e, com a concessão e alienação de imensos domínios territoriais a grandes grupos econômicos, levou a ameaça de destruição a posses já consolidadas ou em fase de consolidação pelas famílias camponesas.

A inflicção de danos, pela beligerância dos mencionados grupos econômicos presentes proprietários de áreas não tituladas, desencadeou um processo de violência permanente, cujas proporções ultrapassam, em larga medida, os mecanismos coercitivos que tradicionalmente sustentam os latifúndios. O traço essencial desta violência é que não sendo capaz de criar de imediato valores monetários, ela arrebata brutalmente os recursos básicos e o produto do trabalho de antagonistas mais frágeis (ENGELS;

1976:145). A força dela derivada pressupõe, portanto, condições econômicas prévias bastante reais para seu exercício.

Nos meandros deste sistema repressivo (MOORE Jr; 1973), a força tornou-se, todavia, um instrumento tão efetivo de controle e coerção, quanto de reivindicação e luta. Vistos sob este prisma, os conflitos constituem não apenas uma manifestação de autodefesa, mas também uma forma de índios e camponeses lidarem com as pressões que se adensaram sobre suas terras num determinado período de tempo. Mais do que isto, passaram a significar uma maneira de se relacionarem com os aparelhos de poder, cuja característica maior de intervenção refere-se à “administração por crise”, e com a sociedade nacional.

Estes segmentos camponeses conflitantes, designados como **posseiros**, numa interpretação preconcebida tem sido classificados como grupos sociais de “difícil organização”, que “não tem nada a perder” e que apostam sempre nas possíveis vantagens de uma “radicalização”, insistindo no confronto a todo custo. Mesmo considerando que a classificação de **posseiros** é uma designação genérica com diferenciações internas por serem aclaradas, pode-se asseverar justo o contrário.

* Antropólogo

N.A. O presente artigo, com pequenas alterações e achegas, constitui um dos tópicos do segundo capítulo do trabalho intitulado **Conflito e Poder. Os conflitos agrários na Amazônia, segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1968 - 1989)** apresentado ao PNUD-SUDAM em janeiro de 1990.

N.E. Do conjunto dos artigos que compõem esta publicação este é o único que não se remete diretamente ao Caderno do CEDI nº 20. Sua inserção na presente coletânea se justifica por recuperar a experiência de organização sindical na Amazônia e trazer uma interpretação sobre as questões tratadas naquele caderno.

1 Em 18 de setembro de 1974 INCRA e FUNAI celebraram convênio “perquirindo a delimitação e a demarcação das terras dos índios localizadas nas áreas de atuação do INCRA” (Cf. “INCRA - desenvolvimento e integração. GT-Por 724/76”. Brasília, 1978). As áreas de atuação do INCRA incidem em inúmeras áreas indígenas na Amazônia, ou mais exatamente, no Mato Grosso, Pará, Acre, Goiás, Maranhão e nos territórios Federais de Rondonia e Roraima.



Posseiros na Gleba Curral da Pedra, Conceição do Araguaia – Pará

Está-se diante de pequenos produtores agrícolas, que compõem unidades de trabalho familiar, detentores de benfeitorias, roçados e animais de tração. Não se encontram subordinados por modalidades de trabalho assalariado. Constituem-se em “camponeses livres”, que abriram áreas próprias de cultivo em terras devolutas e disponíveis, à margem das grandes explorações agropecuárias. Mantém ligações com os circuitos de mercado de produtos agrícolas independentemente de “plantations”, agroindústrias ou projetos pecuaristas. Através do processo de ocupação das chamadas “terras livres” da Amazônia, adquiriram capacidade econômica e operacional para suportarem pressões e travarem confrontos prolongados, ainda que técnica e bélicamente desiguais. Observe-se que, nos conflitos de terra na Amazônia, a sofisticação técnica pode não superar obstáculos naturais como a densidade das florestas e as chuvas abundantes. Isto pode levar os que detém instrumentos mais rústicos,

artesanais, imperfeitos ou tecnologicamente mais atrasados a lograr vitórias parciais, que são o suficiente para garantir uma área de plantio ou para assegurar pelo menos uma colheita.²

Em termos de capacidade de mobilização, trata-se de camponeses que, no decurso de anos de migração e deslocamentos sucessivos, tiveram também algumas experiências anteriores de confronto.

Os antagonismos repetidos levaram ao contato com as estruturas de poder e à percepção mais integral de seus direitos constituídos. Neste sentido é que se pode afirmar que não só possuem “recursos táticos” (WOLF; 1984: 346-348) mas também capacidade mobilizatória, conseguindo **transformar os mecanismos coercitivos de dominação em conflito e até mesmo em violação de seus direitos assegurados em lei**. Desnaturalizam formas de dominação, politizando suas relações com os aparelhos de poder e demais instituições, notadamente a

² Os relatos dos trabalhadores rurais sobre a utilização de veículos com chapas de ferro adaptadas, a molde de carros blindados, por milícias privadas na invasão do povoado de Aldeia, região de Bacabal (MA), no carnaval de 1988, e no despejo de posseiros da Fazenda Santa Teresa em Redenção (PA), no decorrer de 1986, assinalam a impossibilidade de se locomoverem em valas abertas nos caminhos e no período das chuvas. Nas duas oportunidades mencionadas as “inovações” bélicas, de onde partiam os disparos com armas de fogo, tiveram seu uso limitado por recursos naturais ou noções rudimentares de autodefesa.

partir do fim da primeira metade dos anos 1970-80. Em decorrência, há zonas críticas de conflito e tensão social de caráter crônico. Há situações de conflito que já perderam há mais de duas décadas e se projetam igualmente como inegociáveis. Localizam-se nos vales dos rios Pindaré, Grajaú, Tocantins, Araguaia e Purus, ou seja, na Pré-Amazônia Maranhense, no Sul do Pará, no norte de Goiás (hoje Tocantins), no norte do Mato Grosso e no Acre. Tal persistência pode ser entendida como uma ruptura com os mecanismos de imobilização da força de trabalho e de expropriação camponesa que sustentam o mencionado sistema de agricultura repressiva, sugerindo situações de um relativo equilíbrio de forças que não permite que se assinala quaisquer vitórias definitivas.

A representação dos conflitos agrários como forma de relação é, entretanto, dinâmica e não se acha confinada espacialmente. Se é fato que há ocorrências de conflito que persistem em determinadas regiões, é igualmente verdadeiro que sua configuração conhece alterações no tempo. Os estratagemas de confronto urdidos são redefinidos sucessivamente. A manutenção da ocupação das áreas de cultivo e moradia pelos camponeses implica numa compreensão dos movimentos dos antagonistas. Assim, no decorrer de uma situação de conflito, num único período de tempo, tanto pode haver um aumento da coerção, quanto um aumento das reivindicações. Os conflitos numa área sob jurisdição do GETAT, entre 1980 e 1986, denominada Bico do Papagaio, ilustrariam sobremaneira esta concomitância.

As redefinições certamente acarretam uma mobilização contínua. A cada ciclo agrícola o clima de "paz armada" dura até o final da estação das águas, em junho ou julho. Com a preparação das áreas para o plantio, os enfrentamentos diretos se sucedem. Os povoados camponeses e os chamados centros conhecem uma nova divisão de trabalho. Há os que cultivam nos roçados dispostos continuamente e há os que vigiam. Mais numerosos, os camponeses se dedicam a superar suas deficiências técnicas de armamento com vigilância extrema e recursos simples para evitar ações imprevistas, tais como: valas abertas nos caminhos e troncos caídos obstruindo as veredas de acesso. Sobretudo os que vem dos garimpos conhecem algumas técnicas elementares de engenharia, seja para cavar rápido, seja para desviar pequenos cursos d'água. O que se tornaria difícil fazer com trabalho assalariado, nestas regiões de mata, os camponeses executam segundo suas regras de reciprocidade positiva, obtendo um equilíbrio relativo de forças face ao poder bélico de milícias privadas.

Mediante desdobramentos desta ordem, os conflitos inclinam-se a ser também uma forma de organização embutida na realização do processo produtivo e que requer adaptações aos confrontos prolongados e sem perspectiva imediata de resolução. O "poder tático" (WOLF; *ibid*) de que dispõem pode conhecer limitações e pressupor, no tempo, mediações e apoio externos, tanto quanto níveis mais formais de organização. Situações de inegociabilidade e de pressão continuada podem ter facilitado, assim, a mediação externa pelo clero local antes mesmo da mediação haver sido definida pelas autoridades eclesiásticas como política de intervenção e assessoramento regular em conflitos agrários na Amazônia, tal como assinala a criação da CPT em 1975.

Por outro lado, observa-se que os conflitos se difundiram de maneira mais veloz e difusa do que a estrutura sindical dos trabalhadores rurais naquele momento poderia assimilar. O programa de reivindicações da CONTAG, cerceado pelo golpe militar de 1964, somente foi retomado após as eleições sindicais de 1968 e concentrava-se, principalmente, no Nordeste e no Centro-Sul do país, regiões com maior mobilização e mais afetadas pela repressão aos movimentos camponeses que se seguiu ao golpe militar. Na diretoria eleita para a CONTAG em 1968 não havia nenhum representante da Amazônia, aliás nem compoendo a diretoria, nem entre seus suplentes, nem no Conselho Fiscal. Embora a Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará tenha sido criada em dezembro de 1968, este ato não representava exatamente uma intensa organização sindical na região, onde apenas sete Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) eram reconhecidos. A Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (FETAEMA) foi fundada em abril de 1972, quando estavam reconhecidos 12 STRs. Tal representação formal era por demais restrita e apresentava baixos índices de representatividade.

Os conflitos enquanto forma de organização tanto conduziram os camponeses a criar e ampliar suas entidades sindicais como, mais frequentemente, possibilitaram que se vinculassem às instituições confessionais e demais associações voluntárias de apoio tomadas mediadores externos. Mesmo que não se excluam e, em grande parte, sejam complementares, estas vias de acesso a mobilizações mais organizadas apresentam sensíveis diferenças no encaminhamento das reivindicações camponesas e no encaminhamento de resoluções dos antagonismos. Outrossim, concorreram para o fortalecimento de movimentos sociais que surgiram fora dos marcos tradicionais do controle

clientelístico, fixando as bases de uma organização camponesa autônoma e com projetos próprios.

I

Os STRs, entretanto, encontravam-se engolfados por dispositivos legais reguladores no início dos anos 70. Deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS). Tal reconhecimento não se dava imediatamente à fundação e podia se prolongar por vários anos. O STR de Imperatriz(MA), por exemplo, foi fundado em 29 de janeiro de 1967 e só veio a se reconhecer quase sete anos depois, em 31 de dezembro de 1973. Além do controle burocrático, registram-se sanções. Os aparelhos de poder ordenavam a intervenção em STRs, através da cassação da carta sindical. Foi o que ocorreu com o STR de Pindaré-Mirim(MA) em 1970, no bojo de inúmeros conflitos provocados pela destruição dos roçados pelos rebanhos de grandes pecuaristas. Estes condicionantes não estimularam num primeiro momento, no caso da Amazônia, que as mobilizações decorrentes dos conflitos fossem canalizadas para os STRs.

Num momento imediatamente posterior, com a aprovação da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o Prorural, conhecido também como Funrural, os próprios órgãos oficiais incentivaram a criação de STRs. Havia um nítido propósito de tentar arrefecer as mobilizações camponesas pela transformação dos organismos de representação em núcleos de atendimento médico e assistencial. Visava-se despolitizá-los, enquanto órgãos de encaminhamento de reivindicações e, pelo assistencialismo, acoplá-los harmoniosamente a uma suposta delegação de políticos clientelistas detentores do poder local. Pretendia-se, enfim, quebrar com os mediadores externos, tomando os STRs uma extensão dos aparelhos de poder. Seria este o "sindicalismo autêntico", nos termos do então Ministro do Trabalho, Júlio Barata, em pronunciamento na solenidade de encerramento do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no dia 25 de maio de 1973, em Brasília:

"O PRORURAL é fortalecimento do sindicalismo autêntico, porque à sombra desse programa estão surgindo os Sindicatos Rurais, já com propósito de prestação de serviços e não apenas com propósitos reivindicatórios." (Barata in: CONTAG, 1973:159)

Em palestra proferida neste mesmo evento e igualmente reproduzida nos Anais do Congresso (Contag: 1973), o presidente do Conselho Diretor do Funrural, Lúbero Massari, asseverou:

"Preparem-se os Sindicatos para uma campanha de instalação de ambulatórios, em todo o Brasil, porque este é caminho certo para evitar o mal maior que é o caminho do hospital." (Massari in: CONTAG, 1973:82)

Ocorreu um crescimento vertiginoso do número de STRs, sobretudo na Amazônia, onde já eram dados como linha auxiliar do programa de colonização. No Pará teriam sido "criados ou consolidados" 29 STRs no decorrer de 1972.³ No Maranhão, que possui 12 STRs em abril de 1972, um ano e dois meses depois contava com 87.⁴ Neste período as instituições religiosas dão os primeiros passos no sentido de fortalecer as "oposições sindicais" naquelas entidades que haviam sofrido intervenção direta do MTPS ou que estava sob "intervenção branca" com falsos dirigentes vinculados aos órgãos oficiais de repressão.

As próprias Federações do Mato Grosso, do Maranhão e do Pará cindiam-se entre os STRs formados a partir das mobilizações características dos conflitos e da condução de campanhas reivindicatórias e, do outro lado, aqueles de direção burocrática e assistencialista. Estes últimos tornaram-se também alvo das "oposições sindicais", que os denominavam de "pelegos". As polêmicas em torno da fundação de um STR envolviam, assim, diferentes forças locais, no pleito municipal de 1972, reproduzindo os confrontos do âmbito dos conflitos agrários na cena política regional. O que seria, aos olhos dos planejadores governamentais, uma despolitização das entidades sindicais, em verdade representou uma maior politização dos conflitos. Não obstante, ainda resultava por demais frágil a estrutura sindical dos camponeses na Amazônia. Quando comparada com outras regiões do país, esta constatação torna-se mais flagrante. Enquanto na Região Nordeste (AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE) havia, em dezembro de 1972, cerca de 678 STRs e mais de 1.255 delegacias sindicais, nas regiões Norte e Centro-Oeste, abrangendo a Amazônia Legal e o que hoje corresponde a Goiás e Mato Grosso do Sul, registrava-se apenas 169 STRs, assim distribuídos: 87 no Maranhão, 34 no Pará, 26 em Goiás e 22 no Mato Grosso. No Pará e no Mato Grosso registravam-se respectivamente 71 e 93 delegacias sindicais. Havia ainda uma Delegacia da

3 Para um aprofundamento da história das organizações sindicais no Pará, consulte-se: GUERRA, 1988.

4 Para um aprofundamento da história das organizações sindicais no Maranhão, consulte-se: ALMEIDA, 1981.

CONTAG no Amazonas. A instalação da Delegacia do Acre só ocorreria em novembro de 1975.

A diretoria da CONTAG, em certa medida, e com maior cautela, favorecia também aquelas mencionadas "oposições sindicais", embora advertindo para os riscos de se constituírem "entidades paralelas". Defendia uma oposição interna, que não fosse negadora do papel dos STRs. Concomitantemente já delineava orientações no sentido de que não se deveria confundir a reforma agrária com a colonização oficial. Os anais do II Congresso registram este esforço e explicitam a noção de conflitos agrários formulada pela entidade.

No discurso de abertura do referido Congresso o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, define as "tensões sociais" como problemas "gerados pela estrutura agrária arcaica" (Silva, J.F. in CONTAG 1973:75) e vinculados às áreas de colonização antiga, que apresentam elevados índices de concentração fundiária.

Não há praticamente menção a conflitos na Amazônia, senão numa referência vaga aos "peões do norte do país" (SILVA, J.F., *ibid.*) sujeitos a "tratamento desumano" (*ibid.*).

As medidas alusivas à resolução de conflitos concernem às desapropriações, conforme aditivo do plenário às conclusões da Comissão de Reforma Agrária e Colonização (CONTAG, 1973: 136), e à criação de uma justiça agrária (*ibid.* 125).

Os "peões" são referidos porque promoveram manifestações e protestos, quando da visita do General Garrastazu Medici ao Projeto Jari, no Amapá, no início de 1973⁵, e o MTPS promoveu fiscalização na região. São referidos também, embora não haja menção, em virtude da ação do STR de Conceição do Araguaia (PA), que fundado em 1971, com 203 associados, já possuía cerca de 900 filiados um ano depois⁶. Este STR prestava assistência jurídica a "peões" e exigia a instituição de um sistema de contratação direta entre os fazendeiros e os "peões", eliminando os empreiteiros e os denominados "gatos". Tratava-se de um período em que começavam a ser implantados alguns projetos agropecuários incentivados pelo FINAM, e o quadro em Conceição do Araguaia era assim decrito;

"... chegavam também frequentemente à cidade caminhões carregados de trabalhadores do Piauí e do Maranhão, principalmente das cidades de Grajaú, Barra do Corda, Caxias e Coroatá. Os empreiteiros

costumam fazer promessas que jamais serão cumpridas". (*ibid.*)

O STR de Conceição reivindicou a criação no município de uma Junta de Conciliação e Julgamento que poderia, no seu entender, acelerar os processos de reclamações trabalhistas. O Tribunal Superior do Trabalho, porém, considerou o município sem os requisitos necessários para isto.

Prevalecia, pois, se observado este nível de reivindicação, uma interlocução com os aparelhos de poder, como se o aumento da presença deles na região pudesse dirimir os conflitos e tensões e corrigir as distorções na estrutura fundiária.

II

No memorial entregue ao General E. Geisel, em maio de 1974, a CONTAG critica as práticas dos políticos locais de controlarem os STRs, através do PRORURAL e do exercício ilegal de intermediações para ampliar sua clientela:

"A cúpula do FUNRURAL, nos seus pronunciamentos diretos, especialmente de seu diretor-presidente, se tem mostrado contrária a esta presença de intermediários, de "chefetes" políticos, de elementos estranhos à classe, no encaminhamento e concessão de benefícios que decorrem da lei. No entanto, na prática, ainda não se conseguiu evitar que, nos municípios, continuem a agir, impedindo, muitas vezes, a ação sindical, desnaturando os propósitos do sistema e fraudando os interesses do trabalhador e de sua família." (CONTAG, 1974: 41)

A CONTAG objetiva neutralizar o controle clientelístico, que estende a ideologia do favor aos serviços médicos e assistenciais, no âmbito do PRORURAL. Contrapõe-se aos poderes locais que, em algumas regiões, estabeleceram relações de lealdade, através de uso indevido da estrutura sindical, subordinando os camponeses politicamente. Este tipo de intermediação propiciava uma relação conservadora dos camponeses de áreas de conflito com o poder de estado, porquanto baseada em "favores" e não necessariamente em direitos constituídos. De certo modo, há uma similitude entre a ação da CONTAG e a chamada "purificação dos sindicatos", empreendida no âmbito das "oposições sindicais" apoiadas pelas entidades confessionais. Tenta-se livrar os STRs de instrumentos de dominação justapostos à

5 Cf. "Projeto Jari terá de dar assistência a seus empregados". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de março de 1973.

6 Cf. "Peões vivem..." *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 de março de 1973.

sua estrutura de funcionamento que alteram sua finalidade básica. Visa-se também resgatar às entidades sindicais a condução de reivindicações por uma “reforma agrária ampla” (ibid.)

O texto do memorial afirma que a incidência maior dos posseiros é “nas regiões de fronteira agrícola recente (ibid.: 13) e procura circunstanciar as pressões a que estão sujeitos:

“A situação desses trabalhadores é de completa insegurança. Via de regra são desbravadores de regiões pioneiras, de alta fertilidade agrícola; e com a crescente valorização da terra, passam a ser alvo de perseguição e violência...”

São presas fáceis de frequentes conflitos e despejos, os quais tem levado a agudas tensões sociais...

As distâncias, a baixa renda, a falta de influência e acesso ao poder de decisão impedem que o posseiro consiga desde logo seu título de terra.” (ibid.14) (grifos nossos)

Neste documento sindical, os conflitos envolvem os posseiros e as flutuações de preços no mercado de terras, que concorrem para expulsá-los de áreas já trabalhadas e dispostas ao cultivo.

“Entretanto, vemos com apreensão a formação de grandes latifúndios na Amazônia, com os próprios incentivos fiscais, concentrando terra e renda... e já impelindo para fora da terra os posseiros, homens de boa-fé e desbravadores que ali se instalaram à procura da Terra Prometida, e que abriram picadas, enfrentaram animais e doenças e agora são expulsos por não terem o título assegurador da posse definitiva.” (ibid. 18)

O interesse de grupos industriais e financeiros do centro-sul do país em extensos domínios territoriais na Amazônia, atinha-se não apenas aos benefícios creditícios e fiscais, mas também à especulação. Entre 1972 e

1974 os preços de terra conheceram aumentos “nunca inferiores a 500%” (BIONDI: 1974) e que chegaram a “10.000% conforme a região do país” (ibid.), afirmaria o economista A. Biondi em artigo publicado um mês após a entrega do citado memorial.

“De um ponto de vista global, a alta decorreu da excessiva entrada de dólares na economia brasileira em 1972 e 1973, sob a forma de empréstimos em moeda, que não tinham aplicação prévia. A massa de cruzeiros resultante da transformação desses dólares, concentrada nas mãos de grandes grupos empresariais buscou lucros especulativos em várias áreas - sobretudo imóveis de luxo, terras agrícolas, papéis de renda fixa...” (BIONDI: 1974)

No Centro-Sul do país, a disparada dos preços da terra vinculava-se à expansão do plantio de soja e sua cotação no mercado internacional. Na Amazônia, entretanto, não havia agricultura comercial em jogo. Pretextavam-se projetos agropecuários e a terra era representada, em verdade, como reserva de valor. Em decorrência, foram aquecidas as transações de terras, produtos de operações fraudulentas de grilagem, que acrescentavam outras extensões àquelas obtidas através da aquisição de terras públicas. Neste período, multiplicaram-se as viagens de grupos de empresários à Amazônia e a própria “colonização dirigida” foi redefinida. Buscava-se dirigir a ação fundiária oficial para a implantação de imóveis rurais de área correspondente a 50.000 ha.

A elevação do preço da terra não inibiu, portanto, os atos de compra a venda na Amazônia. As operações de grilagem cartorial foram indiretamente estimuladas e podiam oferecer grandes extensões a preços considerados baixos. Postergava-se a discussão da dominialidade, como aliás havia sucedido na compra das terras do Projeto Jari, em março de 1967, na compra da Agropecuária

ÁREAS DE TENSÃO EM MATO GROSSO

MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	INÍCIO DO LITÍGIO	OCORRÊNCIAS	PROVIDÊNCIAS
Nortelândia	300	1966	Intimações/prisões	Proc.INCRA
Alto Paraguai	500	1966	Intimações/pris.Homic.	Procs.INCRA
Barra Bugres	100	1972	Intimações/pris.	Levantamento
Barra Bugres	100	1972	Ameaça de despejo	Levantamento
Diamantino	150	1972	Desentendimento/POs.	Discriminação
Nobres	20	1972	Vendas fraudulentas de terras por falsos colonizadores	Processo
Rosário	150	-	Desentendimento/POs.	
Cáceres	200	1969	Ocupação de terras da União/pris.	Discriminatória - INCRA
Cáceres	400	1969	Ocupação de terras da União/pris.	Discriminatória - INCRA
Jaciara	50	1971	Tentativa de Homicídios	Justo.Fed. Proterra
D.Aquino	450	1962	Queima de barracos/ Homicídios/pris.	Just.Fed. Proterra
Poxoreo	500	1969	Prisão/queima casas	Just.Fed. INCRA
Barra do Garça	82	1970	Queima casas/pris.	Just.Fed. INCRA
Alto Araguaia	250	1950	Prisões	Proc.INCRA
Mato Grosso	150	1972	Prisões	Desapropriação

do Amapá S.A. e de dezenas de outros imóveis rurais, cujas extensões eram resultado da soma das áreas de pretensão com aquelas tituladas. (Pinto s/d)

O volume destas transações, acrescido das aquisições de terras públicas e das grandes concessões de domínios, levou a uma relativização da idéia de recursos abundantes na Amazônia. As relações de conflito, numa visão senso-comum, passaram a ser vistas como tentativas de exercer controle dominial sobre “recursos escassos”. De fato havia ocorrido um fechamento artificial de recursos abertos (VELHO; 1976:99-102), promovido pela ação geral do Estado, visto que os grupos privados por si só não podem ou não tem podido executá-lo sem o concurso dos mecanismos repressivos dos aparelhos de poder.

O resultado mais evidente é que, mantida constante a pressão camponesa pelas terras públicas livres e disponíveis, extrapolando as áreas que oficialmente lhes foram destinadas, tais medidas de fechamento revelavam-se um fator de agravamento das tensões sociais. Os extensos domínios das colonizadoras privadas e dos grandes grupos econômicos, tornaram-se zonas críticas de conflito, no norte de Mato Grosso, na Pré-Amazônia Maranhense e no Sul do Pará. Sublinhe-se que cerca de 50% dos 729.731 estabelecimentos com até 50 ha, explorados por posseiros, designados de “ocupantes” pelo IBGE, localizavam-se na região amazônica, de acordo com os dados censitários de 1970.

Registra-se, pois, uma situação de flagrante confronto, acirrando contendas e descontentamentos já acumulados. Os confrontos diretos e violentos tomam-se inevitáveis, distribuindo-se por todas as regiões de ocupação recente. A inevitabilidade dos contornos, neste contexto, parece previsível aos STRs, que conduziam as reivindicações pelo imediato reconhecimento das posses, e às entidades confessionais que exerciam a mediação.⁷

Em agosto de 1974, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso, esboçou uma listagem com as principais áreas de tensão, relatando que aí ocorriam os “maiores e mais numerosos” conflitos do país.⁸ Distribuídos por 15 municípios, atingiam 3.402 famílias. Um deles já se estendia por 24 anos, outro por 14 anos, outro por 12 anos, dois outros por oito anos e os demais nenhum deles com tempo de duração inferior a dois anos.

Ao termo conflito prevalece a utilização de “litígio” e sublinham-se as chamadas “providências” ou medidas adotadas. Por esta coluna observa-se que todos tem enca-minhamentos processuais na justiça ou em órgãos fundiários.

O critério de inclusão na tabela elaborada pela FETAGRI-MT cinge-se a antagonismos legal e institucionalmente reconhecidos. Adota-se um significado restritivo, classificado como litígio, que é um termo do vocabulário jurídico e de uso dos órgãos fundiários oficiais. Acompanha o termo um conjunto de etapas das ações fundiárias: “levantamento”, discriminatória e desapropriação. Não se percebe pretensão de representatividade, nem de amostragem. São ocorrências acompanhadas pela FETAGRI e sob controle institucional. A própria divulgação da listagem seria uma forma de relação com os aparelhos de poder, ainda que traduzida como denúncia e pressão. Estas pendências judiciais, aparentemente diferem da idéia de “conflito”. Conflito seria o antagonismo não reconhecido, que acontece fora dos limites e de uma configuração jurídico-formal. As modalidades de confronto que comporta não seriam absorvidas por aqueles organismos de poder, porquanto consideradas atributo dos aparelhos repressivos. Segundo esta interpretação “conflito” seria o que não se encontra sob controle.

Ao privilegiar o termo “litígio”, a FETAGRI estabelecerá com seus interlocutores uma relação sustentada numa denominação de aparente consenso. Em virtude disto, faz-se prudente ler a tabela como concernente a apenas um dos tipos de antagonismos sociais no campo, isto é, aqueles que expressam um certo nível de institucionalização.

A estes é que se refere toda a literatura oficial sobre “regularização fundiária” do período e a documentação sindical remetida aos aparelhos de poder. Os argumentos giram em torno dos problemas de titulação e a “causa” dos antagonismos é apontada como sendo a grilagem. As listagens produzidas a nível de STRs e de Federações, bem como aquelas das entidades confessionais tem neste critério um ponto consensual. Aparentemente não existiriam divergências.

A despeito disto, novas instituições governamentais passam a se manifestar formalmente no âmbito da questão fundiária e mais uma vez golpeia as pequenas posses em favor dos apossamentos ilegítimos de grandes ex-

7 Estariam pré-dadas as condições que definem a necessidade de novas instituições para coordenar as mediações de conflitos em multiplicação e dispersos, ou seja, estavam lançadas as bases para a criação da CPT, de um lado, e de redefinição da estrutura organizacional das entidades sindicais na Amazônia.

8 Cf. BRAGA, 1974

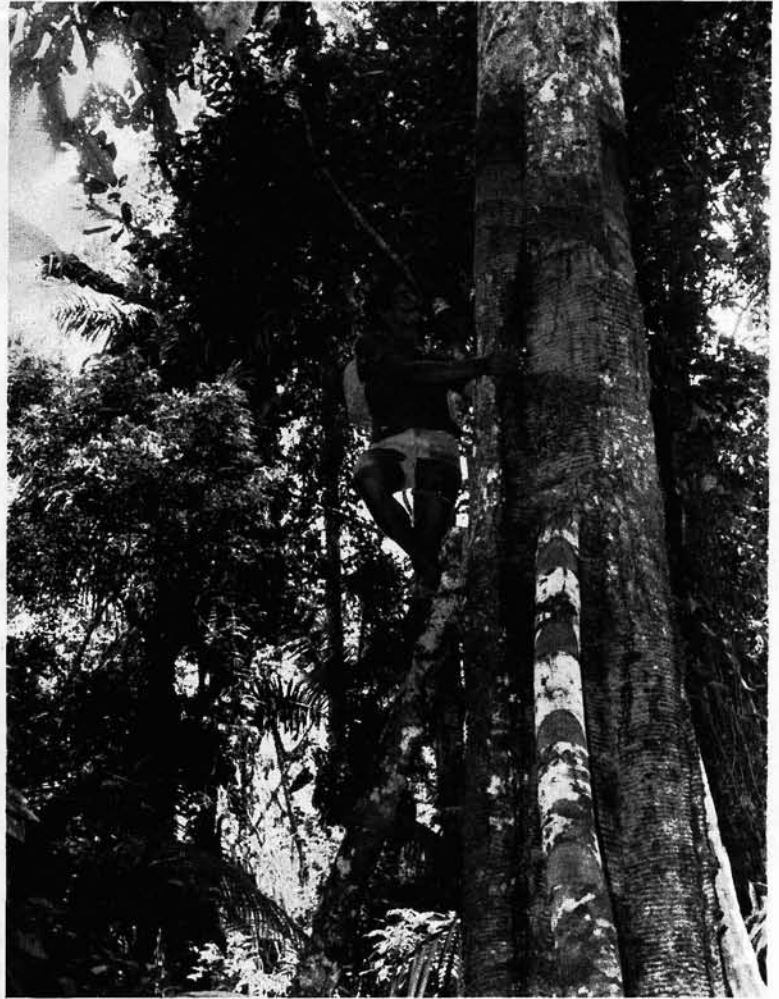
tensões. Num prenúncio do que mais tarde será classificado como “militarização da questão agrária”, o Conselho de Segurança Nacional elabora Exposições de Motivos que, no entendimento dos trabalhadores rurais, estimularam a grilagem:

“Em 1976, o Conselho de Segurança Nacional, através das Exposições de Motivos nº 005 e 006, explicita o seu entendimento sobre questões de regularização fundiária, defendendo que a União reconheça “títulos de propriedade irregularmente transcritos no registro de imóveis”, um estímulo sem precedentes à grilagem e, considerando em evidente prejuízo, dez anos de ocupação, o que contraria uma longa prática de respeito à posse de ano e dia, embasada na legislação vigente e reconhecida pelo INCRA”. (CONTAG, 1981:12)

As polêmicas com os aparelhos de poder, até então mantidas com pressupostos similares, agravam-se. O pano de fundo, que aproximava entidades sindicais, entidades confessionais mediadoras e órgão fundiários, é removido. As divergências passam a existir também ao nível da própria explicação sobre os conflitos agrários, com a formalização da tolerância oficial para com as operações fraudulentas de grilagem. Introduzia-se no mercado de terras imensas extensões territoriais resultado da adulteração de documentos alusivos às cadeias dominiais e da deformação dos registros em cartório. As Exposições de Motivos, entretanto, não emanavam diretamente dos órgãos fundiários, transportando a colisão para escalões mais estratégicos do poder de Estado. Os efeitos coercitivos, tão logo aprofundada a “nova” divergência, de pronto se fizeram sentir:

“O processo das eleições da diretoria da CONTAG em 1977 sofreu uma tentativa de bloqueio por parte do ministro do Trabalho, atendendo orientação do Conselho de Segurança Nacional. E, como a CONTAG não cedesse às pressões e realizasse as eleições, a posse dos eleitos chegou a ser suspensa por um mês.” (CONTAG; 1985: 12)

Do mesmo modo, a pressão sobre as entidades confessionais que se pretendiam mediadoras aumentou consideravelmente. A mudança do interlocutor oficial começava a se fazer sentir e refletia as novas normas para a



A extração da borracha em seringal do Alto Juruá – Acre

administração dos conflitos, do ponto de vista do Estado, que começavam a ser esboçadas.

Os conflitos geram novas instituições e novos procedimentos reguladores de antagonismos, mas não necessariamente no esforço de uma “coesão social” ou de uma “funcionalidade” (COSER; 1975). Há contextos em que a dinâmica dos confrontos conhece profundas dissenções. Antes de serem classificadas como elementos de “coesão”, mais apropriado, talvez, seria classificá-las como contradição. O que o movimento camponês passa a expressar através de suas entidades sindicais e também de seus mediadores externos, é o esboço de um projeto de livre acesso e de redistribuição de terras, que tem efeitos pertinentes sobre o poder de Estado. Este não consegue absorver a emergência de uma força social que ameaça neutralizá-lo e da qual as entidades sindicais e os mediadores representam uma pequena ponta. A ruptura se aprofunda neste final dos anos 1970-80. Os aparelhos

de poder enredam-se cada vez mais numa resolução autocrática dos conflitos. Não conseguem arbitragem, nem mediação discutida ou negociação direta. Tampouco há uma justiça agrária com varas específicas.

Em razão direta deste tipo de resolução, os mecanismos coercitivos passam a ser concentrados em determinada instância de poder, em determinados espaços geográficos, considerados aglutinadores de tensão. Assim é que, na virada da década, o Conselho de Segurança Nacional decide pela criação dos chamados grupos executivos de terra (GETAT, GEBAM) e da Coordenadoria Especial do Acre e definirá regiões amazônicas como prioritárias para sua intervenção.

III

A chamada “linha de atuação coletiva” do movimento sindical dos trabalhadores rurais será fixada a partir da realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado entre 21 e 25 de maio de 1979. O nível de contradição com os grupos dominantes e com os aparelhos de poder impõe uma globalização das lutas e uma coordenação no plano nacional. O presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, no discurso de abertura, manifesta o raio de dispersão das tensões sociais, agora denominadas explicitamente de “conflitos”:

“A estrutura agrária, reforçada por toda uma política de favorecimentos à grande propriedade, que vai desde os incentivos fiscais até o financiamento de projetos agropecuários, é a grande responsável pela marginalização dos trabalhadores rurais e pelos conflitos em torno da terra que hoje se generalizam por todo o país”. (SILVA, J. F. in: CONTAG, 1979: 87, grifos nossos)

Datam deste evento as primeiras decisões das entidades sindicais no sentido de proceder a uma estimativa dos conflitos no país:

“Um levantamento parcial feito nos arquivos de nossa Confederação mostra que, nos últimos três anos, mais de 50.000 pessoas estiveram envolvidos em conflitos de terra em apenas três Estados da Federação (Mato Grosso, Maranhão e Bahia).

Nos Estados de fronteira agrícola em expansão a situação é particularmente grave. Só nos Estados do MT, existem, neste momento 60 casos constatados de tensão social por terra espalhados por 17 municípios. Af, como em Rondônia, Pará, norte de Goiás, oeste e sul da Bahia, Maranhão, Oeste do Paraná, o quadro é sempre o mesmo”.

Conclusões aprovadas pelo plenário, como resultado das discussões realizadas na comissão de Questões Agrárias, reforçam as proposições de realizar um levantamento geral dos conflitos:

“Levantar e indicar as áreas críticas (exemplos: áreas de tensão social, minifúndios e latifúndios improdutivos etc)” (CONTAG, 1979: 155)

A CONTAG inicia a preparação de um quadro geral dos conflitos no mesmo ano em que as entidades confessionais (CPT, CIMI) também passam a se preocupar com este levantamento mais amplo.

Esta coincidência reflete o domínio em que os aparelhos de poder passam a travar as discussões e definir as medidas face aos conflitos. Há uma centralização dos canais decisórios, numa contrapartida ideal a estas tentativas de coordenação geral e de dados mais abrangentes desenvolvidos pelas entidades sindicais e pelas instituições religiosas. O confronto é em bloco, antes que caso a caso. A chamada “linha de atuação coletiva” evidencia uma etapa de luta em que as demandas individuais ganham uma nova consistência.

Seis anos depois um documento da CONTAG interpretaria assim este referido momento:

“Em 1979, o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que reuniu 1.500 delegados em Brasília, passou a ser um novo marco na história das lutas coletivas dos trabalhadores rurais brasileiros. O 3º Congresso foi realizado dentro de uma nova fundamentação e definiu formas de mobilização de uma luta que não pertence a um só trabalhador, ou a um grupo de trabalhadores, mas a toda a classe”. (CONTAG, 1985: 13)

As resoluções do III Congresso reafirmam que os fatores que provocam os conflitos encontram-se atrelados à “grilagem” e à concessão de imensas extensões por parte do Estado, numa contraposição mais global à ação governamental.

“...os conflitos gerados têm sua raiz na ação criminosa de grileiros que vem expulsando os posseiros.” (ibid. 162)

“...que o MSTR exija uma investigação ampla e vertical sobre o surgimento de imensos novos latifundiários a partir da concessão ou venda simbólica de terras públicas, com expulsão de posseiros e surgimentos de áreas de tensão social e conflito.” (ibid.)

As proposições sugerem que se agreguem novas informações às denúncias, quais sejam: “nomes dos grileiros e dos seus aliados”, bem como dos mandantes dos

“dirigentes sindicais assassinados”. Adquirem também um conteúdo político bem explícito ao se posicionarem pela “anistia e pela completa redemocratização do País” (ibid.: 197). E estendem esta politização à “preservação do meio ambiente” (ibid.: 200), ao exigir uma revisão completa nos critérios de desmatamento, em especial por parte da SUDAM, e ao dispô-los também como vinculados ao acirramento dos conflitos.

O levantamento geral que a CONTAG apresenta no decorrer de 1980 refere-se a ocorrências denunciadas pela entidade e que foram acompanhadas pelos STRs (CONTAG, 1981^a). Não se trata de um levantamento dos conflitos agrários do país, mas sim daqueles em que os STRs intervieram conduzindo as lutas. Sua forma de apresentação, ao contrário das entidades confessionais, não resulta em quadros demonstrativos. Não há preocupação com quantidade de ocorrências, amostragem ou série estatística. O levantamento consiste nos casos denunciados em 1980 pela CONTAG, que compreendem 96 “casos graves”, envolvendo 20.687 famílias de camponeses ou cerca de 103 mil pessoas. A seguir se tem relatos sobre as ocorrências, apresentando-as uma a uma segundo as Unidades da Federação. Aqui também os Estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Acre aparecem com grande incidência de conflitos, revelando o peso relativo da região amazônica e dos posseiros no quadro geral dos confrontos.

“Estamos (a CONTAG) sendo processados pela chamada Lei de Segurança Nacional por assumirmos a luta dos trabalhadores do Acre e por protestarmos contra o assassinato de um companheiro nosso, Wilson de Souza Pinheiro, Presidente do Sindicato de Brasília, Acre” (CONTAG, 1981^a., XIII)

Percebe-se uma atuação mais orgânica da CONTAG na Amazônia, com copiosas informações sobre as situações de conflito e com posições incisivas face aos aparelhos de poder, que prosseguiam beneficiando os apossamentos ilegítimos e a concentração fundiária. Em contrapartida, todos os registros aludem a atos de constrangimentos físicos e violência, como se fossem ações institucionalizadas por parte dos interesses latifundiários. Nota-se inclusive o embrutecimento de grupos industriais que se colocam como pretendentes de imensos domínios territoriais na Amazônia, tanto pela utilização de formas de imobilização da força de trabalho denominadas de “trabalho escravo”, quanto pela usurpação de áreas indígenas e de posse camponesa.

No caso de Conceição do Araguaia (PA), no ato público realizado em 1981, que denuncia assassinatos de

trabalhadores rurais, observa-se ação em conjunto da CONTAG e da CPT, reforçando a chamada “oposição sindical”. (CONTAG, 1981^a, p. 96). Estreitam-se os laços dos mediadores externos com a CONTAG num momento em que os aparelhos de poder centralizam as decisões no domínio agrário.

A despeito desta aproximação e de terem começado os levantamentos gerais no mesmo ano de 1980, procedem a critérios diferentes para a consecução dos quadros demonstrativos. Como foi dito, a CONTAG se restringe aos casos acompanhados pelos STRs, isto é, encontra-se numa interlocução com aparelhos de poder com competência específica. Por isto refere-se aos instrumentos de intervenção, ou seja, “providências” e “medidas adotadas”, referindo-se à desapropriação por interesse social, às vistorias e demais soluções administrativas em pauta. Caso se faça um exercício de anotar todas as referências de conflitos citadas no documento de 1981 não se obterá, por exemplo, o total de áreas que os STRs estão acompanhando. Apresentam as principais situações mencionadas pelos STRs e não se trata de uma listagem exaustiva produzida por um corpo técnico de pesquisas. A seleção provém dos critérios de atuação dos STRs. Não se trabalha com a idéia de denúncia, utilizando-se, por exemplo, notícias de periódicos como fonte. A CONTAG não trabalha, pois, com os mesmos pressupostos de levantamento geral da CPT. Tampouco aplica as mesmas técnicas na coleta de dados. Não se pode fazer um exercício comparativo entre este levantamento e aquele das entidades confessionais, já que se estaria comparando situações diferentes. Não se pode também imaginar que um complementar o outro. Trata-se de métodos não compatíveis, com utilização particular dos dados, subordinada à forma de relação. Podem existir inclusive ocorrências classificadas diferentemente segundo as práticas de uns e outro na área. Os levantamentos refletem práticas distintas, que não podem ser apagadas por aproximações políticas face ao antagonista comum.

De igual modo, os levantamentos ou cadastros dos órgãos oficiais que se iniciam em 1981, como resposta às iniciativas dos adversários, cumprem outras finalidades, mais ligadas às ações administrativas da burocracia oficial, pouco tendo a ver com os critérios dos movimentos camponeses ou das instituições religiosas. Os conflitos assim representados seriam processos reais condicionados pelas práticas dos que formulam e atuam sobre eles, não tendo registros que não sejam ditados por elas.

Recorde-se que, a este tempo, a estrutura sindical na Amazônia apresentava um número maior de STRs. Muitos dos conflitos desembocavam na formalização das reivindicações pela via sindical. As próprias entidades confessionais haviam também aumentado seus esforços no sentido de fundar STRs, notadamente nas áreas de colonização, onde os assentamentos impunham uma relação constante com os órgãos públicos.

Assim, em maio de 1981 era o seguinte o quadro dos STRs na Amazônia:

U.F.	STRs oficialmente reconhecidos	STRs reconhecidos pela CONTAG
Rondônia	—	—
Acre	7	10
Amazonas	17	18
Pará	73	72
Maranhão	114	128
Mato Grosso	17	27
Goiás	58	66

Fonte: Boletim da ABRA nº 6 nov/dez 1981 pág. 29

Obs.: Roraima e Amapá não registram quaisquer STRs.

Goiás e Mato Grosso foram considerados como um todo.

IV

De 10 a 15 de novembro de 1981 a CONTAG promoveu um Encontro sobre os Conflitos de Terras com a participação de 120 delegados e dirigentes sindicais representando áreas de conflito de todo o país. São mantidos os mesmos critérios do levantamento de 1980 e os resultados são assim apresentados:

“Seguindo o mesmo critério de seleção, ou seja, apresentar estatisticamente apenas os conflitos que chegaram ao seu conhecimento através de documentos, e que de alguma forma receberam encaminhamento, a CONTAG, até a presente data e somente referente ao ano de 1981, registrou 257 conflitos, envolvendo todos os Estados e o Território Federal de Roraima, e atingindo mais de 40.530 famílias o que representa cerca de 202.660 pessoas”. (CONTAG, 1981^b: 19)

Numa hierarquização das ocorrências, afirmam que na “Região Norte - onde se encontram os conflitos de terra mais graves da atualidade” (ibid. 17) as ações tem que ser imediatas. A partir daí, procede à descrição dos casos. As ocorrências são as mesmas registradas em 1980, como no caso do Pará, mas há novos desdobramentos com participação de outros

órgãos oficiais que não o GETAT ou o INCRA, como a Polícia Federal e o IBDF. Assim “os 60 conflitos a que a CONTAG se referia em 1979 em Conceição do Araguaia prosseguem” (ibid. 23). Entretanto, amplia-se a magnitude dos conflitos não apenas envolvendo cada vez mais órgãos governamentais, mas também espraiando-se por regiões de colonização antiga, como a região bragantina:

“Os conflitos no Pará assumem dimensões sem precedentes” (ibid. 23)

“Mortes, prisões, destruições de casas, de lavouras, de móveis e até de utensílios domésticos dos trabalhadores rurais tornaram-se rotina no Estado. E o que é mais grave com a conivência ou a participação das autoridades (...)” (ibid.24)

Em Rondônia, na área da colonizadora Calama, município de Ji-Paraná também se registram novas ocorrências, desdobrando os registros do ano anterior. No Maranhão:

“Todo o estado, praticamente, está tomado por conflitos pela posse de terra. (...) Nestes conflitos, tem-se constatado a aliança de certos órgãos governamentais (...) com grileiros latifundiários e, indiretamente, com jagunços e pistoleiros quase sempre reforçados por setores da Polícia Militar, como podemos observar nos exemplos a seguir” (ibid. 25)

As exemplificações caracterizam todo o relatório da CONTAG, que mantém o tom descritivo, sem quadros, sem tabelas, privilegiando a minúcia e os pormenores, a área em hectares, o número de famílias, o nome dos pretensos proprietários, bem como de grileiros, pistoleiros e mandantes. Trata-se de dados extraídos de documentos dos STRs, isto é, ofícios, denúncias, cartas remetidas às autoridades, comunicações feitas a órgãos fundiários, etc. Há também preocupação analítica que evidencia as formas segundo as quais os aparelhos de poder contestam as arbitrariedades.

Neste sentido, se não podem ser cotejados com os levantamentos da CPT, entretanto os resultados não diferem muito. Constata-se sempre um agravamento dos conflitos, o caráter crônico que vão assumindo, os desdobramentos que envolvem sempre mais e mais órgãos públicos, o aumento dos casos de violência. Há também consenso de que os conflitos são decorrência da concentração fundiária e da política agrária governamental. Concordam, sobretudo, quanto à inocuidade da ação do Estado.

A este tempo as palavras de ordem do movimento sindical dos trabalhadores rurais não se restringem mais a “reforma agrária ampla” e acrescentam “massiva e

imediate, e com a participação dos trabalhadores". Não há qualquer credibilidade nos órgãos fundiários para resoluções sem que haja acompanhamento e vigilância pelos trabalhadores rurais. O instrumento que reivindicam refere-se à desapropriação por interesse social, ao mesmo tempo que afirmam:

"É inaceitável que a questão agrária seja considerada matéria de segurança nacional" (ibid. 60)

Quanto à Amazônia, reivindicam a imediata extinção do GETAI e do GEBAM.

V

Os documentos apresentados no 4º Encontro Nacional sobre Conflitos de Terra, realizado pela CONTAG em abril de 1984, constataram uma "escalada da violência nos conflitos agrários". Quanto mais se aproxima a data da transição mais parece aumentar a belicosidade dos interesses latifundiários. Do mesmo modo que o levantamento da CPT referente a 1984, tem-se a ênfase na violência condicionada pelos processos reais. O relatório elaborado pela CONTAG intitula-se: "A violência no campo pela mão armada do latifúndio 1981 a junho de 1984 - torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidades e expulsão de trabalhadores da terra". Chamam a atenção para o "crescimento geométrico da violência" (CONTAG, 1985^b: 2), tanto nos conflitos em torno da terra, quanto nos conflitos trabalhistas.

"Os assassinatos de dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores em luta pelos seus direitos que foram 10 em 1980, 15 em 1981, 16 em 1982, foram 46 em 1983 (...) Nos seis primeiros meses de 1984, já tivemos mais assassinatos do que durante todo o ano de 1980, 1981 e 1982. Entre janeiro e junho, do ano em curso, foram assassinados no Brasil, 21 trabalhadores rurais e líderes sindicais. Só o Estado do Maranhão conheceu 10 assassinatos". (ibid. p. 3)

Dentre os objetivos mais frequentes dos atos violentos mencionam o de expulsar trabalhadores de suas terras e de impor jornadas de trabalho insuportáveis. Exemplificam com os casos de desmatamento na Amazônia, durante os meses do chamado "verão", ou seja, entre junho e novembro aproximadamente.

VI

No relatório de 1985, transformado em ofício enviado ao Ministro do MIRAD, a CONTAG procede a um exercício de totalização de dados, que podem ser dispostos em tabela, considerando-se os mesmos critérios que adota desde 1980. Para chegar aos totais e quantificar os dados contidos na documentação dos STRs foram utilizados os critérios seguintes: quando a denúncia refere-se a "dezenas" computou-se 10(dez), "centenas" registrou-se 200 (duzentos), "vários" anotou-se 2 (dois) e ainda; "Cada área de conflito foi contada isoladamente e no caso de áreas indeterminadas (ex. áreas adjacentes) foram anotadas 2" (CONTAG, 1985^c: 45)

Quadro demonstrativo dos conflitos de terra na Amazônia legal (1982-1985)

U.F.	nº de Município	nº de áreas	nº de Famfl.	Reivindicação: desapropriação	
				áreas	Famílias envolvidas
AC	06	021	+ de 714	21	+ de 714
RO	05	006	+ de 248	1	s/especificação
AM	08	028	+ de 400	-	-
PA	12	045	+ de 14.464	25	+ de 13.496
MA	47	091	+ de 18.359	95	+ de 10.103
GO	25	051	+ de 1.970	27	+ de 1.080
MT	11	021	+ de 3.190	6	+ de 69

Fonte: CONTAG, 1985^c

Obs.: Os Estados de Goiás e Mato Grosso foram contabilizados como um todo, não apenas os municípios incluídos na chamada Amazônia Legal.

A totalização dos dados relativos à violência refere-se a: *"Foram assassinados 239 lideranças de trabalhadores rurais e assessores, nos últimos 5 anos, computados aí somente aqueles constantes da relação elaborada com base em dados fornecidos pelas Federações e STRs filiados, sendo que 73 desses somente no ano de 1985"* (p.2)⁹

Confrontados com os totais da CPT para o mesmo período, constata-se que apresentam números inferiores, posto que a abrangência da coleta de dados daquela entidade é mais ampla, incorporando dados veiculados pela chamada "imprensa popular" e denúncias feitas fora do âmbito das organizações sindicais.

VII

O 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em Brasília entre 25 e 30 de maio de 1985

9 Leia-se: Nota Oficial da CONTAG. Brasília, 20 de setembro de 1985 em anexo: Quadro de assassinatos agosto/setembro de 1985. Leia-se também: CONTAG: Ofício n. AJ/2565/85 ao Presidente José Samey Brasília, 29 de outubro de 1985. 7pp.

(CONTAG; 1985^a), representou para o movimento camponês o momento de mobilização maior. O avanço das “lutas coletivas” fez com que o próprio governo anunciasse neste evento a Proposta ao Plano Nacional de Reforma Agrária, ou seja, uma possível resposta às demandas de décadas de conflitos. A “reforma agrária ampla, massiva e imediata, com a participação dos trabalhadores” apresentava-se como uma oportunidade real. Entretanto, a coalização de interesses latifundiários obstaculizou este movimento impondo, através do Conselho de Segurança Nacional, o Plano Nacional de Reforma Agrária, de 10 de outubro de 1985. O curto período de aproximação com os órgãos governamentais se encerrava e novamente os STRs passavam a pressionar as estruturas de poder para o atendimento de suas reivindicações básicas.

Para o ano de 1986 os relatórios da CONTAG assinalam 230 ocorrências de conflito (CONTAG; 1987) e o Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em janeiro de 1987, apresenta discussões indicativas de que os conflitos na Amazônia tem forçado a migração de camponeses para países vizinhos, principalmente a Bolívia e a Venezuela.

Os interesses conservadores que fizeram malograr a tímida tentativa de reforma agrária, parecem apostar numa estratégia de exportação das tensões sociais no campo. Multiplicam-se as ocorrências, em 1988 e 1989, de seringueiros e garimpeiros e pequenos produtores agrícolas adentrando territórios de países limítrofes, tanto na área do Projeto Calha Norte, quanto naquele do PRODAC. Em contrapartida, no âmbito da mobilização dos trabalhadores rurais na Amazônia, começam a surgir novas concepções de conflito e de formas de organização, que extrapolam as fronteiras político-administrativas, a exemplo do que a partir de 1985 vem sucedendo com os chamados brasiguaios, na região fronteira do Brasil com o Paraguai. Observa-se, assim, que no 2º Congresso Nacional dos Seringueiros, realizado em março de 1989 em Rio Branco (Acre), havia uma delegação de camponeses que, denominados de brasivianos, extraem o látex e habitam território boliviano. Tal delegação escolhida através de assembléia, por agrupamento das chamadas **colocações**, exerceu seu pleno direito de voto. Os dispositivos legais, que separam e distinguem do prisma das

“fronteiras nacionais”, parecem desfazer-se mediante a lógica destas mobilizações. Elas refletem um desdobramento dos conflitos agrários, que prenuncia uma certa globalização de lutas camponesas na Amazônia, considerada internacionalmente, ou seja, a nível de segmentos camponeses de vários dos países que a compõem. Do mesmo modo, tem configuração étnica e transnacional os conflitos sociais que atingem inúmeros grupos indígenas, como os yanomami, os kaxinaua e os campa¹⁰. A amplitude dos confrontos contrasta vivamente com as concepções geopolíticas estreitas da burocracia militar responsável pela administração dos conflitos e das regiões fronteiriças (Projeto Calha Norte, PROFFAO), tornando mais complexos os problemas advindos dos antagonismos sociais em curso.

VIII

Os fenômenos de conflito ora examinados podem, pois, ser classificados como políticos, porquanto também envolvem o poder de Estado, seja como parte do conflito ou como instância, idealmente neutra, a que são necessariamente dirigidas as reivindicações e demandas sociais. O Estado torna-se parte, direta ou indiretamente envolvida, em inúmeros conflitos através das políticas públicas, dos projetos e dos programas consubstanciados em diferentes atos administrativos (decretos, portarias, exposições de motivo). Na situação atual da Amazônia, o Estado é parte e simultaneamente tenta administrar os conflitos agrários e controlar as zonas críticas de tensão social. Pelas políticas públicas planeja a ocupação, pelos projetos e programas, executa-as, com atos administrativos controlando e coibindo certos segmentos sociais em benefício de outros. Destes processos tem-se a inevitável politização dos conflitos. São relações de poder que estão em jogo quando se decide intervir aqui e não ali, quando se decide remover compulsoriamente este grupo social ou esta etnia, quando se decide acionar o instrumento da desapropriação por utilidade pública e não o da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Na senda da dúvida, os chamados “atingidos” tanto recorrem a certos aparelhos de poder requerendo proteção em relação a outros, quanto colidem frontalmente com esses outros. (Almeida, 1989)

10 Assinale-se que a Confederacion de Nacionalidades Indigenas del Ecuador (CONAIE) e outras organizações indígenas e camponesas cuja ação também abrange a chamada “cuenca amazonica” participaram do Congresso da CUT-Rural realizado em maio de 1990, intensificando o intercâmbio de experiências de mobilização.

Assim, conflitos localizados, envolvendo aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo, tem se agravado até um ponto insustentável de extrema tensão. Barragens, campos de treinamento militar, base espacial, áreas reservadas à mineração, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, implantação de usinas de ferro gusa e outros projetos incentivados, no momento de sua implementação tem gerado inúmeros conflitos com grupos camponeses e indígenas. No bojo destes antagonismos aguçados tem se manifestado, todavia, desde meados de 1988, condições favoráveis à aglutinação de interesses de grupos sociais diferenciados. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador da ação do Estado. Em outras palavras e a outro nível de abstração, pode-se adiantar que as políticas públicas é que possibilitam os elementos básicos à formação de composições e de vínculos solidários, tal como registrados naquelas situações de confronto. São elas que concorrem decisivamente para uniformizar ações políticas de grupos sociais não homogêneos do ponto de vista econômico.

Mesmo com todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerrem, mobilizam-se pela "manutenção das condições de vida" preexistentes aos mencionados programas e projetos. Compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica. O caráter consensual desse objetivo superou reservas, ressentimentos, desconfianças e competições. O que antes dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências inimaginadas noutros momentos. Fatores étnicos, raciais e religiosos usualmente utilizados para reforçar solidariedades e distinguir as chamadas "minorias" perdem relativamente, no contexto destes antagonismos, sua força de marcar diferenças intransponíveis. Ameaçados pela perda de direitos às pastagens, às florestas densas e ao recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura, vivem a ruptura da estabilidade na combinação de recursos e no exercício de atividades elementares como prenúncio de uma "crise ecológica" (WOLF; 1984: 336-350) sem precedentes. As terras indígenas, as chamadas "terras de preto" remanescentes de quilombos, as áreas tituladas e aquelas de posse aparecem alinhadas, uma após outra, num bloco compacto de

reivindicações em que os grupos sociais atingidos lutam para não serem removidos compulsoriamente (casos de barragens, campos de treinamento militar, ferrovias, rodovias, Base de Alcântara) ou para que não sejam forçosamente fixados (caso dos garimpeiros face ao anteprojeto que institui o "regime de permissão de lavra mineral", onde mudar de área explorada constitui crime). O direito de imobilizar ou de remover de forma compulsória aparece como atributo e primazia de aparelhos de poder que representam os atingidos como cidadãos de segunda categoria. A "crise ecológica" vivida por segmentos do campesinato e por grupos indígenas da Amazônia tem uma dimensão marcadamente política e ideológica e não corresponde, necessariamente, à denominada "questão ecológica" que caracteriza hoje a sociedade abrangente (Almeida; 1989:5).

Nestes antagonismos, em que à primeira vista não há o predomínio político de classe, as categorias de mobilização refletem, na medida adequada, o tipo de intervenção dos aparelhos de poder. Os agrupamentos traduzem efeitos de ação, senão vejamos: "atingidos por barragens", "remanejados", "deslocados", "reasentados" e "assentados". Prevaecem também noções genéricas, que encobrem possíveis especificidades, tais como: "povos da floresta" e "ribeirinhos". O que parece importar é que categorias de circunstância ("atingidos") surgem combinadas harmonicamente com outras de sentido permanente (povos da floresta) no contexto de conflitos abertos.

A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os "sujeitos da ação", não aparece atrelada à conotação política própria ao termo camponês. Politiza-se aqueles termos de uso local. Seu uso cotidiano e difuso não é visto como se opondo aos movimentos classistas, antes parece ser considerado como fator de educação política, estimulado tanto pela União das Nações Indígenas, quanto pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens. Cinde-se com o monopólio político do significado dos termos "camponês", "trabalhador rural" e "posseiro", que até então eram utilizados com prevalência por partidos políticos, movimento sindical dos trabalhadores rurais e entidades confessionais. Isto sem destituir o atributo político daquelas categorias de mobilização. A nova classificação, verificada na alteração das nomeações e num conjunto de práticas organizativas, traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mo-

bilização destes grupos sociais face ao poder de Estado¹¹. “Seringueiros”, “castanheiros”, “juteiros”, “barranqueiros”, “assentados”, “colonheiros”, “posseiros”, “colonos” e pescadores sugerem denominações de uso local e de condições econômicas que se derramam naquelas categorias de mobilização de pretensão abrangente como “povos da floresta” e “ribeirinhos”. Revelam-se ainda embutidas em outras derivações que elas vão conhecendo segundo a particularidade dos antagonismos: “os não-indenizados de Tucuruí”, “os deslocados pela base de lançamento de Alcântara”, “os que serão atingidos pelas barragens de Altamira e do Rio Trombetas”.

O I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (realizado em Altamira-PA) entre 20 e 25 de fevereiro de 1989) e o I Encontro dos Povos da Floresta (realizado em Rio Branco-AC entre 25 e 31 de março de 1989, juntamente com o II Encontro Nacional dos Seringueiros) desdobram-se na denominada Aliança dos Povos da Floresta, articulação formada pela União das Nações Indígenas-UNI e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS, que foi lançada em São Paulo no dia 12 de maio de 1989. Os objetivos desta aliança, consoante declaração do coordenador da UNI, serão os de promover a defesa do ecossistema amazônico, para que não sejam destruídos os recursos naturais e os povos da região. Suas formas de mobilização são amplas e abrangem o conjunto de segmentos sociais que mantém diferentes níveis de contradição com os aparelhos de poder e os novos grupos interessados nas terras. Consiste na expressão organizacional daquelas alterações anteriormente mencionadas, traduzindo em organização a multiplicidade de conflitos que envolvem diferentes segmentos sociais atualmente na Amazônia. Estabelece uma articulação particular do político com o econômico, do dado étnico com o ecológico, objetivando uma mobilização ideal e ampliada. Sintetiza uma das tendências que está havendo hoje na

organização sindical dos trabalhadores rurais ao congregar amplos setores, sobretudo, pela lógica de enfrentamentos imediatos e ao se diferenciar de outros movimentos que buscam separar organizacionalmente o proletariado rural do campesinato possuidor de terra e estes dos grupos indígenas.

Através das mencionadas “alianças” e dos “acordos”, firmados nos encontros mencionados, multiplicam-se as formas de participação de vastos segmentos sociais, que vivem numa condição de semicidadania e, politizam, a despeito de impasses e tendências opostas, as diversas situações de confronto. Isto tanto pela universalização de lutas específicas (Wagner; 1989: 16) e localizadas, quanto pela coesão dos “novos sujeitos” em conflitos abertos e declarados, inaugurando, talvez, modalidades de enfrentamento com efeitos pertinentes sobre o centro de poder.

Constata-se, deste modo, evidências favoráveis à hipótese de que a violência extremada da coerção dos aparelhos de poder e das milícias privadas, ao insistir na inegociabilidade dos conflitos vai acumulando níveis de descontentamento e de tensões potenciais, que podem se traduzir em mobilizações mais intensas, mesmo em conjunturas definidas como de “descenso dos movimentos sociais no campo”. A inocuidade da ação oficial em apresentar medidas resultativas aos conflitos de terra, resultaria por instigar os camponeses e os indígenas, em se sentindo injustiçados, a prosseguir nas contendas e entreveros próprios de uma política de conflitos, como única forma concebível de relação com os centros de poder. As alterações porque passam as formas de organização acham-se condicionadas por processos reais, que parecem manter especificidades quando referidos à Amazônia.

Esta certamente é uma das questões concernentes aos antagonismos sociais na Amazônia ora colocadas ao movimento sindical dos trabalhadores rurais.

11 Para um aprofundamento de situações históricas em que ocorrem deslocamentos de nomeações de grupos sociais, mesmo que num sentido inverso, consulte-se: FAYE, Jean-Pierre - “Crítica da linguagem e análise de classe” in MACCIOCHI, A. - *Elementos para uma análise do Fascismo*. Portugal, Livraria Bertrand, fevereiro de 1977, pp. 169-205.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B.

1981 - **Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão** - São Luís - CPT

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de

1989 - "Universalização e Localismo - movimentos sociais - crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia".

Reforma Agrária, ano 10, nº 1 São Paulo, abril/jun.

BIONDI, Aloysio

1974 - "O grande negócio das terras". **Opinião**, Rio de Janeiro, 1986, 1º de julho.

BRAGA, Teodomiro

1974 - "Mato Grosso: o mapa dos conflitos". **Opinião**, nº 96. Rio de Janeiro, 9 de setembro.

CONTAG

1973 - **Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília**. CONTAG

1974 - Memorial entregue ao Governo Ernesto Geisel. Brasília. CONTAG

1979 - **Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília, CONTAG

1981^a - **As lutas camponesas no Brasil**, 1980. Rio de Janeiro, Marco Zero

1981^b - "Os conflitos de terra e as violências contra os trabalhadores". **O Trabalhador Rural**, ano 13, nº 2, Brasília, dezembro, p. 19-58.

1985^a - **Anais do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília, CONTAG

1985^b - "A violência no campo pela mão armada do latifúndio: 1981 a junho de 1984. Tortura, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos soldados da terra. Brasília, CONTAG.

1985^c - Conflitos de terra denunciados pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais no período de 1982 a 1985. Brasília, CONTAG, mimeo

1987 - Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 31 de janeiro a 1º de fevereiro, Documentos aprovados em plenário

GUERRA, Gutemberg A. D.

1988 - "Das Associações de Lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais". Belém, UFPA-NAEA - mimeo

MACCIOCHI, M.A.

1977 - **Elementos para uma análise do fascismo**. Portugal, Bertrand

MOORE, Jr., Barrington

1973 - **Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia**. Barcelona, Península.

PINTO, Lúcio Flávio

s/d - **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig: as relações entre Estado e multinacional na Amazônia**. Rio de Janeiro, Marco Zero

WOLF, Eric R.

1984 - **Guerras Camponesas no Século XX**. São Paulo, Global

CADERNOS DO CEDI

Números já publicados

- * 1. Pastoral Popular (notas para um debate) e Educação Popular. 1979, 32 p.
- * 2. Educação Popular (algumas reflexões em torno da questão do poder) e Saúde Comunitária (notas sobre a experiência de um programa de saúde comunitária). 1979, 28p.
- * 3. O meio grito (estudo sobre condições e direitos associados ao problema de saúde). 1980, 56 p.
- * 4. Por uma Igreja solidária com os pobres. 1980, 34 p.
- * 5. Missões evangélicas com índios e lavradores (Grupo de Trabalho Missionário Evangélico). 1980, 24 p.
- * 6. A questão política da aprendizagem profissional e Educação Popular e Poder. 1980, 38 p.
- * 7. Um pé de cana não é nada, juntamente é um canavial... . 1981, 36 p.
- 8. Igrejas, desenvolvimento e participação popular (consulta latino-americana sobre a "Participação das Igrejas em Programas e Projetos de Desenvolvimento"). 1981, 88 p.
- 9. "Deixai vir a mim os pequeninos" (seminário ecumênico sobre os problemas dos menores carentes e marginalizados e a participação das Igrejas na sua solução). 1982, 56 p.
- * 10. Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo. 1982, 68 p.
- * 11. Peões e garimpeiros (terra e trabalho no Araguaia). 1983, 60 p.
- 12. Jesus Cristo, a vida no mundo (Sexta Assembléia do Conselho Mundial das Igrejas, Vancouver-1983). 1984, 172 p.
- * 13. Alfabetização e primeiras contas (experiência na elaboração de material didático para adultos). 1984, 60 p.
- 14. Canavieiros em greve (campanhas salariais e sindicalismo). 1985, 106 p.
- 15. O caminho da escola (luta popular pela escola pública). 1986, 60 p.
- 16. Periferia: desafio à unidade (experiência da pastoral ecumênica da periferia, Rio Grande do Sul). 1987, 111 p.
- 17. Unidade e prática de fé (Pastoral Ecumênica da Terra em Xerém). 1987, 100 p.
- 18. Onze de Abril: o dia da audácia (a ocupação do conjunto residencial Onze de Abril, pelos trabalhadores sem teto, em Alvorada-RS). 1987, 78 p.
- 19. Participação popular e Escola Pública (movimentos populares, associações de pais e mestres, conselhos de escola e grêmios estudantis). 1989, 77 p.
- 20. Sindicalismo no Campo - Entrevistas (avaliação, perspectivas e desafios). 1990, 122 p.

* números esgotados

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Ana Maria Motta Ribeiro
Francisco Alves
Ivo Poletto
Jean-Pierre Leroy
Maria Emília Lisboa Pacheco
Mariana Pantoja Franco
Neide Esterci
Regina Bruno
Vera Lúcia S. Botta Ferrante